

BERNARDETE WRUBLEVSKI AUED

A VITÓRIA DOS VENCIDOS

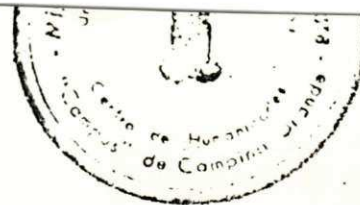
(Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas,
1955-64).

Dissertação apresentada ao
Curso de Mestrado em Socio-
logia do Centro de Humani-
dades da Universidade Fe-
deral da Paraíba - Campus
de Campina Grande.

dezembro/1981*

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG



C Ó P I A

Ata da reunião da banca examinadora
da aluna BERNARDETE WRUBLEVSKI AUED
candidata ao grau de Mestre em So -
ciologia - Área de Sociologia Ru -
ral.

Aos vinte e dois dias (22) do mês de dezembro de hum
mil novecentos e oitenta e hum (1981) às quinze horas no Audi-
tório Guilhardo Martins do Bloco "A" da Universidade Federal
da Paraíba, nesta cidade reuniu-se a Comissão Examinadora com-
posta pelos professores José Claudio Barriguelli doutor da Uni-
versidade Federal de São Carlos funcionando neste ato como pre-
sidente, Raimundo Nonato Santos MSC e Waldomiro Cavalcanti da
Silva ambos da Universidade Federal da Paraíba-UFPb constituí-
da a mencionada Comissão Examinadora pela PORTARIA - Nº 003 /
/CMS/PRAI/UFPb/81 de 16 de dezembro de 1981 da Coordenação do
Curso de Pós-Graduação em Sociologia, tendo em vista a delibe-
ração do Colegiado de Curso tomada em reunião de 16 de dezem-
bro de 1981 e com fundamento no disposto no Artigo 9º, Inci -
so I, letra "e", do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Gradua-
ção da Universidade Federal da Paraíba juntamente com a Sra. '
Bernardete W. Aued, candidata ao grau de Mestre em Sociologia,
comigo, Verônica Maria R. Nóbrega, Secretária dos trabalhos, '
presentes ainda o professor Pedro Dantas Fernandes, Coordena -
dor Setorial de Pós-Graduação da UFPb, Professora Lenilda do
Nascimento Melo, Diretora do Centro de Humanidades, Professor'

José Bolívar Vieira da Rocha, Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia do Centro de Humanidades, Professor Charles' Michel M.J. Beylier, Coordenador do Curso de Mestrado em Sociologia, professores e alunos do referido Centro, familiares da candidata e demais presentes. Abertos os trabalhos o senhor presidente da Comissão Examinadora anunciou que a reunião tinha por finalidade a apresentação e julgamento da Dissertação "A Vitória dos Vencidos (Partido Comunista Brasileiro) - PCB e Ligas Camponesas - 1955-64", elaborada pela candidata acima designada sob a orientação do professor José Cláudio Barriguelli com o objetivo de atender as exigências previstas no Art. 48 - Inciso I e II do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba, aprovadas pela RESOLUÇÃO 16/79 do CONSEPE. A seguir concedeu a palavra, pelo prazo regulamentar de sessenta minutos, ao candidato, a qual após salientar a importância do assunto desenvolvido defendeu o conteúdo da Dissertação. Concluída a exposição e defesa do candidato, passou cada membro da Comissão Examinadora determinou a suspensão da sessão pelo tempo necessário ao julgamento da Dissertação. Reunidos em caráter secreto no mesmo recinto, os membros da Comissão Examinadora passaram à apreciação da Dissertação, analisando os aspectos concernentes ao domínio do tema, à originalidade, à capacidade, sistematização e pesquisa bibliográfica. Concluída a análise da Dissertação, cada examinador emitiu o seu julgamento do que se apurou o seguinte resultado: Professor José Cláudio Barriguelli nível aprovado com distinção; professor Raimundo Nonato Santos aprovado com distinção; professor Waldomiro Cavalcanti da Silva nível aprovado com distinção. Reaberta a sessão, o Presidente da Comissão Examinadora anunciou o resultado do julgamento, tendo a seguir encerrado a sessão, da qual lavrei a presente ATA, que vai assinada por mim secretária dos trabalhos, pelos membros da comissão examinadora, pelo candidato, pelo Coordenador Setorial de Pós-Graduação, pelo Coordenador do Mestrado em Sociologia, pelo Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia e pelo Diretor do Centro de Humanidades. Cam

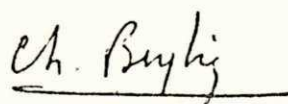
pina Grande 22 de dezembro de 1981.

Copiei e conferi.

Está de acordo com o original.


VERÔNICA MARIA RODRIGUES NOBREGA
Secretária

VISTO:


CHARLES MICHEL M.J. BEYLIER
Coordenador

Para não expor a maiores sofrimentos aqueles que militaram nas Ligas Camponesas e por isso mesmo uma, duas, vinte vezes, num só ano, foram encarcerados, silenciou os seus nomes. O que importam não são os homens individualmente considerados, mas sua ação no processo histórico. Quanto aos nomes eles estão na memória de seus companheiros de luta, de suas mulheres, de seus filhos, pois muitos já morreram ou desapareceram.

Aqueles que ainda vivem e hoje lutam para garantir a sua existência atrás de uma banca de fabricação ou venda de calçados, confecções, de padaria, etc., agradeço e compartilho a finalização deste trabalho. Os depoimentos por eles prestados foram de grande valia para a reconstituição das lutas, um exemplo, uma lição. Estou segura que, se um dia este chegar às suas mãos reconhecerão os companheiros e inimigos da luta passada, porém presentes em suas memórias. Presentes até demais, porque presente também o medo e angústias vividas pelos longos anos de perseguição.

Este trabalho contou com a contribuição dos professores do Mestrado, especialmente aqueles com quem travei várias discussões sobre o tema escolhido — Irlis Barreira, Guillermo Ruben, Regina R. Novaes, Michel Zaidan e Raimundo Santos. Com eles muito aprendi, sobretudo porque nossas divergências teóricas não se constituíram num empecilho ao aprendizado científico.

Devo também agradecer: À UFPB - Mestrado de Sociologia, ao Núcleo de Ensino e Pesquisa em Política Social e Tecnológica -, e à UFSCAr (SP) - Arquivo de História Contemporânea - porque não mediram esforços para que a dissertação chegasse ao fim; Ao Gama, Clemilda e Dalcy pelas valiosas sugestões; À Marília, por sua colaboração no trabalho de campo; À Magda, Hatsumi, Iriselda, Vera, João e Everaldo pelo apoio infraestrutural; A José Cláudio, por sua disposição incansável de eliminar algumas dúvidas e criar outras. Apesar das proposições feitas e incorporadas neste trabalho, as limitações devem ser debitadas tão somente à minha pessoa.

A

Idaleto, companheiro,
dedico este pela (im) paciente
espera.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.	02
CAPÍTULO I - Tentando vencer os vencidos: PCB e a Questão Agrária	
1.1 - A trajetória do PCB e a Questão Agrária	09
1.2 - PCB e a militância no campesinato. . . .	19
CAPÍTULO II - O quadro geral das Ligas Camponesas na Paraíba	
2.1 - Formação Inicial	24
2.2 - O cenário das lutas	32
2.3 - Base social das Ligas Camponesas	39
2.4 - Sobre o líder João Pedro Teixeira	41
CAPÍTULO III - Os caminhos da cisão	
3.1 - Desmobilizar é necessário.	50
3.2 - "Julianistas", comunistas e a cisão in- terna.	56
3.3 - Esquerdismo, último ato.	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	77
NOTAS	97
BIBLIOGRAFIA.	117
ANEXOS	126

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Desde que as Ligas Camponesas se converteram em sinônimo de conflitos sangrentos, assassinatos, expulsões de camponeses, uma pergunta é colocada com freqüência: por que se mataram e expulsaram tantos camponeses, num conflito aparentemente insolúvel que se desenvolveu ao longo dos anos 50/60 do presente século?

À esta pergunta, em geral, tem surgido uma explicação padronizada: os conflitos se revestiram de grande ferocidade porque as extremadas condições de penúria e miséria levaram os camponeses à consciência de sua exploração. Esta explicação, por certo, não passa de meia verdade, pois o reconhecimento da condição de explorados, e, por conseguinte, a luta contra a exploração não significam propriamente consciência revolucionária. A manifestação da luta de classes pode se revestir de forma violenta, armada, sem ter o caráter revolucionário.

Pela importância das Ligas Camponesas, é indispensável a sua reconstrução histórica, através das lutas sociais e políticas. E mais ainda, necessário se faz recompor esta trajetória, tendo como base a participação das facções políticas que atuavam no movimento como vanguarda. Tal como foram engendradas, as Ligas Camponesas expressaram a forma que a consciência de classe assumiu naquele momento histórico.

A reconstituição, de imediato, remete à compreensão da totalidade social na qual as Ligas se inseriram. Significa apreensão do movimento histórico da sociedade, das condições de sua superação, ou seja, da busca do socialismo. Por conseguinte, o exercício de recuperação da memória social — Ligas Camponesas — inicia-se, obrigatoriamente com a questão: se elas se opuseram ou contribuíram para o surgimento do socialismo.

A década de 50/60, que marca o período em que as Ligas Camponesas empreenderam uma série de lutas, especialmente aquelas ocorridas em Sapê, Paraíba, é caracterizada como uma época em que os "*silenciosos nordestinos*" adquirem destaque nacional, e mesmo internacional, porque começaram a se mostrar "*reivindicativos*". Na verdade, esta década reflete um momento distinto da luta de classes, pois entraram em cena novos elementos reordenando a luta, manifestando a face contrária do refluxo das lutas. Do que já foi até agora pesquisado, pode-se perceber que transformações significativas vinham ocorrendo no processo como um todo e, duas delas, é pertinente aqui recuperar:

a) do ponto de vista econômico, a reorganização da atividade agrícola, em especial da cana-de-açúcar, vivia um momento particular no processo de trabalho, face às novas exigências da apropriação do trabalho excedente (1). A destruição dos roçados de subsistência, a eliminação da condição do morador e de certas formas de exploração do trabalho expressam a dificuldade de o capital continuar se reproduzindo. A busca de outras formas de exploração de força de trabalho, seja mecanizando a atividade agrícola, seja intensificando a exploração do trabalho visou influir no rebaixamento do valor das mercadorias. A passagem de uma a outra forma de exploração do trabalho permitiu compreender porque, em suas aparências, a contradição se manifestava entre proprietários e camponeses e não propriamente entre capital e trabalho. Muito mais que simples "vontade" do proprietário da terra, exigências do modo de ser capitalista o impelem a desenvolver as forças produtivas, barateando com isto o custo das mercadorias produzidas.

Onde fica então a terra — a questão fundiária — tida para muitos como o nó górdio da questão do campesinato?

Historicamente, a agricultura, na sociedade capitalista, não entra senão como esfera da produção, subordinada ao movimento do capital (2). Não há, por conseguinte, que perguntar pela contradição entre proprietários de terra e proprietários do capital. A agricultura, como setor independente, há muito já desapareceu e assume sua integral dependência ao capital na forma da renda da terra. Não se pode esquecer que a terra é um fundamental meio de produção, porém, ela já não se coloca mais como questão da propriedade (da terra), mas sim como garantia da propriedade do capital. A exploração do trabalhador não está garantida pelo fato de estar na terra ou fora dela, mas sim porque esta é a única forma possível de o capital existir e se reproduzir; e

b) do ponto de vista político, ao uso de violências e arbitrariedades cometidas indiscriminadamente, contrapuseram-se as formas — elementares — de organização do proletariado, formas — incipientes — de consciência, não só das massas, mas principalmente da sua vanguarda. Daí ter sido a questão da terra o móvel central das lutas.

Não se pretende superestimar a luta camponesa, nem privilegiá-la à luta operária, devido à radicalidade de que ela se revestiu. É que, no bojo de suas lutas, estão contidas teses que provocaram calorosas polêmicas, muitas das quais acabaram em cisões políticas, os famosos "rachas" que tanto fracionaram a esquerda brasileira dos anos sessenta. E o Nordeste não ficou livre dessas discussões. O Nordeste, com suas Ligas, foi palco de embates tão ardentes e tão intensos quanto aos de outras regiões do país. Seus militantes, em especial aqueles da vanguarda, viram e ouviram proposições de linhas políticas socialistas, comunistas — aliás era este o debate nacional da época.

Foi porém, a partir do Nordeste, com as Ligas Camponesas, que o país se viu despertado para o que se chamou de "*problema camponês*" (3). Este passou a ser um tema obrigatório nos documentos político-partidários de caráter nacional. Editoriais de jornais, discursos e declarações de parlamentares, resoluções, programas e propostas políticas passavam, quase que obrigatoriamente, pela questão do camponês. Mas isto não é tudo. Muito mais significativo que isto é o que a Liga Camponesa leva para dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), principal força de esquerda na década em questão.

Ao se destacar o PCB, considera-se que ele se apresenta como a forma revolucionária, como a vanguarda do proletariado, muito embora há que se ponderar acerca das condições históricas e das estratégias políticas que foram adotadas.

Precisemos melhor a questão: a historiografia, não poucas vezes, ao pretender registrar a história dos dominados, dela abstrai todo um legado de ensinamentos e experiência política de muitos anos; esquece que foi possível, graças à essa experiência, a constituição de um partido do proletariado, que é, portanto, produto de um longo processo de desenvolvimento, de um longo processo de lutas pela emancipação do proletariado. As Ligas só adquirem significado, se inseridas no quadro geral do movimento do trabalho contra o capital. Pode-se dizer que as Ligas espelham uma das páginas mais marcantes das lutas deste movimento. Assim, a Liga é a forma de organização assumida de uma determinação maior, que é o partido. Considerado historicamente, e em face às demais organizações da sociedade, o partido foi o único que se preocupou com o proletariado, pensando em termos do que seria uma mudança de sociedade, na direção e organização das lutas e também de como seria uma sociedade futura;

é sua tarefa a unificação das lutas (4); converter as lutas econômicas para as políticas; ultrapassar os limites das reivindicações específicas, vinculando-as às lutas gerais. Pois, como afirma Gruppi, o partido é a primeira célula onde *"contém 'germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais', no sentido de que no partido já existe uma visão total da sociedade, daquilo que deve ser seu desenvolvimento, e já existe, portanto, uma visão daquilo que deverá ser a sociedade de amanhã"* (5).

Não se trata assim de tecer apologia ao Partido Comunista, mas reconhecer a sua existência, surgida de uma necessidade histórica, que se iniciou através de um pequeno grupo de pessoas despreparadas teoricamente, porém dotadas de grande capacidade combativa. Apesar de ter permanecido quase o tempo todo na ilegalidade, nem por isto deixou de vingar (instalaram-se células em quase todos os Estados do Brasil), constituindo-se numa inegável força no quadro político brasileiro. Contudo, reconhecer a sua identidade e força política não nos exime de tecer considerações críticas, por vezes muito duras, da estratégia e táticas adotadas.

Com este trabalho pretende-se contribuir para o debate político, identificando as contradições da prática (e para tanto, centrou-se a análise nas características orgânicas do movimento, privilegiando as manifestações das forças sociais, internas e externas do movimento).

E em se tratando de uma análise "posteriori", cabe aprender com a experiência passada, distinguir proposições reformistas de revolucionárias, sem, no entanto, é claro, o contexto em que elas foram formuladas. Se desenganos e desilusões existem entre ex-militantes das Ligas, também existe uma nebulosa compreensão do real, muitas vezes vista

pela ótica da classe dominante. Consciente dos limites de classe, nossa proposição é repensar a história que não a burguesa, mas aquela que o proletariado deverá construir.

CAPÍTULO I

TENTANDO VENCER OS VENCIDOS:

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) E QUESTÃO AGRÁRIA

"O único mal é a exploração do homem pelo homem; a única tarefa, instaurar uma ordem social em que não haja lugar para a exploração; o único dever, contribuir para a luta em prol dessa ordem social, a única pauta para julgar a conduta humana, verificar se contribui ou se opõe à causa do socialismo".

(Do livro *Lênine sua Vida e sua Obra* de D. S. Mirski)

1.1 - PCB E A QUESTÃO AGRÁRIA

A preocupação com o Brasil agrário, no PCB, remonta 1924, expressa pelo militante Otávio Brandão na obra "Agrarismo e Industrialismo" (6). As teses por ele apresentadas foram autocriticadas em 1957, porque as considerou falsas, visto se constituírem na aplicação mecânica dos princípios da teoria marxista à realidade brasileira (7). Mais ainda: as concepções ali elaboradas foram defendidas por um certo período de tempo pela direção do PCB.

Deste texto, é interessante destacar o aspecto da dominância do agrarismo não só na economia como também na política. Dizendo que os trabalhadores rurais somavam cerca de nove milhões, enquanto que os fabris eram apenas 275.512, conclui o autor que o Brasil seria um país eminentemente agrário. E uma vez que a pequena propriedade não alcança a décima parte do território (apenas 9%), o agrarismo teria por base a grande propriedade (8).

A nível do político, afirma Brandão, o domínio pertencia aos agrários ou descendentes de agrários — os fazendeiros do café e do cacau. Desta forma estava o país "envenenado de agrarismo", realidade que não poderia, em momento algum, ser esquecida pelos comunistas. Os planos e programas deveriam revelar este aspecto, prevendo a participação dos elementos rurais, vaqueiros, servos, meeiros e outros (9). Ao fazer referência a estes elementos, Brandão insiste também na necessidade do "valor da solda do operário com o camponês". A luta contra as sobrevivências feudais se inicia aí, pois o autor atribui à economia agrária características feudais (10).

Muito influenciado pela leitura da obra de Lenin "Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo" (11), Brandão

não ultrapassa os limites da aplicação mecânica dos princípios leninistas. Suas teses estavam centradas numa visão dualista da sociedade, aliás, mais que isto, numa visão dogmática do materialismo histórico.

Após a apresentação desse ensaio à direção do PCB, as teses propostas por Brandão passaram a ser divulgadas e defendidas junto ao proletariado (12).

No II Congresso realizado em maio de 1925, em nada se avançou além das teses de Brandão (13). A situação política nacional continuava sendo interpretada no esquema agrarismo-industrialismo, onde a contradição fundamental era caracterizada pela luta entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno (14).

Esta tendência interpretativa fica ainda mais evidente no III Congresso, realizado no final de 1928 e primeiros dias de 1929. Neste evento, as teses referentes ao campesinato embasaram uma série de palavras de ordem, de caráter genérico, quase que exclusivamente dirigida aos assalariados agrícolas. Este proceder, lembra Pereira (15), se deve às poucas informações sobre a temática, apesar de os congressistas reconhecerem a matéria como a das mais importantes. Ainda neste Congresso, analisou-se a atuação do BOC — Bloco Operário Camponês — (16), concluindo-se que a penetração nos campos era tarefa fundamental — mas que não passou jamais de uma intenção, um propósito.

A insistência na caracterização da economia brasileira como sendo agrária, semifeudal e semicolonial sugeria que a revolução deveria começar primeiramente resolvendo a questão do campo, *"a solução do problema agrário através do confisco da propriedade fundiária, da liquidação das sobrevivências semifeudais e da emancipação da dependência imperialista"* (17).

Pode-se dizer que distorções foram cometidas na interpretação da realidade brasileira, principalmente no que se refere à chamada questão do campesinato. Muito mais que injustas, estas interpretações são reveladoras de insuficiência teórica, levando a dogmatizar determinados conceitos, a aplicar simplesmente textos clássicos sem maior critério.

Dois documentos contribuem para explicitar ainda mais o grau de dogmatismo: o primeiro deles refere-se às resoluções do VI Congresso da Internacional Comunista (IC), realizado em 1928, que guardam estreitas semelhanças de análises com as teses do III Congresso do PCB (18); o segundo, intitula-se "Projeto de teses sobre o movimento revolucionário da Aliança Libertadora" (AL), de 1930. A resultante da análise destes dois documentos (de nível internacional) foi a "Resolução do Bureau Político do Comitê Central do PCB" de 1932, onde se definiu o caráter da revolução: esta seria democrático-burguesa, uma vez que os problemas dos trabalhadores eram devido à exploração semifeudal e imperialista, e do monopólio da terra. Por consequência, duas lutas basicamente deveriam ser travadas: contra a propriedade feudal e contra o imperialismo, ficando a luta anticapitalista para etapa posterior.

Subjacente à esta teorização estava a incompreensão do desenvolvimento do capitalismo monopolista, e todas as contradições que o configura. Mas se este é um aspecto da questão, fica por resolver o significado que tal interpretação possui, pensando em termos de lutas revolucionárias, de subverter a ordem social.

Entre 1945 e 1947 viveu o PCB um breve período de legalidade. O partido havia "crescido" muito e sua influência se fazia sentir em quase todos os setores da sociedade. Nas eleições de dois de dezembro de 1945, o PCB elegeu quinze

deputados federais e um senador; em São Paulo os comunistas elegeram vinte e três deputados estaduais; no Rio de Janeiro dezoito vereadores dos cinquenta que compunham a Câmara.

A imprensa do partido se expandia rapidamente, contando com oito jornais diários no final de 1946. Nesta mesma data estimou-se que o PCB chegou a contar com cento e oitenta mil membros no país (19).

Datam desta época as primeiras Ligas Camponesas, quando José Aires dos Prazeres, líder camponês e membro fundador do PCB, se empenhou em organizar os trabalhadores agrícolas, nos arredores de Recife (Iputinga, Ambolê). Mas em 1947, quando o PCB foi posto na ilegalidade, as Ligas ressentindo-se do fato, quase não sobreviveram à repressão. Das que sobreviveram, está a do Engenho da Galiléia, de Vitória de Santo Antão, que seria posteriormente o ponto de partida para uma nova etapa do movimento, com algumas características diferentes (em 1955).

A fúria da repressão não assolou apenas os integrantes das Ligas. No país todo o PCB viveu as consequências da cassação de mandatos parlamentares e mesmo do seu fechamento como partido. Não houve porém resistência, foi quase um fechamento pacífico (20).

Em meados de 1948, ainda sob efeito de sua cassação legal, o PCB lançou um manifesto denunciando os atos institucionais do presidente Dutra e declarando-se em frontal oposição a ele. Da política de colaboração passa a outro extremo, a combatê-lo com veemência, chegando, inclusive, a solicitar a renúncia do General Dutra (21).

Em 1950, o PCB lançou o Manifesto de Agosto, cuja proposição seria considerada muito além daquele de 1948, em termos de oposição governamental, ou como expressou Basbaun, "com o Manifesto, o PCB dava uma guinada mais à es-

querda". Neste, o partido não só rompia com o governo como também com a burguesia progressista e propunha a constituição de um governo popular em substituição ao vigente. E o que há de singular neste manifesto, é a proposição da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) com vistas à luta pelo poder.

Em 1954, ao se realizar o IV Congresso do PCB, suas teses pouco diferem do Manifesto de 1950. Em linhas gerais, poderia-se dizer que foi uma réplica daquele manifesto, que propugnava um partido de novo tipo: através de um movimento revolucionário, da constituição da FDLN, unir todas as classes contra o imperialismo (22).

Neste Congresso evidenciou-se maior atenção ao assunto do campesinato, chegando a se introduzir no mesmo o debate em torno da reforma agrária.

Na década de 50, não há como deixar de fazer referência ao debate nacionalista, no qual os comunistas muito se envolveram. A começar pela campanha "*o petróleo é nosso*", que ocorreu mais ou menos entre 49/51, suas pretensões vão além das questões referentes à exploração do petróleo brasileiro. Realmente, a campanha pretendia preservar a pátria, defendê-la de "*interesses imperialistas*". Contudo, apesar da intensa mobilização das classes em quase todos os Estados do Brasil, o período nacionalista mais expressivo foi vivido no momento precedente às eleições de Juscelino Kubitschek à presidência da república.

Em 1955, os comunistas decidem dar apoio ao candidato que promettesse cumprir a Constituição, e adotasse uma política de caráter nacionalista. Em assim sendo, o apoio coube ao candidato Juscelino, cuja eleição representou "*uma consolidação das instituições democráticas no país*" (23).

Se, por um lado, no governo de Juscelino emergiram al-

gumas condições ao exercício democrático, possibilitando até mesmo a participação de comunistas em alguns órgãos administrativos, de outro, foi o período mais acentuado da entrada do capital internacional, criando-se facilidades e incentivos, através da famosa instrução 113 (24). Com suas teses desenvolvimentistas, nada mais fez que mostrar que o "*capital não tem pátria*".

Por não compreenderem tal fundamento da economia política, equivocadamente, os comunistas integravam um movimento heterogêneo desde sua composição social, pois dele fazia parte, também, a burguesia interessada em preservar, para si, as riquezas do Brasil. E como se não bastasse o empenho em salientar aspectos nacionalistas da política do presidente Juscelino, na eleição seguinte, os comunistas vão apoiar outro candidato de tendência nacionalista, o General Lott (25).

Ainda, considerando as posições oficiais do PCB, é pertinente ressaltar certos aspectos contidos na Resolução de 1958 que, para alguns, se constituíram no marco de uma nova política (26). Desses aspectos, duas idéias devem ser recuperadas. A primeira diz respeito à caracterização da sociedade, e por conseguinte, da agricultura. Segundo o documento, seriam as sobrevivências feudais que estariam entravando o progresso da agricultura. Seriam, também, estas reminiscências um dos elementos que contribuiria para as desigualdades regionais do país (27). A questão de fundo, desta concepção, parece ainda trilhar os caminhos da visão dual, muito semelhante àquela do agrarismo-industrialismo. Acrescenta, porém, um elemento diferente que é a noção de fartura e riqueza ao polo industrializado, e pobreza e miséria ao polo agrário. A segunda refere-se ao campesinato, pois ele foi admitido ainda, como a massa mais numerosa da nação. Reconhece, também, que o movimento camponês se en-

contrava ainda pouco desenvolvido, principalmente a nível de organização. Mas, a este campesinato, haveria de se propor, cautelosamente, palavras não radicais. Vale a pena transcrevê-las:

"Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa do arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através das formas legais de lutas e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. Assim é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semi-assalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros. Tem grande importância a defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses. A ação de massas se mostra indispensável para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento e conquistar a aprovação de leis que correspondam aos interesses dos trabalhadores agrícolas, inclusive a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo" (28).

Mas foi sem dúvida no V Congresso, em 1960, que o PCB mais intensamente debateu a questão do campesinato. Três aspectos devem ser ressaltados de suas teses.

a) O argumento de que a contradição fundamental da sociedade brasileira, contradição antagônica entre burguesia e proletariado, não encontrava condições de ser resolvida naquele momento. E mais, frisa o documento, que para a etapa, a revolução seria "*antifeudal, nacional e democrática*" (29) (grifo meu). Pertencem portanto à esta etapa, estas duas tarefas essenciais, dentre outras:

"A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe.

- O desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura" (30) (grifos meus).

Admitindo ser necessária a transformação radical da estrutura agrária via industrialização, como condição de eliminar o atraso, a proposta da reforma agrária foi o nexo que faltava à concretização da revolução democrático-burguesa.

b) Na questão da reforma agrária, concluiu-se que ela se fazia necessária para acabar com o monopólio da terra, fortalecer a economia camponesa, incentivar o cooperativismo, a mecanização agrícola (em outras palavras a modernização da agricultura) (31).

c) E, como que a justificar a insistência na questão do campesinato, no V Congresso persistiu a ênfase à necessidade da santa aliança — operário-camponesa — como elemento fundamental do movimento revolucionário. Assim sendo, concitaram-se os militantes a se empenharem na mobilização

dos assalariados rurais, dos camponeses, empregando as mais variadas formas de luta e organização. Quanto às reivindicações, elas estavam inscritas no restrito campo das conquistas econômicas como o cumprimento da legislação trabalhista, as garantias contra despejos e permanência de posseiros na terra (32).

Dos Congressos realizados pelo PCB foi, sem dúvida, no V que mais se abordou a questão do campesinato. A nível estratégico, dizia-se, era imperativo demover as causas do atraso econômico que grassavam principalmente o campo, desenvolver as forças produtivas, implantando a revolução democrático-burguesa. É por isso que, taticamente, a reforma agrária aparece como a forma necessária a esta revolução.

Insistir nesta questão não é sem propósito: a análise da trajetória dos Congressos permite observar como o PCB é cada vez mais obrigado a adentrar em análises e proposições para o campesinato. Os fundamentos de tal invasão de problemática devem ser buscados mais fora que dentro do PCB. Se, internamente ao partido, as limitações de ordem teórica, de desconhecimento do marxismo dificultavam, quando não impediam, compreender o processo real de desenvolvimento do capitalismo. Externamente ao PCB, as Ligas Camponesas, e a complexa situação em torno da qual elas gravitaram, levam para o interior do partido a questão da terra, da propriedade da terra — transformando-a numa questão teórico-nacional.

Sintetizando o que se viu até agora, em traços gerais, a questão do campo — a questão agrária — é proposta nos seguintes termos: revolução democrático-burguesa como medida para eliminar a sobrevivência dos restos feudais no campo e, por consequência, o latifúndio improdutivo; a reforma agrária seria então a viabilização tática para o desenvol -

vimento das forças produtivas no campo. A revolução democrático-burguesa estava portanto colocada como uma etapa necessária, como possibilidade de resolução da questão fundiária.

Esta modalidade de apreensão do real, parece não estar apenas calcada em simples erro de interpretação do desenvolvimento histórico brasileiro, mas, fundamentalmente na incompreensão do que é materialismo histórico. Dito de outra maneira, os pressupostos em que se baseiam as conclusões sobre a necessidade da revolução democrático-burguesa, em consequência, da reforma agrária, não se fundamentam na concepção materialista da história.

Primeiramente a "idéia do atraso no campo" é construída tomando como referência a comparação Brasil e países europeus, principalmente Alemanha, Inglaterra, em que o capitalismo no Brasil não teria resolvido contradições que aqueles países já haviam equacionado, a começar pela questão agrária (33).

Subjacente à esta forma — equivocada — de encarar o desenvolvimento capitalista que ocorre no Brasil emana a incompreensão do que seja capitalismo enquanto relação social, do que significa a forma de ser capitalista, seu desenvolvimento, suas contradições e sua necessidade intrínseca de reproduzir-se internacionalmente:

"O PCB não consegue, por uma análise equivocada do capitalismo em sua fase superior, perceber o caráter parasitário do capitalismo e de que o avançament das forças produtivas da sociedade é a própria forma de ser do imperialismo, a própria manifestação deste como a hegemonia do capital financeiro" (34). O enfrentamento da questão agrária, ou seja, o conteúdo programático do PCB para o campo, não leva em consideração estes fundamentos teóricos da acumula-

ção capitalista em sua fase monopolista. O que impede, o que atravanca o desenvolvimento do capitalismo, não são os resquícios feudais. E se assim fosse até que a reforma agrária seria uma proposta historicamente conseqüente. Mas, na ótica da evolução do capitalismo em sua fase monopolista, a reforma agrária não é uma questão do trabalho e sim do capital, pois como disse Getúlio Vargas "a criação de pequenas e médias propriedades rurais é tarefa que serve de base à própria estrutura social do país, como fator de estabilidade e equilíbrio. Ela virá estimular poderosamente o esforço da produção no setor agropecuário e promover a fixação ao solo de contingentes demográficos atualmente tornados insustentáveis pelas condições flutuantes do mercado de trabalho agrícola" (35) (grifos do autor). Ora, equilíbrio e estabilidade do sistema não são objetivos de quem pretende a eliminação da contradição capital e trabalho e sim a perspectiva de desmobilização, de cisão do proletariado. Desarticular, refrear focos de tensões e violências também é uma forma de cindir, de manter a ordem. Ao teorizar a reforma agrária, aceitar a sindicalização rural nos termos que o Estado impunha, o PCB não conseguiu mais que refrear o salto de qualidade das massas camponesas (36).

1.2 - PCB E A MILITÂNCIA NO CAMPESINATO

Sufocada a rebelião de Natal, em 1935, os militantes comunistas, tanto do Rio Grande do Norte, como de Pernambuco, buscaram refúgio em lugares menos assolados pela repressão. Um deles foi o interior da Paraíba, Campina Grande, local onde procuraram alternativa de sobrevivência. Porque estavam derrotados, não falavam de política, apesar de agirem politicamente (37). Muitos anos se passaram até o PCB

conseguir reorganizar suas bases, inclusive na Paraíba. Desse empenho interessa recuperar sobretudo dois eventos que, sem dúvida, devem ter contribuído para o fortalecimento da luta pela construção do PCB, que são os cursos de capacitação política. Estes cursos mostram o aspecto dinâmico das Resoluções Políticas do Comitê Central, a forma como aquelas orientações se corporificavam na prática. Pela maneira como elas foram encaminhadas, permitem a compreensão de muitas questões da militância comunista, porque sua prática se revestiu de nacionalismo, parlamentarismo, legalismo burguês, por exemplo.

O primeiro ocorreu em 1951, na cidade de Natal, envolvendo militantes de três Estados: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. O critério de escolha era o de apontar o militante que tivesse condições de tirar o máximo aproveitamento. Tendo em vista as dificuldades de se realizar um curso clandestino, das condições de segurança, das despesas econômicas, tornava-se necessário selecionar elementos que apresentavam grande potencialidade para evoluir politicamente.

Como decorrência das posições contidas no Manifesto de Agosto e sua proposição de FDLN, principalmente a Resolução do Comitê Central de fevereiro de 1951, o partido organizou aquele curso, que tinha como objetivos orientar os militantes quanto ao exercício da tarefa central — a luta pela paz — assim como discutir a proposição da FDLN.

Fazendo aqui uma abstração da forma como o curso foi organizado e apresentado para os participantes, pode-se sintetizar o seu temário em três aspectos: a FDLN e seu programa, a luta pela paz e a organização da classe operária. (ver anexo I). Neste curso, foi amplamente debatida a necessidade da Frente Única, pois o seu programa, coincidindo

com o programa do partido, estabelecia a participação do operário, camponês pobre, pequena burguesia, camponeses médios e intelectuais sinceros. Dessa maneira a Frente Única foi colocada como instrumento para a tomada de poder e solução para o problema nacional (38). Ainda com relação ao temário do Curso em Natal, destaca-se o programa dos nove pontos, pois, dizia-se, bastava aceitá-los para se ingressar na frente. Além da insistência na democracia popular e a luta pela paz, no programa era colocada a necessidade da reforma agrária através da liquidação do latifúndio (39). A grande ênfase do temário estava contudo na instrumentalização do marxismo-leninismo-stalinismo, principalmente nos aspectos da construção orgânica, política e ideológica.

A este curso compareceram representantes das células dos três estados, dentre eles, jornalista, advogado, operário, camponês. Foi justamente esta formação heterogênea (que, evidentemente, não era só cultural, mas também política) que veio a se constituir num problema para a direção do curso, sobretudo a presença do camponês (40).

Apesar de manifestos neste curso, os problemas, decorrentes da presença do "homem de poucas letras", viriam agudizar-se no curso de 1953. Ele não conseguia acompanhar as discussões encaminhadas pelos orientadores do curso. Fruto deste entrave foi a resolução de agrupar elementos que tivessem compreensão aproximada dos problemas, mesmo que para isto fosse necessário realizar dois cursos (41).

b) O curso de Recife, em 1953 (ver anexo II) teve a metade (de dez aulas teóricas) dedicada a dar noções sobre construção e funcionamento da vida partidária, segundo as exigências da situação de ilegalidade; duas delas consistiram em elementos de política internacional, como o poder e invencibilidade da potência socialista da União das Repú-

blicas Socialistas Soviéticas (URSS), e a necessidade da luta pela paz; as duas restantes foram realizadas, uma para caracterizar a situação do país e, outra, a orientação sindical comunista.

Depreende-se deste temário que grande importância era dada à preparação dos militantes nos aspectos da vida orgânica do partido que, na época, só poderia ser desenvolvida na clandestinidade. Apenas uma sessão foi destinada à inserção do militante na luta legal, através dos sindicatos. Muito embora boa parte das suas atividades estivesse concentrada na organização de sindicatos, inclusive no campo, a ênfase à sindicalização viria anos mais tarde, durante o governo de Juscelino, em 1956. Foi a época em que muitos militantes saíram da vida clandestina e foram atuar à frente dos sindicatos, usufruindo da situação que permitia uma vida semi-legal do PCB. Muitas considerações poderiam ser feitas a respeito destes cursos de capacitação política ora sintetizados. Parece ser inegável que os propósitos de educação em teoria marxista representaram um passo importante para diminuir os limites da ação espontânea, esta calcada apenas na vontade subjetiva e na fé revolucionária. A iniciação à vida coletiva, da qual os integrantes tinham uma amostra dos vinte, às vezes quarenta dias durante os quais passavam estudando, é outro ponto que teríamos que relevar no aprendizado da luta política.

O exercício para superação do desconhecimento da teoria foi, sem dúvida, um esforço para dotar a prática de um caráter científico. Se mais não contribuiu é porque limitações intrínsecas ao partido como sectarismo, mecanicismo, ~~ficultavam a assimilação crítica dos conteúdos propostos.~~ Os inúmeros militantes tarefeiros, que se formaram neste período, são produto, também, daquela forma de educação política: exagerando um pouco a comparação, a crença teísta deu lugar à fé no partido (42).

CAPÍTULO II

O QUADRO GERAL DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA

"Quando meu marido chegou no campo e viu a situação do camponês de Antas do Sono, começou a organizar o movimento camponês, pois ele já conhecia a luta por ter tomado parte na organização das lutas operárias..."

Elizabeth Teixeira
(Liga, 8/5/63).

2.1 - FORMAÇÃO INICIAL

A criação de Ligas Camponesas, ao invés de sindicatos rurais, é explicada como uma maneira de fugir à rigidez institucional, ao burocratismo já existente no sindicalismo urbano e também ao conjunto de restrições ao sindicalismo rural, na década de quarenta. Muito embora existisse, desde novembro de 1944, o Decreto-Lei nº 7.038/44, que outorgava direitos trabalhistas ao trabalhador rural, assim como o direito de se organizar em sindicatos rurais, de fato, quase nada havia neste sentido.

Até os anos sessenta, no Nordeste, há notícias de apenas dois sindicatos rurais reconhecidos — o Sindicato Rural de Barreiros e o Sindicato de Ilhéus (43). A este argumento, que é apenas um aspecto do conhecimento da realidade, teríamos que acrescentar outros mais. A explicação necessária parece estar contida também nas condições de mobilização e organização político-partidária. Na literatura analisada — Moraes, Soares, Camargo e Cavalcanti (44) —, todos são unânimes em afirmar que as primeiras Ligas Camponesas foram criadas pelo PCB — as famosas Ligas de pequenos horticultores das proximidades de Recife (45).

Segundo Cavalcanti, era o PCB, naquela época, a única agremiação político-partidária que se empenhava em organizar os trabalhadores do campo, ainda que numa transposição de métodos e táticas do meio urbano (46).

Com a cassação do PCB, em 1947, estas ligas entram também na ilegalidade e poucas sobrevivem à repressão, pois tanto os fazendeiros como a polícia se encarregavam de dissolvê-las. Seu ressurgimento data de aproximadamente 1955, em Pernambuco, através daquela que se tornou conhecida como a Liga-mãe, do Engenho da Galiléia, mais propriamente, "Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernam -

buco" (47), e na Paraíba, com a Liga de Sapê. Destes dois polos as Ligas adquirem ampla repercussão social, vindo a contribuir para o ascenso da movimentação política junto ao "campesinato".

Na Paraíba, parece não haver dúvidas de que a Liga Camponesa começou através da ação de João Pedro Teixeira, em torno de 1954. A figura deste líder tem representado na luta contra a opressão, um exemplo, uma lição. Efetivamente a contextualização histórico-social, assim como os dados biográficos disponíveis nos mostram que não apenas condições objetivas mas também subjetivas contribuíram à criação da Liga Camponesa. Nas contínuas buscas que João Pedro se lançou para sobreviver, encontrou também "lições de unidade operária", as quais, insistentemente, procurou traduzir na prática, marcando com isto os passos da Liga de Sapê — a primeira do Estado (ver anexo III). Do texto anexó, resguardada a linguagem apaixonada da época, depreende-se os diferentes momentos por que passou a experiência de organizar legalmente a Associação dos Trabalhadores Rurais, ou simplesmente, Liga Camponesa. Sua criação, ocorrida no quintal da casa de João Pedro, era frágil e suscetível demais aos desmandos do proprietário da terra, assim como da polícia. Por isto não resistiu muito tempo, extinguindo-se logo em seguida.

Ressurgiu em 1958 com novas feições, novos métodos de ação. Não mais uma Liga doméstica, mas uma Associação com sede na cidade de Sapê. A característica fundamental desta mudança parece se inscrever numa orientação nova, no sentido de institucionalizar o movimento, colocá-lo nos limites da legalidade burguesa. Também procurava mostrar que tal movimento não era "coisa de comunista", mas de camponês explorado que tem alguns direitos, e não só deveres. Esta mudança fortaleceu muito o movimento embrionário que, já a

partir de sua primeira reunião, mobilizou a imprensa e a opinião pública (para acompanhar a iniciativa). Por ter em mira, fundamentalmente, o propósito de trilhar os caminhos da legalidade, é que foram convidados, para o primeiro evento, o Juiz de Sapê, o Padre, o Médico, o Chefe de Polícia e sua instalação deu-se na própria sede da Prefeitura do Município de Sapê -PB. Oficialmente criou-se a Associação dos Trabalhadores Rurais de Sapê, que não tinha nome de Liga e nada que lembrasse camponês. Era uma Associação em cuja direção estava, de fato, João Pedro, apesar de o presidente ser Severino Barbosa, proprietário de cinquenta hectares de terra.

Se o primeiro grande momento da Liga de Sapê adveio da mudança tática de local — transferindo-a para a cidade, buscando apoio fora das fazendas — o segundo deu-se por ocasião da morte do líder João Pedro, momento que se caracterizou pelo florescimento do movimento no Estado.

Estima-se, na época, haver cerca de dois mil membros em cada entidade, com exceção de Sapê, que já em 1963 possuía dez mil associados. Moraes diz que ela foi a Liga mais poderosa do Brasil, que chegou a ter treze mil membros, seguida de Mamanguape -PB-, com dez mil. No Estado todo estimou-se cerca de quarenta mil sócios (48).

Alhandra, Fazenda Miriri, Araçagi, Alagoinha, Bananeira, Cuitegi, Santa Rita, Alagoa Grande, Mari, Guarabira, Mulungu, Campina Grande, Belém, Pedras de Fogo, Oitizeiro, Itapororoca, Várzea Nova, Itabaiana, todas estas cidades e fazendas da Paraíba tiveram a sua Liga, além de Mamanguape e Sapê.

Em Itabaiana foi muito difícil implantar a Associação. Nesta região, assim como na de Pilar, havia propriedades do grupo mais conservador da Paraíba, e que, no dizer

de um morador *"sô entende relações com camponeses em termos de violência, de despejo"* (49). Sobre este grupo, dizia-se também, que ele superava os demais não pela quantidade de terras, nem pelo número de trabalhadores, mas pela violenta reação contra os camponeses: cercava a casa dos sócios das Ligas, tomava a carteira da Liga, espancava.

Se na área de Sapê o grupo dominante enfrentava a oposição, ainda que pequena, feita pelos dirigentes do partido de centro - Partido Social Democrático (PSD) -, em Pilar e Itabaiana nada disso acontecia: não havia oposição, não havia partido político que se defrontava com o grupo dominante.

Na cidade de Itabaiana houve várias tentativas de organizar a Liga Camponesa, mas resultavam sempre em fracasso. Foi necessário deslocar a liderança de Sapê, Pedro Inácio Araújo ou "Pedro Fazendeiro", que já militava no movimento há algum tempo, para tentar organizar a Liga de Itabaiana. Entretanto, até que isto acontecesse, não faltaram violências para impedir a sua formação. Numa de suas viagens para Itabaiana, o líder "Pedro Fazendeiro", e o deputado estadual Assis Lemos sofreram um atentado de morte. O deputado foi violentamente espancado e precisou ficar internado no hospital cerca de trinta dias (50).

Na área de Usinas, o movimento das Ligas não começou em seu interior, mas alcançou-as através das fazendas dos fornecedores de cana. Em Santa Rita, mais de uma vez foi fundada a Liga (dentro da Usina). Entretanto, subitamente desapareciam os membros da direção, presidente, secretário, tesoureiro, arrefecendo com isto o movimento durante certo tempo. Estes elementos eram cooptados pela direção da Usina, que lhes oferecia uma boa promoção e transferência para outra bem distante. Desaparecida a diretoria, levava-se tempo para outra vez se fazer concentrações e eleições da nova

Diretoria. Era um emprego de tática diferente, aparentemente menos violenta, porém tinha a mesma finalidade: a de boicotar uma possível ação organizada dos camponeses. Nas Usinas, particularmente de domínio do grupo Ribeiro Coutinho houve muita dificuldade para se conseguir adesões, porém não foi impossível; no final, obteve-se em torno de cinquenta por cento dos assalariados. Os trabalhadores destas foram, pouco a pouco, se integrando à Liga de Sapê, Espírito Santo, e mesmo a de Santa Rita (51).

Em Sapê, parece não haver dúvidas quanto ao papel desempenhado por João Pedro na condução ideológica dos conflitos, e não seria demais atribuir-lhe a divulgação de idéias socialistas.

Não é simples coincidência que o processo de formação inicial das Ligas ocorreu no início da década de cinquenta e sobretudo depois de 51/53, quando o PCB começou a trabalhar no sentido de capacitar teoricamente seus militantes, ou seja, criar quadros para a luta política.

Muito embora não se possa afirmar, com certeza, que ele tenha participado diretamente dos cursos de capacitação política, dos seus ensinamentos muito se beneficiou, pois era homem vinculado ao partido. O período entre 1954, período dos primeiros acontecimentos da Liga de Sapê, e 1958, data em que a Liga vai para a cidade buscando legalidade e institucionalização do movimento, marca justamente um dos momentos privilegiados em que o PCB sugeria a seus quadros, a participação nos trabalhos de massa, junto aos sindicatos fundamentalmente. É o momento em que muitos militantes saem da vida clandestina e passam a atuar na semi-legalidade; embrenham-se com todo fôlego na complicada política sindical, enlaçando-se com o emprego da tática de acumulação de forças, através da reivindicação por melhores condições de vi-

da apenas. Apesar de minoritária, a participação dos elementos do PCB foi sensivelmente observada, como podemos depreender da leitura dos principais encontros e congressos nos anos 53/58:

a) I Conferência Nacional dos Trabalhadores (1953).

Levada a efeito no mês de setembro, teve suas sessões desdobradas em três Conferências, simultaneamente no Ceará, na Paraíba e em São Paulo; o seu produto mais importante foi a decisão de fundar uma entidade nacional que congregasse os trabalhadores rurais (52). Através de depoimentos, constatou-se que na Paraíba esta Conferência foi realizada logo após o curso de capacitação política do PCB, do qual vários militantes foram participar do 1º Congresso Camponês do Estado da Paraíba (era assim denominada a Conferência naquele Estado), levando a debate questões como a necessidade da organização sindical, a luta pelas liberdades democráticas e a independência nacional (53).

b) II Conferência Nacional dos Trabalhadores Rurais (1954).

Realizada em São Paulo, reuniu representantes de quase todos os estados do Brasil, entre eles o da Paraíba. O evento mais importante desta reunião foi a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Esta organização, engendrada e apoiada pela estrutura nacional do PCB, não tinha pretensões de se constituir num movimento agrarista. Seu principal objetivo era criar condições de viabilizar a aliança operário-camponesa, *"projetada para realizar a propalada revolução democrático-burguesa (anti-feudal e anti-imperialista)"* (54).

c) Congresso de Salvação do Nordeste (1955).

Sucedido no momento em que as Ligas Camponesas estavam sendo revitalizadas, este Congresso teve importância de-

cisiva na emergência do problema camponês, e não seria demais dizer que se constituiu num dos marcos mais importantes para elevar a nível nacional uma temática que era enfrentada regionalmente.

Instalado num dos mais ricos clubes de Recife (Clube Português), foi o próprio Governador do Estado, General Cordeiro de Farias, quem o presidiu. Era porém inédito que, num mesmo recinto, se reunissem elementos de distintas classes e representantes dos nove Estados Nordestinos, e discutissem publicamente seus problemas sócio-econômicos.

No tocante à Comissão de Problemas da Terra, esta era formada basicamente por delegados das Ligas Camponesas que conseguiram, a partir daí, institucionalizar a prêdica da Reforma Agrária na região. Depois deste Congresso, ficou mais fácil denunciar tanto o anacronismo das estruturas sociais como o atraso econômico (55).

d) 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco (1955).

Muito encorajados pela repercussão das conclusões tiradas no Congresso de Salvação, os camponeses organizam, em setembro de 1955, outro congresso, também de amplitude regional, mas fundamentalmente destinado aos delegados de associações camponesas. O êxito deste encontro foi devido a vários aspectos, dentre os quais, o elevado número de camponeses participantes — em torno de três mil.

Este Congresso, realizado no Clube Náutico (outro destacado clube de Recife) e patrocinado pelo professor Josué de Castro, então Diretor Geral da FAO (Food and Agriculture Organization*), teve também como destaque uma ruidosa passeata que saiu pelas ruas da cidade. Como cita Moraes, José

* Organização de Alimentação e Agricultura, organismo das Nações Unidas.

dos Prazeres, fundador da Liga da Galiléia, realizou neste dia um dos seus grandes sonhos: ver as ruas da capital dominadas por milhares de camponeses (56).

e) I Congresso de Trabalhadores da Paraíba (1958).

Ocorrido na cidade de João Pessoa, entre 10 e 13 de maio de 1958, organizado por bancários, reuniu vários trabalhadores, entre eles sapateiros, gráficos, trabalhadores da construção civil e os próprios bancários. Também compareceram aqueles que estavam ainda organizados através de associações, como os camponeses. O objetivo principal desta reunião era incentivar a união dos trabalhadores, assim como discutir os problemas específicos da classe. As polêmicas giraram em torno de política sindical e as resoluções tiradas neste Congresso eram: solicitação da carta sindical para algumas categorias de trabalhadores, criação de Juntas de Conciliação e Julgamento nas principais cidades, lei orgânica da previdência social; o direito de greve e abono de Natal. A partir destas resoluções, começou-se a movimentar organizadamente a vida sindical na Paraíba. Também não poderemos deixar de fazer menção à questão do campesinato, cuja resolução básica foi a *"ampliação da legislação trabalhista ao homem do campo"* (57).

Em traços gerais, enunciamos até aqui o quadro em que a Liga de Sapê foi se constituindo, influenciando e recebendo influências. De um movimento localizado, com reivindicações específicas, passou para o âmbito regional e depois sua tática passou a integrar o conjunto das questões nacionais.

De simples associações beneficentes, as Ligas, no desenrolar do processo, vão assumindo configuração mais definida, quer ao nível da base social que a integrava, quer ao nível da forma de reivindicação. Mas este processo, que nada teve de tranqüilo, foi cheio de controvérsias e contra -

dições. Devido à grande capacidade de mobilização existente nas Ligas, gravitavam ao seu redor liberais, nacionalistas, socialistas, comunistas que, por pertencerem a facções distintas, lutavam por fazer prevalecer suas orientações políticas.

2.2 - O CENÁRIO DA LUTA

Num esboço de contextualização dos conflitos entre proprietários de terras e camponeses, dos quais João Pedro foi um dos protagonistas, pode-se localizar dois núcleos de problemas: 1) De um lado, uma tendência crescente à incorporação de áreas no processo produtivo, que vinha aumentando o poder econômico do grupo tradicionalmente vinculado à produção da cana de açúcar, cujos interesses chocavam-se diretamente com o dos camponeses, em sua luta por reproduzirem-se, através de roçados de subsistência; 2) De outro, uma oposição política tênue, de centro, ensaiava um enfrentamento com o que restava de "poder dos coronéis" (58). As Ligas vieram reforçar esta frágil oposição, ameaçando ainda mais o que poderíamos chamar de "coronelato". Vejamos.

A região de Sapê, do ponto de vista geo-econômico, está situada numa área de transição, possuindo características das zonas de litoral, mata e agreste, o que muito dificulta uma precisa identificação.

A agricultura desenvolvida nesta região, devido ao baixo desenvolvimento da mecanização, estava, na época das Ligas, muito dependente ainda das condições naturais. Tanto era assim que Carneiro, ao estudar a região, afirmou que a "*aptidão de cada terreno fazem os agricultores de Sapê*" (59), ou seja, parece ter pretendido dizer que o estágio em que se encontrava a agricultura devia-se apenas à subor-

dinação das condições naturais; que era, também, devido a isto que se encontrava (no início da década de sessenta) uma diversidade de produtos cultivados: cereais, algodão, pecuária e a cana de açúcar, predominantemente.

Sem precisar exatamente o tamanho das propriedades, apenas dizendo que as primeiras são as maiores e as últimas são as menores, eis como Carneiro representou a atividade agro-pecuária de Sapé, de acordo com o destino do produto:

- "1. cana - gado (para o mercado)
2. cana - gado - algodão (para o mercado)
3. gado - algodão (para o mercado)
4. gado - abacaxi (para o mercado)
5. cana - gado - algodão - abacaxi (para o mercado)
6. cana - gado - algodão - abacaxi (para o mercado) e mandioca - inhame - carã - batata-doce (mercado e consumo)
7. algodão - abacaxi (mercado) mandioca - inhame - carã - batata-doce - feijão - milho - fava (mercado e consumo) e gado (consumo - leite).
8. abacaxi (mercado) mandioca - milho - feijão - fava (mercado e consumo) e gado (consumo - leite)
9. mandioca - milho - feijão - fava (mercado e consumo)" (60).

A demanda maior por força de trabalho nestas atividades, estava com a cana-de-açúcar, uma vez que de agosto a fevereiro, era intensamente utilizada no corte da cana. Neste período, os moradores das propriedades trabalhavam o tempo todo para o patrão, enquanto que na época chuvosa (março-abril até agosto e setembro) trabalhavam três dias para

o patrão, e o restante nos roçados de subsistência. Esta atividade porém era dividida com a de plantio de cana, que se inicia em abril, sô se encerrando no mês de agosto. Tendo Carneiro realizado minucioso estudo sobre a condição da força de trabalho de Sapé no período das Ligas, observou que *"setenta por cento eram moradores, quinze por cento rendeiros e foreiros, dez por cento trabalhadores urbanos, sendo que cinco por cento possuíam roçados arrendados e cinco por cento sem roçados, e outras categorias totalizavam cinco por cento"* (61).

Entretanto, para melhor situar o local dos conflitos, faz-se necessário uma verificação: a distribuição da propriedade e suas alterações ocorridas entre os anos de cinquenta e sessenta.

TABELA I

PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SAPÉ
Número e área dos estabelecimentos rurais por grupo de área 1950/1960

Grupo de área (ha)	Estabelecimentos		Área (ha)	
	1950	1960	1950	1960
0 - 5	155	1.747	404	4.236
5 - 10	100	230	636	1.512
10 - 20	84	133	1.050	1.795
20 - 50	52	55	1.395	1.535
50 - 100	19	11	1.115	670
100 - 500	36	25	9.378	6.437
500 - 2.000	14	18	14.738	17.082
+ de 2.000	3	3	7.958	12.765
Total	463	2.222	36.674	46.032

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo de 1960; citado por Carneiro, op. cit. p. 14.

Apesar de Carneiro reconhecer que os dados desta tabela eram mais fidedignos, admite também que eles apresentavam uma diferença de critérios, quanto à definição do que seria um estabelecimento agrícola, de uma década para outra. A inclusão, nesta categoria, daqueles estabelecimentos destinados ao consumo doméstico explicaria o súbito aumento das propriedades de 0 a 5 ha, de 155 para 1747, em 1960. Todavia, ainda que a justificativa sugerida por Carneiro possa apresentar certo fundamento, não explica o aumento de áreas na década. Considera-se, para efeito de análise, a manutenção hipotética dos dados de 1950 no primeiro item, e veja-se a área média.

TABELA II

PARAÍBA

MUNICÍPIO DE SAPÉ

Número de propriedades rurais por grupo de área e área média
1950/1960

Grupo de Área (ha)	Estabelecimentos		Área por ha		Área Média	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960
0 - 5	155	155	404	404	2,60	2,60
5 - 10	100	230	636	1.512	6,36	6,57
10 - 20	84	133	1.030	1.795	12,26	13,49
20 - 50	52	55	1.395	1.533	26,82	27,87
50 - 100	19	11	1.115	670	58,68	60,90
100 - 500	36	25	9.378	6.437	206,50	257,48
500 - 2.000	14	18	14.738	17.082	1.052,71	949,00
+ de 2.000	3	3	14.738	12.765	2.652,66	4.255,00
Total	463	630	36.674	42.198	-	-

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo de 1960, citado por Carneiro, op. cit. p. 14.

A partir destes dados, pode-se inferir que a área média teve pequena variação nos estratos até 50 ha, muito embora houvesse um aumento do número de estabelecimentos. Foi somente o último estrato que, permanecendo inalterado o número de estabelecimentos, sofreu um significativo aumento de área (4.807 ha). Mas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera estabelecimento toda a área, independente de tamanho, em que se realiza exploração agropecuária (62), o aumento pode ser explicado pela incorporação de novas terras ao processo produtivo — e não concentração propriamente como sugere Carneiro (63). Faltariam outros dados para complementar a análise, pois a tendência à concentração não pode ser vista apenas em um momento do processo. A incorporação de terras, contudo, parece que pode ser explicada na medida em que observamos a evolução dos principais produtos agrícolas.

TABELA III

PARAIBA

MUNICÍPIO DE SAPÉ

Relação dos principais produtos agrícolas e quantidade
1940/1960

Produtos Agrícolas	Quantidade (t)		
	1940	1950	1960
Cana de açúcar	19.551	50.158	182.750
Abacaxi*	-	12.180	17.880
Mandioca	6.263	11.395	13.613
Algodão	1.497	998	736
Batata doce	-	924	2
Feijão	304	421	44
Milho	251	494	50
Fava	-	107	-
Fumo	43	34	30

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico de 1940, 1950 e 1960.

*A quantidade citada refere-se a toneladas com exceção do abacaxi, em centos.

Constata-se, assim, que a cana-de-açúcar, principal produto da região da região de Sapé veio aumentando intensamente a sua produção, passando de 19.551 toneladas em 1940, para 50.158 toneladas em 1950, o que significou um aumento de 156,5%. Ainda mais significativo foi o aumento verificado entre as décadas de cinquenta e sessenta, quando a produção da cana-de-açúcar teve um incremento de 264,3%, passando de 50.158 para 182.750 toneladas.

Com relação ao abacaxi, nota-se que o produto só será cultivado a partir de 1950, quando alcançou 12.180 frutos. Em 1960, eleva-se para 17.880 frutos. O grande aumento da produção da cana-de-açúcar, assim como também a introdução de um novo produto desencadeiam um rearranjo ao nível da ocupação das terras (possivelmente, a incorporação de novas terras) pois a mecanização, naquela década, pode ser considerada insignificante — como Carneiro apresentou, havia somente dezoito tratores em 1950 e oitenta e cinco em 1960. (64)

Os dados da população residente no município parece que vêm corroborar esta tendência à incorporação, pois cada vez menos lugar há para as culturas de subsistência.

Em 1940, 81,8% da população residia na área rural e apenas 18,2% na área urbana; este percentual vai se alterando: em 1950, 80% e 19,5%; em 1960, 78,2% e 21,8%, respectivamente, e em 1970, há uma grande diminuição da população rural que só alcança 64,8%; a urbana, entretanto cresceu para 35,2%, como se pode ver na tabela IV.

Boa parte deste incremento populacional urbano vai se localizar "nas pontas de rua", hoje conhecidas como "Nova Cuba". Sua origem também parece remeter às transformações ocorridas na atividade agrícola. Ou melhor, delas é produto, pois a presença destes aglomerados na área urbana viria complementar a explicação acerca da incorporação de novas

TABELA IV

PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SAPE
Número da população total, rural e urbana.
1940/1970

POPULAÇÃO	ANO							
	1940	%	1950	%	1960	%	1970	%
RURAL	32.162	81,8	30.502	80,4	38.002	78,2	29.782	64,8
URBANA	7.158	18,2	7.416	19,5	10.594	21,8	16.199	35,2
TOTAL	39.320	100,0	37.918	100,0	48.596	100,0	45.981	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1940 e 1960

Publicações FIBGE Série Monografia nº 505 (de acordo com Sinopse Preliminar do Censo de 1970).

terras (que antes poderiam ser ocupadas por moradores com seus roçados de subsistência). Invadidas pela cana e abacaxi, não restou a seus ocupantes outra alternativa que migrar para os grandes centros ou residir mesmo nas pequenas cidades da região, como Sapê, Cajá e outras (65). Entretanto, nem sempre a saída do roçado aconteceu sem problemas, uma vez que ao camponês caberia uma parcela de indenização das benfeitorias, sejam elas casas, frutos ou produtos (quando não efetuada a sua colheita). A reivindicação desta indenização, por menor que ela fosse, resultava quase sempre num problemático enfrentamento entre proprietários e camponeses.

2.3 - BASE SOCIAL DA LIGA CAMPONESA

Sobre este aspecto, é necessário mais uma vez fazer menção ao trabalho de Carneiro. Embora a sua fundamentação possa ser questionada, a minuciosa descrição é bastante coerente com o que havia de avançado na época. Se hoje a teorização dos restos feudais é considerada ultrapassada com exceção para Passos Guimarães (66), na década de sessenta, era o que havia de mais avançado. As forças de esquerda, em geral, e sobretudo o PCB, defendiam acaloradamente as teses feudais e semifeudais.

Assim é que Carneiro, muito ao gosto da época, buscou na agricultura nordestina a base empírica para as formulações e teses feudalistas. Moradores, foreiros, pequenos renteiros, trabalhadores alugados, vaqueiros, todos eram submetidos ao domínio de relações semifeudais (segundo Carneiro).

O morador — predominante na região — possuía características semelhantes ao servo da gleba, de conformidade

com a interpretação proposta pelo autor. O morador *"recebe do proprietário um pequeno roçado para cultivar e tem obrigação de trabalhar para este sempre que for chamado. A prática usual é trabalhar três dias por semana (dias de "condição") recebendo diária inferior à corrente, enquanto que nos outros dias recebe diária comum. Quando lhe sobra tempo, trabalha em seu roçado"* (67).

O pequeno rendeiro é outro elemento destacado por Carneiro na agricultura de Sapê. O arrendamento era empregado no cultivo do algodão que, em geral, era consorciado com cereais, no cultivo de abacaxi e, excepcionalmente, no cultivo da cana-de-açúcar. O foreiro, outro elemento presente na época das Ligas em Sapê, diferia do rendeiro porque pagava a renda (foro) anual e era obrigado ao cambão (trabalho gratuito dois ou três dias na semana). Algumas características são comuns aos três tipos:

a) Além do que produzir, onde produzir, quando plantar o produto do cultivo, na quase totalidade era sempre "sujeito", isto é, pressupunha a venda preferencial ao dono da terra;

b) Cultivos de frutas não temporárias como banana, laranja, coco, foram sistematicamente proibidos, evitando o pagamento da indenização, quando fosse dispensado da terra;

c) A casa, que antes era propriedade do morador, ou rendeiro, passou a ser construída e recuperada pelo proprietário, evitando também o pagamento de indenização.

A partir de 1958, Carneiro afirma que estas formas de relacionamento entraram em crise. Moradores, rendeiros, foreiros, tiveram vetada sistematicamente a complementação que

recebiam através dos roçados de subsistência e outras formas que permitiriam auferir algum rendimento extra, como por exemplo através das culturas permanentes. Foi em consequência desta crise que os proprietários passaram a evitar arrendamentos, cartas de aforamento e também o cultivo de plantas temporárias.

Por outro lado, os camponeses começaram a não mais aceitar o cambão, a exigir indenização pelas benfeitorias quando expulsos, sendo estas reações atribuídas aos feitos das Ligas Camponesas (em torno destas exigências estava o início delas).

Apesar de Carneiro relatar que muitas disputas vinham ocorrendo entre moradores ou rendeiros e proprietários, não explicita porque elas emergiram. Sua descrição, permite caracterizar os resquícios feudais na realidade, muito embora seja insuficiente para explicar a mesma, apreender suas determinações.

Outra fonte documental, que mostra como a base social era caracterizada, são os Estatutos da Liga Camponesa da Paraíba (ver anexo IV) e da Associação de Lavradores e Trabalhadores de Sapê (anexo V). Neles, estão explicitadas as condições para o camponês pertencer a Liga. Estas condições supunham o exercício de qualquer atividade vinculada à produção agrícola, ou melhor, devia ser arrendatário, assalariado e pequeno proprietário agrícola.

2.4 - SOBRE O LÍDER JOÃO PEDRO TEIXEIRA

A prática política de João Pedro não pode ser divorciada de seu desempenho como ator social. Filho de seu tempo, soube assumi-lo, soube fazer uso das "lições de unidade operária", ainda que historicamente tenha cometido alguns

equivocos.

A liderança de João Pedro praticamente envolve todo período inicial das Ligas Camponesas, e se deve à participação no processo de organização das lutas operárias que ocorriam nas diversas cidades de Pernambuco, onde buscava a sua sobrevivência.

Profissionalmente, João Pedro dividia seu trabalho entre a atividade agrícola — em parte da terra do sogro — e a atividade de extração de pedras, como assalariado (68). A primeira, que era compartilhada pela esposa e filhos, consistia em cuidar de uma lavoura de milho, feijão, algodão, fava, sessenta e seis pés de coqueiros e três mil pés de agave (69). A venda desta parte ocupada por João Pedro levava-o à Justiça reivindicando a indenização das benfeitorias asseguradas pelo Código Civil.

Incomodado com a presença do líder em suas terras, e também com a movimentação em torno dele, seu sogro, Manoel Justino da Costa, resolveu vender a parte ocupada por João Pedro — Sítio Antas do Sono (quatro quadras de cinquenta) — a Antonio Tavares, vereador pela então União Democrática Nacional (UDN). Assim o fez e João Pedro contestou o negócio, na condição de morador há mais de dez anos. Mas, como diria um desavisado poeta, além de benfeitorias, trágico destino o seu, nestes anos João Pedro plantou também uma Liga Camponesa. É provável que a movimentação em torno dela tenha despertado muitos temores aos vizinhos, inclusive ao sogro (pequeno proprietário e dono de uma casa de farinha) que, amedrontado, se empenhou na venda do Sítio para afastar de vez o "perigo vermelho". Ameaças e pressões não estavam arrefecendo ânimos do movimento que ora nascia (70). Porém, até que a ação de venda se consolidasse, muitos camponeses procuravam o Sítio Antas do Sono, como se pode de-

preender do depoimento de Elizabeth:

"Os camponeses freqüentavam muito a minha casa. Há dias que lá vão cinquenta, sessenta, oitenta camponeses. E lá sempre leio os jornais, com a pouca leitura que tenho, que fiz o segundo primário. Meu pai não podia me manter na escola porque era muito pobre e eu trabalhava na roça. Mas os camponeses não sabiam ler, e iam aos domingos com os jornais, às vezes iam sessenta, oitenta camponeses para ouvir a leitura dos jornais. Todo mundo admirava a casa de João Pedro. O próprio Antonio Vitor esse vereador, quando passava com a camionete para entregar a mercadoria lá da venda, dizia: A casa de João Pedro está cheia de camponeses. Eu cuidava da casa logo cedo, que levanto às quatro ou quatro e meia e ia ler os jornais para os camponeses. A minha atividade é que era essa. Mas meu marido é que era da Liga" (71).*

Da contestação judicial, reação pouco comum entre os camponeses, da movimentação em sua casa, do que ele dizia (72) e fazia, deste conjunto de situações e, sobretudo da "ameaça comunista", reacenderam-se os desejos de que voltasse, outra vez, a haver mais respeito dos serviços para com os "coroneis". A morte do líder "costaria o mal pela

* Elizabeth, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), refere-se a Antonio Vitor, porém, parece tratar-se mesmo de Antonio José Tavares, o comprador da terra em questão.

raiz", diziam eles na época. Ledo engano. O assassinato de João Pedro, ao invés de arrefecer os ânimos, plantando o medo e a subserviência, fez com que cinco mil camponeses fossem ao seu enterro, provando que a luta continuava (73). A morte de emboscada do vice-presidente das Ligas, ocorrida na estrada do Café do Vento-Sapé, no dia dois de abril de 1962, acirrou animosidades entre proprietários e camponeses, pois não havia muitas dúvidas de que o crime fora encomendado.

Todavia, a conjuntura em que se deu o crime havia mudado. O proletariado ensaiava um esboço de reação organizada, não permitindo que a violência e o arbítrio do capital passassem impunes. Na conjuntura, inaugurava-se um novo momento da luta de classes.

A denúncia do fato pela imprensa nacional e internacional foi muito ruidosa e, politicamente, havia a possibilidade de uma cobrança, para que pelo menos este crime não ficasse impune. Há que se lembrar que as forças de esquerda, os comunistas, enfim, estavam desde o período do governo Juscelino numa situação de quase legalidade, até mesmo de participação no governo.

É por isto que, pressionado por várias forças políticas, o governo do Estado da Paraíba se viu na obrigação de "cumprir o seu dever" (74).

Determinou a abertura do inquérito para apurar os autores materiais e intelectuais do crime. Alguns dias mais tarde, até o "Times" publicou matéria sobre o assunto. Eis um trecho da nota:

"O Chefe de Polícia identificou os policiais rurais acusados de terem atirado no líder da Liga Camponesa de Sapé, como Antonio Alexandre e Francisco Pedro da Silva. Um

terceiro homem, Arnaud Claudino, identificado como administrador, estava sendo procurado como participante do crime.

Os três disseram na polícia que foram pagos por latifundiários para matar o senhor Teixeira em refrega pelo assassinio de um administrador, dois meses atrás por camponeses armados com facas e foices" (75).

O desenrolar da cobrança teve muitos desfechos. Em menos de uma semana da data do fuzilamento, obteve o chefe de polícia a confissão de Francisco Pedro, que era membro do destacamento policial de Sapê — mais conhecido como cabo Chiquinho, ou Nobreza — como sendo Antonio Alexandre o autor dos disparos; confessou também o envolvimento de um terceiro personagem, o vaqueiro Arnaud, que na época trabalhava para o industrial Agnaldo Veloso Borges (76). No dia seguinte a esta declaração, a Chefia da Polícia decretou prisão preventiva para Francisco Pedro da Silva e Antonio Alexandre, ambos soldados da Polícia Militar e para o vaqueiro Arnaud Claudino (77). Solicitou também a prisão preventiva do proprietário Sr. Pedro Ramos, porém o Juiz de Direito de Sapê não apreciou o pedido.

E mais, a fim de não "*comprometer os bríos da Polícia Militar com a presença inglória de pistoleiros profissionais*" (78) o Comando Geral da Polícia Militar decidiu expulsar de seus quadros os dois soldados, apesar de Antonio continuar negando a participação no crime (79).

Outro desfecho da cobrança foi a acusação e conseqüente decreto de prisão preventiva de Agnaldo Veloso Borges, como um dos mandantes intelectuais do crime. Nos autos do inquérito policial instaurado para apuração do assassinato de João Pedro, várias pessoas fazem referência a ele, se-

gundo consta na Certidão da Polícia: "fls. nove: os fazendeiros tinham em mira matar seu esposo, entre outros ela pode citar o Dr. Agnaldo Veloso Borges; fls. sessenta e três consta o seguinte: que o povo de Pilar comenta, com muito cuidado, que a ordem para matar o camponês João Pedro partiu do Dr. Agnaldo Veloso, pois o referido proprietário desejava acabar com a Liga, que o soldado Chiquinho é pessoa amiga do Dr. Agnaldo, existindo tal amizade entre os dois por intermédio do sargento Fonseca, que vive recebendo ordens do Sr. Agnaldo; que toda a vez que o Dr. Agnaldo se encontrava no Engenho "Recreio", para lá se dirigiam o sargento Fonseca e o soldado Chiquinho; fls. noventa e oito consta o seguinte: que o seu companheiro de viagem falando sobre as Ligas Camponesas disse a ele declarante: "Se no Estado tivesse mais quatro homens iguais ao doutor Agnaldo, esse negócio de Ligas acabava-se, rematando disse ainda a ele o declarante: "o velho macho", referindo-se ao Dr. Agnaldo" (80).

Depois de ouvidos vários depoimentos, o Chefe de Polícia solicitou ao Juiz Walter Rabelo para que determinasse prisão preventiva de Agnaldo a fim de continuar as investigações. Decretada a prisão do fazendeiro, o próprio Chefe de Polícia comandou as diligências no sentido de capturá-lo, o que não foi possível. Apesar de estar na quinta suplência de deputado estadual da coligação UDN-PL, armou-se um esquema para que Agnaldo assumisse o mandato de deputado estadual, e com isto adquirisse imunidade parlamentar (81).

Com esta medida, arquivou-se o seu processo.

Após o golpe de Estado de 31 de março de 1964, mais precisamente em março de 1965, os dois soldados foram submetidos a julgamento pelo fuzilamento de João Pedro, entregando o Tribunal do Júri os declarou isentos de culpa (82).

Anos mais tarde (1969), quando Cabo Chiquinho se encontrava outra vez na prisão, falando sobre a morte de João Pedro a seus companheiros de cela, disse que por dinheiro fazia o serviço que lhe mandassem: da surra ao crime de emboscada. Como mercenário que era admitiu participação direta na morte de João Pedro, a mando de Agnaldo Veloso; (no momento estava na prisão por ter perdido a proteção que lhe davam, devido a alguns desentendimentos) (83).

O golpe de sessenta e quatro foi também o golpe de silêncio neste processo, pois, apesar das muitas evidências, permaneceram os criminosos na impunidade.

Ainda hoje, vivas lembranças permanecem na memória daqueles que conviveram com João Pedro: *"A cruz de madeira simbolicamente colocada no local da emboscada e que foi mais de uma vez destruída pelas mesmas mãos que lhe tiraram a vida, até mesmo a cruz de cimento armado que em 64 foi desfeita com rajadas de metralhadora ... que João Pedro era um camponês que não pagava o cambão, só pagava o foro, mas foi ele quem abriu a luta contra o cambão; ele era bom. Incapaz de trair a luta. Era homem do partido. Mas tinha uma falta de vigilância de classe que só vendo. Eu conversei com ele oito dias antes sobre isto. Alertei-o. Seu assassinato não foi uma surpresa"* (84).

Agora, se os proprietários esperavam arrefecer o movimento, acabar com ele, eliminando a vida dos líderes (85) ou mesmo atentando contra ela, deu-se o contrário. Do Engenho da Galiléia, em Pernambuco, de Sapé na Paraíba irradiou-se o movimento pelo Nordeste, alcançando vários estados do Brasil.

Com o fuzilamento de João Pedro e também do líder Alfredo Nascimento, o movimento de massas floresceu e a Liga, ao invés de ter seus sócios afugentados, atraiu para si maior número deles. Foi então que se começaram a fundar outras tantas Ligas pelo interior da Paraíba. (Depois de Sapé, organizou-se a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Mamanguape e Rio Tinto, que foi fundada em 19/3/61. Nestas duas cidades, que são muito próximas, funcionou durante muito tempo o movimento operário - camponês, pois o Sindicato (tecelagem) e a Associação de Mamanguape arregimentavam operários e camponeses da redondeza. Os dois sempre procuravam atuar juntos, principalmente no campo das reivindicações trabalhistas, apoiados pelo Juiz, que lhes dava cobertura "fazendo a lei valer". Esta atitude fortaleceu o movimento local que, contudo, não chegou a rivalizar com o de Sapé, que era bem mais forte e organizado. Poderia ser colocado em segundo lugar no Estado).

CAPÍTULO III

NOS CAMINHOS DA CISÃO

"De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico.

As classes médias — pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses — combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História. Quando são revolucionárias é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado".

(do livro Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels).

3.1 - DESMOBILIZAR É NECESSÁRIO

Muitos são os caminhos que no desenrolar da luta de classes conduziram o movimento das Ligas à cisão, ao fracionamento da força política do proletariado.

Para se manter no poder, a burguesia utilizou-se de diversas táticas de cisão, que foram das formas violentas às mais brandas, como por exemplo, o controle ideológico dos trabalhadores, da desorganização das massas. Todas possuíam estrategicamente um só alvo: desmobilizar, atenuar a luta de classes, "conciliar" o antagonismo inconciliável entre burguesia e proletariado.

Dentro desta perspectiva, destacam-se pressões internas como:

- a) intimidação, ameaças, espancamento ao morador que fosse encontrado com a carteira de associado da Liga; expulsão do morador que se recusasse a dar o cambão, que se evidenciasse como "reivindicativo"; destruição de roçados de subsistência (através da invasão do local pelo gado), antes que a colheita fosse totalmente efetuada; invasão de domicílios; destruição de moradias;
- b) cooptação, oferecendo trabalho, sobretudo àquele que se apresentasse com características de liderança, num local distante, em geral, uma usina ou fazenda do mesmo grupo (sendo, quase sempre despedido em seguida).

A burguesia obtinha ótimos resultados com o emprego destas táticas, principalmente porque espalhava o medo e a tensão; enfraquecia-se o movimento camponês, ainda mais porque a estas formas de desmobilização, juntavam-se outras repressões externas, como:

- a) prisão de lideranças, intimação para que elas fossem ao Quartel de Polícia prestar esclarecimentos;
- b) criação de destacamentos e Quartel de Polícia nas sedes dos municípios cuja mobilização era mais intensa;
- c) formação e utilização do serviço de "polícia particular" — a capangagem — em quase todas as usinas e fazendas;
- d) assassinatos de líderes. < 1 (10)

Os jornais da época (86) ocuparam boa parte de suas páginas denunciando estas pressões e repressões cometidas contra os camponeses. Efetivamente essas denúncias causaram grande sensação, tanto entre os próprios camponeses, como também entre os simpatizantes do movimento.

O quadro, a seguir, dá uma pequena amostra destes procedimentos. É necessário observar, em primeiro lugar, que ele não dimensiona quantitativamente as reações dos proprietários. Apesar da ampla cobertura jornalística, na realidade apenas pequena parte chegou ao conhecimento da imprensa. E também não foram totalmente resolvidas através de processos na Justiça. Num levantamento efetuado no Cartório de Sapê não se conseguiu obter um quadro que demonstrasse a intensidade dos problemas. Em geral, a própria Liga intermediava as negociações, e só em último caso é que se recorria à justiça.

Uma outra informação complementa este quadro: "*No Cartório da Comarca de Sapê (que envolve os municípios de Sapê e Mari) correm cerca de trinta a cinquenta processos em torno de pendengas entre proprietários e camponeses. No ano de 1962 apenas uma única ação civil foi concluída, com vantagem para o proprie-*

Incidente	Data	Local	Pessoas envolvidas
Assassinato	17/03/62	Fazenda Miriri	o líder da Liga, Alfredo P. Nascimento
Assassinato	02/04/61	Estr. Café do Vento - Sapê	o líder da Liga, João Pedro Teixeira
Destruição de roçado	11/12/62 (aprox.)	Faz. Teone - Pedras de Fogo	camponeses, administradores e capangas
Expulsão	11/12/62 (aprox.)	Eng. Belo Jardim-P. de Fogo	quarenta famílias de camponeses
Assalto à mão armada	11/12/62	Riacho do Ingá	Pres. da Liga, Antonio Francelino
Atentado de morte		Sapê	Teixeira Filho ou João Pedro Teixeira
Destruição de moradia		Faz. César Cartaxo-Itapororoca	várias famílias de camponeses
Destruição de moradia	fev/1963	Eng. Marau	várias famílias de camponeses
Despejo	20/02/62 (aprox.)	Faz. Tapira Santa Rita	Dezesseis famílias de camponeses
Despejo	12/06/63 (aprox.)	Faz. João Barbosa - Sapê	camponês Antonio Alfredo e família
Assassinato	31/07/63	Faz. Fco. Manoel de Paula Arras	o camponês Manoel Pereira
Agressão Física		Itabaiana	o prof. Assis Lemos, o líder Pedro Fazendeiro
"Chacina de Mari"	15/01/64	Mari	camponeses, polícia militar, administrador e capangas (87)

FONTE: jornal Liga, Jornal do Comércio, Correio da Paraíba, A UNIÃO, Diário da Borborema, Última Hora de Recife, O Globo.

tário. Em 1963, até março, nenhuma. Mas de uma maneira geral, enquanto a ação não é concluída, a demora favorece o camponês, que deixa de pagar o foro ao proprietário, não pode ser expulso e, geralmente, deposita seu

foro em cartório e continua a colher os frutos da terra, sem dar dia de trabalho ao patrão. Os tipos de ação mais frequentes são: despejo, reintegração e manutenção de posse, interdito proibitório (movidas pelos proprietários) e consignação e pagamento, indenização (movidas pelos camponeses). Na primeira, é requerido o despejo do camponês. A segunda é semelhante. Na terceira o proprietário deseja uma ordem judicial que proíba o camponês cultivar certas culturas ou certos trechos de sua propriedade. Na ação de consignação e pagamento o camponês deseja pagar seu foro em cartório, pois o proprietário não deseja receber, pois quer expulsá-lo. Há uma dificuldade permanente dos rendeiros em provar que pagam uma renda anual, pois os proprietários, tradicionalmente não admitem recibos. Finalmente, na ação de indenização, o camponês deseja obter pagamento por suas lavouras e benfeitorias antes de abandonar a propriedade" (88).

Para se ter uma melhor idéia das denúncias divulgadas, destacam-se duas que muitas reações e polêmicas provocaram:

a) Em Itapororoca, na fazenda de César Cartaxo, os camponeses foram expulsos. E para que não voltassem a morar na fazenda suas casas foram derrubadas com trator. "Assim que soubemos que os camponeses estavam desabrigados, fui vê-los com o delegado da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), que na época era o Sr. Waldemar Rodrigues e o Juiz de Rio Tinto, que era o Dr. Antonio Mariz. Até o Juiz ficou revoltado vendo as crianças ao relento, chorando" (89). Este en-

trevistado ainda disse que, imediatamente, eles foram levados para um abrigo e de lá foram num caminhão para João Pessoa — mulheres, camponeses, crianças. Tal fato provocou, na capital, passeatas de protesto, a população local ficou revoltada ao saber dos absurdos que os proprietários estavam fazendo aos camponeses e chegou a exigir que o Governo do Estado sustentasse aquelas famílias desabrigadas.

b) Houve constantes denúncias, mas nem por isso as reações da classe dominante deixaram de ser violentas. Organizados, os camponeses prestavam "ajuda" ao associado que tivesse algum problema. É assim que, em fevereiro de 1963, morreu o proprietário Rubens Régis.

"Tudo começou com a derrubada das casas dos camponeses que moravam na fazenda Jucuri, de propriedade de Adauto Gomes e administrada por seu filho, o agrônomo Durval Gomes Falcão. Após a derrubada, cem camponeses da Liga de Sapê solidarizam-se com eles e os ajudam a reconstruir as casas. Temeroso diante da disposição dos camponeses em resistir, Durval Gomes levou o caso à Associação dos Proprietários Rurais da PB e as casas foram novamente derrubadas. O pessoal da Liga se reuniu e levantou as casas. Esta era a situação até que o Juiz de Sapê, Walter Rabelo, resolveu intervir, buscando solucionar o problema judicialmente. Através do Governador Pedro Gondim, convocou-se uma reunião no próprio Palácio do Governo, onde estiveram presentes representantes, tanto da Liga de Sapê como da Associação dos Proprietários. Nesta reunião, o Governador estabeleceu que o problema dos moradores seria re-

solvido juridicamente, ficando o Juiz de Sapê encarregado de buscar a solução. Aconteceu-se, também, que haveria uma trégua até o Juiz tomar a decisão: nem os camponeses levantariam casas, nem os proprietários mandariam derrubá-las. A reunião terminou mais ou menos às 5 horas da tarde, tendo os proprietários concordado com a proposta do Governador. Entretanto, na madrugada do dia seguinte, estes se dirigiram para a fazenda, com o objetivo de derrubar as casas. Quase próximo do engenho, ao encontrarem uma família de camponeses, amarraram o chefe numa árvore e derrubaram a casa. E se dirigiram para outras casas. E Rubens Regis, que era de todos o mais afoito, caminhou na frente, para a próxima derrubada. Lá chegando levou um tiro. Ao verem cair por terra um dos seus, bateram em retirada os demais proprietários e capangas, procurando proteção da Polícia, dizendo-se agredidos pelos camponeses. Quando ela chegou ao local, horas mais tarde, encontrou Rubens morto, não se chegando a saber se foi morte instantânea ou por falta de socorro. Foi também a polícia quem desamarrou o camponês da árvore. Quem atirou em Rubens Regis foi um camponês, mas seu nome não ficou conhecido" (90).

A semelhança destes conflitos que ora relacionou-se, aconteceram inúmeros, e de vez que as necessidades e as desgraças tinham sempre muito em comum, a "verdade sobre a vida camponesa" entusiasmava a todos. Chegava-se, em alguns casos, até a funcionar como uma declaração de guerra pelo

alto grau de excitação que provocava, estimulando a que todos reclamassem.

Mas isto não é tudo. Muito mais importante que estas declarações de guerra foi o móvel destes atos de poderio e arbitrariedade, que outro não era senão gerar e manter aceso um clima de tensão e apreensão, intimidando, desmobilizando qualquer germe de reação organizada.

3.2 - "JULIANISTAS", COMUNISTAS E A CISÃO INTERNA DO MOVIMENTO.

Se a ação da burguesia, violenta e ou pacífica, quase que impedia o fortalecimento da organização dos camponeses, a luta entre "Julianistas" e Comunistas contribuiu sobremaneira à cisão interna do movimento das Ligas Camponesas.

Apesar de inicialmente engendrada no interior das células do PCB, a condução das lutas no campo através das Ligas Camponesas não foi exclusividade do PCB. Pelo contrário, com o florescimento e ascendência da movimentação de massas, o partido enfrentou, estratégica e taticamente, outras posições diversas à sua.

Dois núcleos de catalização de forças se formaram: de um lado o que ficou sendo conhecido, no Nordeste, como "os Julianistas", pois boa parte dele era liderado por Francisco Julião (91). Integravam-no também alguns militantes afastados do PCB, que não haviam constituído outro partido. Do outro o PCB, que vinha perdendo, cada vez mais, o controle direcional das Ligas.

Foi através do encaminhamento da questão da luta pela terra, que melhor se explicitaram as contradições das duas forças. Cada uma tinha uma interpretação para a situação de exploração de que eram vítimas os chamados camponeses, bem

assim de como seria a nova sociedade, onde viveria o "*camponês desperto*". (ver anexo VI e VII).

Despertar os camponeses, como se dizia na época, era tarefa de todos. Conscientizá-los de sua força coletiva, despertar suas próprias capacidades, mobilizá-los para a ação era tarefa a que todos se propunham. Na sua concretização, porém, começavam a se flagrar os problemas. A luta pela terra, por exemplo, teve no decorrer do processo, várias mudanças táticas. No começo predominavam aquelas da defensiva, da auto-defesa. O fim almejado era o cumprimento da lei. Esta orientação se espelha com bastante nitidez na trajetória perseguida pelo líder João Pedro. As armas eram jurídicas; a violência, privilégio do proprietário, só deveria ser usada pelo camponês como último recurso; a Justiça era o caminho. Bastava

"... uma utilização eficaz do Código Civil, já que esta lei, bem aplicada, opunha sérios obstáculos à ira dos latifundiários. Na realidade, buscava-se aproveitar a existência de uma contradição histórica entre a lei da burguesia liberal no poder, o Código Civil e as normas tradicionais e retrôgadas adotadas pelos latifundiários". (92).

A divergência entre as duas forças veio à tona quando esta tática mostrou-se ineficaz (na prática), deixando transparecer que "*para os ricos não existem cadeias*", como nos disse um camponês.

Foi sobretudo depois do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em dezessete de novembro de 1961, que a consigna da Reforma Agrária, transformada em palavra de ordem de efeito explosivo, encontrou um campo objetivo e subjetivamente propício para uma grande

mobilização social.

Este Congresso se constituiu num marco histórico pela luta em prol da Reforma Agrária e celebrizou-se pelo documento conhecido como a "Declaração de Belo Horizonte" (93).

Convocado e organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), recebeu grande apoio financeiro do Governo Federal, uma vez que este tinha como objetivo evitar que o movimento camponês fugisse à tutela governamental. Compareceram para a abertura o então Presidente João Goulart, vários de seus ministros e numerosos parlamentares (94). Cerca de 1.400 delegados representaram os trabalhadores no Congresso, dos quais 215 das Ligas Camponesas.

A pauta do Congresso preparada pela ULTAB foi logo nos primeiros dias derrotada. Em lugar das modernas teses de arrendamento rural e extensão da política salarial ao campo, o grupo de "Julianistas" contagiou todos os delegados com a bandeira da *"reforma agrária na lei ou na marra"* (95).

Dois trechos da Declaração são particularmente significativos pois sintetizam esta reivindicação:

"A fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social e, sobretudo, para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível de vida do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas as massas camponesas, torna-se cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade da realização de uma reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura de nossa economia agrária e as relações sociais

imperantes no campo... A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações antieconômicas e anti-sociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país" (96).

(Para aplicar a pretendida Reforma Agrária radical reivindicavam: desapropriação de terras não cultivadas com área superior a 500 ha que fiquem próximas dos grandes centros urbanos, açudes, ou principais vias de comunicação; indenizações, a longo prazo, das terras desapropriadas; alteração do Art. 147 da Constituição que se refere à indenização de terras desapropriadas; imposto territorial proporcional ao tamanho da terra (e isenção deste imposto a pequena propriedade agrícola); doação das terras devolutas àqueles que nelas quisessem trabalhar; incentivo à produção cooperativa e facilidades de crédito agrícola.)

Nesta reunião se deram os mais acirrados debates entre o grupo de militantes das Ligas que gravitava em torno de Francisco Julião — os "Julianistas" —, e os dirigentes da ULTAB, que era controlada pelo PCB.

Pela primeira vez o PCB enfrenta diretamente uma força divergente e a responsabiliza pela ruptura da unidade partidária na região.

A nova bandeira — da Reforma Agrária radical — repercutiu muito favoravelmente na movimentação do campesinato, passando a demarcar um novo tipo de luta pela terra.

A consigna da Reforma Agrária estava incluída na plataforma do PCB e dos "Julianistas". Os caminhos para persegui-la é que foram diferentes.

O PCB, coerente com sua estratégia global de transformação, buscava levá-la a efeito pela via parlamentar, pela implantação de reformas de base que assegurassem mudanças gradativas, em outras palavras, através do emprego tático de acumulação de forças.

"A luta pela reforma agrária, nós pensávamos fazê-la pela via política, conquistando naturalmente os postos eletivos para o movimento camponês, aliados com os operários que já tinham representantes na Câmara Federal (pelo menos no sul do país), do movimento estudantil da frente nacionalista, dos deputados patriotas que faziam parte de diversas bancadas, de diversos partidos. Somando tudo isto, e com a pressão do movimento de massas, nós íamos tentar conseguir esta reforma" (97).

Já os "Julianistas", um tanto descrentes dessas táticas, apregoavam a necessidade de realizar o movimento, à exemplo do que havia acontecido em Cuba. Coerentes com aquela proposição de revolução socialista, fundamentavam-se no princípio da luta armada, tendo o campesinato como força hegemônica; insistiam na necessidade imperiosa de radicalizar cada vez mais o movimento. Com base principalmente nos escritos de Julião, eivados de misticismo e religiosidade, e também através de alguns depoimentos de ex-militantes, percebe-se toda uma situação mesclada e imprecisa acerca do que consistia propriamente esta radicalidade. Eram radicais porque opunham revolução à reforma (98), muito embora a Reforma Agrária fosse uma consigna que expressava a espinha dorsal da luta pela eliminação do capitalismo e instauração do socialismo. Mais que uma reforma, se fazia necessária uma reforma radical, a começar pelo campo (99). Radicalida-

de também significava eliminar os dois inimigos fundamentais — o imperialismo e o latifúndio:

" O povo brasileiro pode já tomar uma decisão histórica que elimine para sempre seus dois inimigos mais cruéis — o imperialismo e o latifundiarismo — e que se elevem, num prazo relativamente curto, seus índices de vida, posto que poderá utilizar em benefício próprio todas as riquezas que possui ... Queremos a Revolução Brasileira, isto é, a mudança da estrutura política econômica e social do país. Quem fará esta revolução?... As massas que exigem reformas ... Se impõe, pois, agregar a cada reforma o adjetivo radical, para que seja uma verdadeira reforma..." (100)

Juntamente com a apologia à Revolução, aparece embutida a idéia da necessidade de reformas radicais e não simplesmente reformas; ambas estavam impregnadas dos acontecimentos de Cuba, deflagrados a partir da entrada em Havana do Exército Revolucionário em dois de janeiro de 1959. A solução encontrada, naquele país, para o campesinato parece ter influenciado amplamente as lideranças das Ligas, Julião sobretudo, de vez que muitas semelhanças se encontravam entre os trabalhadores da cana-de-açúcar nordestinos e cubanos.

Portanto, à medida em que os "Julianistas" encaminhavam o movimento para a radicalização, o PCB centrou grande parte de sua força na sindicalização rural.

Em termos nacionais criaram-se algumas condições à sindicalização rural. Pressionado pelas resoluções do Congresso de Belo Horizonte, o Governo procurou eliminar os obstáculos ao sindicalismo rural. As pressões e manifesta -

ções oriundas do campo eram cada vez mais fortes e mais abrangentes. (Dos vinte e dois Estados da União, dezoito possuíam Ligas. A origem da fonte pede cautela, e também há que se fazer algumas correções, mas o registro estatístico do II Exército menciona que havia, em 1963 (2º semestre) , duzentos e dezoito Ligas, assim distribuídas:

<i>"Amazonas</i>	<i>08</i>
<i>Pará</i>	<i>08</i>
<i>Maranhão</i>	<i>12</i>
<i>Piauí</i>	<i>04</i>
<i>Rio Grande do Norte</i>	<i>05</i>
<i>Alagoas</i>	<i>05</i>
<i>Sergipe</i>	<i>04</i>
<i>Bahia</i>	<i>07</i>
<i>Minas Gerais</i>	<i>09</i>
<i>Espírito Santo</i>	<i>03</i>
<i>Paraná</i>	<i>11</i>
<i>Santa Catarina</i>	<i>04</i>
<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>05</i>
<i>Mato Grosso</i>	<i>06</i>
<i>Ceará</i>	<i>10</i>
<i>Goiás</i>	<i>12</i>
<i>Rio de Janeiro</i>	<i>14</i>
<i>Paraíba</i>	<i>15</i>
<i>São Paulo</i>	<i>15</i>
<i>Pernambuco</i>	<i>64" (101).)</i>

A ULTAB (controlada nacionalmente pelo PCB), por sua vez, havia criado representações municipais, as "Uniãoes de Trabalhadores Agrícolas", que se reuniam nas Federações Estaduais de quase todos os Estados do Brasil.

Com estes dois organismos atuando na organização legal dos camponeses, várias partes do país foram sacudidas

por arrojados empreendimentos como

"A Grande Marcha de Camponeses sobre Brasília (Ligas de Formosa e Tabatinga); levantamento armado de camponeses de Jales, São Paulo (ULTAB); A Guerrilha Camponesa de Prado, Bahia (ULTAB); Invasão do Campo de Treinamento Guerrilheiro das Ligas, Dianópolis (Estado de Goiás), por fuzileiros navais e paraquedistas do Exército; Choque armado entre Camponeses do Município de Pato Branco, com a Polícia do Estado do Paraná (ULTAB); Rebelião de camponeses armados de Tocantinópolis, Goiás (ULTAB); Rebelião de Camponeses e estudantes em Jussara e Iporá, Estado de Goiás (Ligas); choques armados entre policiais e camponeses na região de Sapê, Estado da Paraíba (Ligas e ULTAB), em Buíque, Estado de Pernambuco (Ligas), em Mutum e Jaciara, Estado de Mato Grosso (ULTAB)" (102).

Durante um período de quinze meses subsequentes ao Congresso de Belo Horizonte, estas foram algumas das principais manifestações da organização camponesa que pressionaram o governo para que tornasse viável a sindicalização rural (103). Tanto a intensidade como a dimensão daqueles acontecimentos revelam à classe dominante a necessidade de tutelar o movimento, como já vinha acontecendo no movimento urbano. Por conseguinte liberaram-se as amarras que restavam à sindicalização rural no país. Apesar de há muito reivindicada, só veio acontecer no ano de 1963, quando imediatamente se inicia uma grande emulação para fundar sindicatos no campo — atividade predominantemente levada adiante por militantes do PCB.

Pouco antes de 63, graves problemas minavam a força das Ligas. O ecletismo da liderança não conseguia mais catalizar o potencial mobilizado em torno das Ligas.

Os "Julianistas", por sua vez, apregoaram mais acen-
tuadamente a necessidade de radicalizar o movimento. Além
da palavra de ordem "*reforma agrária na lei ou na marra*",
juntaram-se outras concitando o uso da violência também por
parte dos camponeses (104).

Confusos por uma liderança desgastada, assustados, os
camponeses pareciam temer o emprego da violência, tendendo a
aceitar outro tipo de orientação, cujo aspecto dominante era
apenas reivindicações de melhores condições de vida: Servi-
ço de Atendimento Médico Domiciliar de Urgência (SAMDU),
Plano de Emergência, tratores, Agência do Banco do Brasil,
isto tudo parecia dizer muito mais que "*morte aos latifun-
diários*".)

À medida que as lutas sociais foram se desenvolvendo,
o movimento das Ligas chamou para si tarefas sem
que houvesse uma liderança preparada politicamente. Não se
quer afirmar com isto que até então o movimento estivesse
revestido de características pré-políticas. Apenas preten-
de-se salientar o quanto estavam ultrapassados os objetivos
da organização beneficente, que a grande mobilização das
massas estaria comprometida se não houvesse mudanças signi-
ficativas.

Em meio aos graves problemas que corroíam internamen-
te a Liga, desmobilizando-a, cindindo-a, o PCB propõe a sin-
dicalização rural, coerente com sua estratégia global.

A começar pela entidade mais forte e combativa como a
de Sapê, até aquelas relativamente pequenas como a de Pé-
dras do Fogo, quase todas as associações da Paraíba foram
transformadas em sindicatos -- transformação esta apenas in-

terrompida com o golpe de Estado de 64. Com esta reorientação pretendeu-se dar um avanço na compreensão política, pois sua necessidade era justificada a partir da redefinição tanto da base social como do nível das reivindicações. Se a Liga Camponesa agregava parceiros, foreiros, pequenos proprietários, trabalhadores de "pontas de rua", o sindicato passou a integrar o trabalhador rural simplesmente. Já no que se refere às reivindicações, inicialmente, suas táticas se concentraram no exigir o fim do arbítrio, o fim do cambão; passou-se, em seguida, ao emprego de táticas de institucionalização do movimento — via Código Civil — e, à medida em que se aproximam as condições do esfacelamento das Ligas, reivindicam-se sobretudo direitos trabalhistas. Será que com estas transformações se contribuiu para (no desenvolvimento da luta de classes) o despertar da consciência clara e nítida do violento e inconciliável antagonismo que separa o proletariado da burguesia?

Desta maneira tencionou-se imprimir ao movimento um caráter novo. Novo porque deixou de lado a feição de movimento, para se inserir no quadro de lutas sindicais — de vez que a organização sindical é o lugar privilegiado pelos trabalhadores no seu combate pela independência de classe.

Não obstante a sindicalização pretender constituir-se num avanço, um passo adiante na organização da classe, não conseguiu ultrapassar os limites estreitos da luta reformista. Evidentemente, o problema não era a adoção tática de medidas reformistas e sim porque as reformas passaram a ser objetivo final da luta. Não podemos esquecer que o sindicato não se constitui um fim em si mesmo, mas apenas um meio para, ou seja, o campo por excelência de recrutamento político. Não poderá em consequência substituir o partido, a vanguarda.

Ao propor a sindicalização no campo, o PCB retoma o sentido das lutas mas reproduz suas limitações estruturais. Elas se tornam mais transparentes à medida que analisamos o conteúdo das reivindicações. Liga ou Sindicato, não conseguiram propor mais que lutas por melhores condições de vida.

Colocados os principais traços das forças oponentes, é possível vislumbrar quão obstinados e por vezes, sectários eram os debates políticos nas Ligas entre o PCB e os "Julianistas". Tal era o enfrentamento que boa parte da capacidade de argumentação, dos recursos de cada força política era empregada no combate do outro grupo, tão vigorosamente como combatiam seus adversários comuns, os proprietários. A disputa era tão acirrada que, folcloricamente, chegou-se a estabelecer uma linha divisória em Sapé. Da cadeia pública em direção ao Café do Vento, mandavam Elizabeth e os seguidores de Julião, da "reforma agrária na lei ou na marra". Da cadeia em diante, seguindo para Guarabira, mandava o pessoal do PCB (105). Para além do folclore que é menos importante, podemos vislumbrar já as imensas dificuldades de levar adiante o movimento da Liga, cindido internamente a começar pelas lideranças.

Se em Pernambuco era possível estabelecer uma distinção quanto ao encaminhamento das lutas legais — PCB no Sindicato e "Julianistas" na Liga — na Paraíba isto não ocorreu. Neste Estado ambos, aparentemente, empenhavam-se por uma convivência que não rompesse a unidade das massas. Tanto parece ser assim que, nas concentrações e comícios, apareciam num mesmo palanque lideranças das duas forças, (como podemos verificar através desta nota:

"Comemorando o 4º aniversário de fundação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Sapé, realizou-se naquela cidade uma grande concentração a que compareceu grande número

de camponeses e a líder Elizabeth Teixeira. Discursando, na oportunidade, Elizabeth discorreu sobre a vida de seu marido, João Pedro Teixeira, assassinado por latifundiários, mostrando que só a organização e a união dos camponeses possibilitará a conquista da reforma agrária radical que libertará o povo brasileiro da miséria e da exploração secular. Outros oradores fizeram uso da palavra, entre eles o representante do deputado Francisco Julião, estudante João Alfredo, que, num brilhante improvisado, con- citou as massas a marchar na luta pela re- volução social redentora, sob a bandeira da reforma agrária radical. João Alfredo com- bateu com veemência o peleguismo que ora tenta se infiltrar no movimento camponês pa- ra amainar a luta no campo a serviço dos grupos econômicos e feudais. Falou ainda o desembargador João Santa Cruz de Oliveira enaltecendo de João Pedro Teixeira e ape- lando para os camponeses continuarem cada vez mais organizados, a fim de conquistar a sua emancipação 'pelas urnas ou pelas ar- mas'. Encerrando a solenidade, discursou o advogado das Ligas Camponesas da Paraíba Sr. Bento da Gama Batista, que num discurso exaltado conclamou os camponeses para a lu- ta com flores ou com sangue" (106).

Esta característica — da unidade na diversidade — im- primiu à movimentação junto ao campesinato na Paraíba uma característica singular. Mas unidade era só aparência. A cisão interna tinha raízes estratégicas e táticas.

Com referência ao radicalismo, ele foi considerado por muitos o principal traço diferenciador entre "Julianistas" e o PCB, ou seja, entre a proposição das Ligas e do PCB através de Sindicatos. Justificavam os primeiros a necessidade do radicalismo para melhor catalizar o potencial revolucionário das massas camponesas, pois radical possuía significado idêntico que revolucionário.

Opondo Reforma à Revolução, os "Julianistas" delinearam-se como um grupo anti-PCB primeiramente porque aderiram à teoria da guerra de guerrilhas (107) e em segundo lugar porque viram suas teses agraristas derrotadas no V Congresso do PCB, em 1960 (108). A ruptura definitiva, todavia, só veio a se realizar no I Congresso de Belo Horizonte, em 1961. Opondo-se ao PCB, o grupo vai buscar na organização um elo de fortalecimento. As Ligas estavam estremecidas, e porque não dizer enfraquecidas, na sua força e poderio. Como medida "salvacionista" Francisco Julião se empenha na organização do movimento — "*Massas unidas e organizadas*" era sua palavra de ordem.

Integrando o esforço geral dos "Julianistas" para impregnar o movimento de organização e também para fugir um pouco à orientação localizada de alguns líderes, foi criada a Federação das Associações de Trabalhadores Rurais, órgão centralizador e diretivo de âmbito estadual. Esta foi a segunda tentativa de imprimir ao movimento camponês uma vida organizada. FE

A vida desta Federação refletiu não só a coexistência das forças divergentes, mas sobretudo a acirrada luta pela conquista do poder hegemônico. Sua criação ocorreu em vinte e cinco de novembro de 1962, e desde então dela fizeram parte elementos do PCB. O deputado Assis Lemos foi o pri-

meiro presidente, sendo substituído por Elizabeth Teixeira em vinte e cinco de novembro de 1963*. A eleição, que a conduziu à Presidência Estadual da Liga, teve efeito na Assembléia de Santa Rita, quando os delegados se empenharam na reestruturação do movimento no sentido de torná-lo, propriamente, um movimento de camponeses (109).

Sua eleição marcou significativamente a história das Ligas porque foi um dos primeiros resultados da mobilização, cujo objetivo era que o comando se constituísse de camponeses, passasse a ser exclusivamente de camponeses. Justificavam eles que *"já atingiram o nível para poder dirigir-se a si próprios"*. Esta força deu grande impulso a que se procedesse urgente reestruturação no movimento, como se pode depreender do trecho da nota:

"A eleição da brava camponesa teve efeito no dia 25 último, quando no vizinho município de Santa Rita, delegados de várias Ligas decidiram reestruturar o movimento camponês

* Elizabeth projetou-se no movimento depois do assassinato de João Pedro. Inicialmente colocada na direção das Ligas apenas para manter na memória a figura do grande líder, a fim de fortalecer o movimento, ela surpreendeu a todos com sua capacidade de liderança, sua impressionante coragem. Ainda que, no princípio, tivesse sido orientada por militantes do PCB, Elizabeth, na Paraíba, destacou-se como uma das mais importantes figuras entre os "Julianistas". Sua ascensão como líder, foi bastante rápida. Já em outubro de 1962 ela se candidata pela legenda do PSB a Deputada Estadual. Pretendia-se, com isto, transformá-la num modelo eleitoral. Sua campanha foi bastante tumultuada, o seu despreparo político era muito grande, assim como também era grande o grupo que se manifestou contrário à sua candidatura. Nesta eleição, ela recebeu somente setenta e cinco votos contra mil e um para Assis Lemos, ambos apoiados pela Liga (111).

dêste Estado... A decisão tomada na Reunião de Santa Rita, foi resultado de um balanço do trabalho feito até agora na organização das massas camponesas paraibanas, sem esquecer naturalmente os resultados obtidos em outros estados. A unanimidade dos delegados presentes concluiu ser necessária imediata reestruturação do movimento sob pena de estagná-lo ou de permitir que os pelegos do campo que se forjam atualmente desviem as Ligas dos seus objetivos naturais: A Luta Pela Reforma Agrária Radical e a Organização Independente Das Massas Camponesas" (110).

Esta iniciativa — marcadamente anti-PCB — visando devolver o movimento camponês ao camponês, possuía outros alvos. Em primeiro lugar parece que, com ela, pretendia-se descartar e descaracterizar a presença de uma vanguarda no movimento — negando o papel do partido proletário como dirigente político, negando também o setor consciente do movimento político e afirmando, conseqüentemente, a possibilidade de a base se constituir como dirigente da luta de classes.

Ao pretender devolver o movimento camponês ao camponês, esquecia-se, também, outro princípio fundamental da teoria política, pois Lenin já teorizou sobre a impossibilidade de o movimento desenvolver-se a partir de dentro, baseando-se apenas nas lutas econômicas. A consciência política de classe advém fora da luta econômica, fora do campo das relações entre operários e patrões (112).

A prática demonstrou o equívoco, pois nem o esforço dos camponeses para se dirigirem a si próprios, nem o empe-

nho para se organizarem, radicalizando o movimento, conseguiram deter as forças que minaram as Ligas Camponesas. Muito embora a cisão não fosse criada pelo PCB e "Julianistas", ambos a teorizaram. É por isto que, já bem antes do golpe de Estado de 1964, o movimento das Ligas caminhavam para a desmobilização, para o esfacelamento.

3.3 - ESQUERDISMO, O ÚLTIMO ATO

Mais ou menos em 1963, os "Julianistas" estavam cientes de que as Ligas Camponesas haviam deixado de existir com sua feição beneficente, e haviam se transformado em núcleos de catalização política, para a qual estavam muito despreparados.

Segundo consta em seus documentos, uma grave crise acometia as Ligas Camponesas, a qual era manifestação daquelas novas exigências. Também, a situação nacional, tida como "*Revolucionária*", contribuía para a crise, denunciando a inexistência de uma direção segura, de uma organização disciplinada e, fundamentalmente, de uma política unitária.

Para resolver esta crise, os "Julianistas" criaram um organismo político baseado nos princípios do centralismo democrático e na teoria marxista-leninista de organização — contrariamente ao empenho do PCB, que fundava sindicatos —, o CONSELHO NACIONAL DAS LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL (CNLCB)*.

* Tendo como referência o desempenho das Federações Estaduais das Ligas Camponesas, estruturou-se o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil, integrado, quase que exclusivamente, por elementos divergentes do PCB: elementos anti-PCB, mas que não haviam se filiado a outro partido ou organização; do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) 1962; e também da Política Operária (POLOP).

É deste Conselho que sairá a decisão de fundar um órgão encarregado da organização política, cuja tarefa principal será a de constituir-se uma vanguarda do movimento.

Através da resolução tirada na Conferência de Recife, ocorrida em três de outubro de 1963, as Ligas se estruturaram num corpo único, que passou a ser conhecido como Ligas Camponesas no Brasil (113).

Do seu programa básico constavam fundamentalmente as reformas radicais, tanto urbanas como rurais; seus princípios, o centralismo democrático e a forma leninista de organização; seu objetivo, a organização, a educação política, a concretização de uma política unitária que pusesse fim ao fracionismo, ao aventureirismo e instabilidade da linha política (ver anexo VIII).

Uma das medidas táticas adotadas para consolidar a reestruturação foi a realização de cursos de capacitação, a fim de incrementar a teoria política à prática dos militantes das Ligas. Vários deles foram realizados sendo ministrados princípios de: *"História da luta de classes, noções de Economia Política, a revolução Brasileira, a organização de tipo leninista, agitação e propaganda; e prática do funcionamento das organizações de tipo leninista"* (114). — daí porque o movimento de reestruturação ficou sendo conhecido como leninização do movimento (115) (ver anexos IX e X).

Com a criação deste organismo, que aliás já vinha sendo objeto de consideração há algum tempo (116), parece que se pretendia dar vida nova às Ligas, notadamente, coordenar as ações da base e consolidar uma vanguarda revolucionária. Noutras palavras, advogavam a necessidade de se criar uma força política — um partido, talvez — suficientemente forte que viesse a se contrapor ao Reformismo do PCB (ver anexo XI).

Esta proposta de reestruturação ocorreu num momento de ascenso do sindicalismo rural, num momento em que o PCB (e alguns lugares a Igreja) jogou toda sua força praticamente na criação e sedimentação de sindicatos rurais. Também, deu-se num período em que "as massas do campo" estavam, cada vez mais, escapando ao controle de Francisco Julião.

Da proposta, há que se mencionar, fundamentalmente, a análise feita por Francisco Julião, que conclamava todos à unidade partidária, aspecto básico da reestruturação.

No texto, considerado o marco desta reestruturação, ele reafirmou, mais uma vez, o imperativo de radicalizar o movimento; estabeleceu como inconciliáveis reforma e revolução, onde radical e revolucionário não eram considerados mais que sinônimos; conclamou as forças revolucionárias em torno de um programa radical:

"Para levar adiante todo este programa é preciso reunir e organizar as massas em torno de um movimento amplo e dinâmico, capaz de atrair e ganhar as forças populares dispersas, que não têm rumos definidos e que no campo, nas fábricas, nas escolas e nos quartéis buscam solução a todos seus problemas. Esta organização será o Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB). Como todo movimento patriótico, deve ter uma bandeira: o pavilhão nacional. E deve ter também um hino: o hino da Independência. Nada expressa melhor os acenos de liberdade de nosso povo que este hino cantado nas escolas e quartéis, esse hino vibrante e forte que exalta a pátria e a liberdade, pelas

quais oferece a vida. O Patrono Nacional do Movimento será José Joaquim da Silva Xavier, o alferes Tiradentes, vítima do colonialismo lusitano.

Sob a sombra da bandeira nacional, com o hino da Independência e sob a inspiração de Tiradentes, o Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB) se constitui numa organização de caráter político-patriótico, capaz de congregar os melhores filhos de nosso povo, independentemente de sua condição social, ideológica e religiosa, que estão dispostos a libertar o Brasil do atraso e da miséria, instaurando uma nova República, inspirada na vontade das massas". (117) (grifos meus).

Apesar de enfatizar a unidade, como questão nevrálgica da superação da crise no movimento das Ligas (e não só nelas mas também nos movimentos urbanos), com esta tese vaga e imprecisa, Francisco Julião não consegue reascender o movimento: perdera sua capacidade de liderança. O que restou foi uma posição marcadamente anti-PCB. Em consequência, a unificação, inviável estratégica e taticamente, não passou de uma intenção. A questão da unidade, em princípio, não passou de mais uma contribuição à cisão interna; ao invés de combater o fraccionismo, alimentou-o, reforçando posições dos dissidentes do PCB.

Muito embora a Leninização tivesse representado um esforço inegável de contribuição à politização — a instrumentalização teórica é sem dúvida um aspecto positivo — o efeito negativo é maior. Os acenos ao radicalismo, o esquerdismo de toda ordem não conseguiram reativar as Ligas.

No conjunto dos movimentos da esquerda dos anos sessenta, elas acabam isoladas, expondo com isto, todo o oportunismo e reformismo que permearam suas análises, proposições e encaminhamentos de luta. Afinal, elas representaram, em grande medida, a injusteza das análises da luta política de uma vanguarda que se pretendia revolucionária, o PCB.

As Ligas, no fundo, refletiam a própria imagem do partido, da vanguarda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"TERRA PARA OS HOMENS SEM TERRA" - UMA CRÍTICA NECESSÁRIA

"El capitalismo condena al campesino a una degradación y a una ruina extremas. Su única salvación es incorporarse a la lucha de clases de los obreros asalariados. Pero antes de que el campesino pueda llegar a esta conclusión, tendrá que sufrir largos años de desilusiones respecto de las engañosas consignas burguesas".

(do livro Teoria de la Questión Agrária de V. I. Lenin).

"TERRA PARA OS HOMENS SEM TERRA" - UMA CRÍTICA NECESSÁRIA

Nossa pequena contribuição a História das Ligas Camponesas na Paraíba ficaria com uma lacuna grave se não se analisar o conteúdo e o significado das reivindicações, ou, mais precisamente, a "*terra para os homens sem terra*", tema que se constituiu no móvel central das lutas.

A trama, em que se envolveram os proprietários de terras e os chamados camponeses, não pode ser explicada através de um aspecto particular, como por exemplo a existência de processos de trabalho compulsivo e do cambão, mas pelo conjunto de condições e contradições que se desenvolveu no sistema capitalista monopolista como um todo.

As características das lutas desenvolvidas, começando com o emprego de táticas de auto-defesa (com a Liga de fundo de quintal de Sapê) até a sindicalização, todas exteriorizaram o traço mais marcante das Ligas Camponesas, qual seja, a luta pela legalidade. Não somente a orientação dada por Francisco Julião, como também aquela advinda do PCB, insistiam no emprego de táticas dentro da legalidade burguesa e a isso não ultrapassaram. É o que nos mostra o quadro das reivindicações do movimento.

Suas táticas podem ser assim resumidas:

→ a) luta contra determinadas formas de exploração como o cambão, condição e barracão, tendo por base a aplicação da legislação estabelecida no Código Civil;

→ b) luta pelo direito à indenização de benfeitorias, pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo; aposentadoria e assistência previdenciária;

c) luta pelo direito ao roçado de subsistência, ou seja, pelo acesso à terra; pela assistência técnica e financeira à agricultura;

Data	Local/Ocorrência	Reivindicação	Fonte
dez./62	Fazenda Forte Velho - Santa Rita recusa do cambão de 3 dias, por duzentas famílias.	Redução de cambão de 3 para 2 dias.	Jornal Liga
fev./63	Fazenda Nossa Senhora da Guia - Santa Rita - impedimento de ro- çado de subsistência.	Terra para plantar	Jornal Liga
fev./63	Usina Monte Alegre - Mamanguape - Assembléia	500 hectares para se plantar o ro- çado.	Jornal Liga
fev./63	Fazenda Camarutuba - Mamanguape - expulsão do administrador da fazenda do Estado pelos campone- seses.	Assumir o controle da Fazenda.	Jornal Liga
jan./63	Fazenda de Nilson Albino Pimen - tel - invasão.	Terra para plantar	17/01/63 - doc. pessoais de Vam- berto Costa
abr./62	João Pessoa - Federação das Li- gas Camponesas - Assembléia	Postos do SAMDU	22/04/62 - Cor- reio da Paraíba.
jan./64	Sapê e Mamanguape - greve de 2 mil camponeses (notícia sem con- firmação)		Diário de Bordo 17/01/64.
jan./64	Mari - conflito entre capangas, administrador da Fazenda Santo Antonio e camponeses.	Arrendamento de terra - SUPRA - rea- liza acordo com proprietários.	Última Hora, Reci- fe, 17/01/64.
ago./61	Santa Rita - Assembléia para a escolha de delegados e aprovação de resolução.	Resoluções: 1º proibição do aumento do foro e eliminação de taxas especiais para a criação de animais. 2º extinção do cambão e do traba- lho gratuito.	A Hora, 26/08/61.

Data	Local/Ocorrência	Reivindicação	Fonte
		3º pagamento aos assalariados agrícolas do salário mínimo da região, cumprimento da jornada de 8 horas de trabalho, férias, repouso semanal remunerado e previdência social.	
		4º garantia do trabalho e liberdade de venda do produto.	
		5º assistência social e jurídica ao camponês.	
		6º extinção do vale para o barracão e obrigatoriedade do pagamento em dinheiro.	
		7º voto para o analfabeto.	
		8º facilidade ao crédito agrícola.	
		9º assistência técnica.	
		10º fornecimento gratuito de material agrícola.	
		11º fiscalização governamental às leis cooperativas.	
		12º Reforma Agrária radical.	
ago./62	João Pessoa - concentração de camponeses e operários (60 mil a proximadamente)	Ao presidente João Goulart: Reforma Agrária radical imediata e entrega dos grandes latifúndios; eliminação do latifundiário; limitação e remessa de lucro para o estrangeiro	A Hora, 04/08/62
jul./62	Sapê - Concentração de camponeses	Garantia de vida aos líderes camponeses e à família de Elizabeth Teixeira.	A Hora, 07/07/62
fev./62	Santa Rita - Fazenda Tapira - 40 camponeses ameaçados de expulsão	Terra para plantar e assistência jurídica.	A Hora, 03/02/62

Data	Local/Ocorrência	Reivindicação	Fonte
fev./62	João Pessoa - Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Mamanguape e Rio Tinto - realização de contrato de arrendamento de terras.	Arrendamento com o pagamento em dinheiro ou em trabalho conforme o salário diário vigente na região.	A Hora, 03/02/62
out./61	Rio Tinto - Fazenda Abiay - 18 camponeses expulsos.	Reintegração de posse na Justiça	A Hora, 21/10/62

d) luta pelo direito à sindicalização rural.

As interpretações sobre as formas de se manifestar a exploração dos trabalhadores diretos embasam-se, em geral, nas relações de trabalho, esquecendo-se que a essência do sistema capitalista é a relação de produção social, onde os proprietários dos meios de produção se apropriam do trabalho excedente, criado pelos não proprietários. Este trabalho excedente é a mais valia, que é a substância da produção e reprodução da forma de ser capitalista (118).

Outro aspecto a considerar é o significado dos desentendimentos, ou melhor, a necessidade (econômica) de organizar a atividade produtiva, tendo o cambão e outras formas coercitivas, como a condição possível da exploração capitalista. Tomemos o cambão como exemplo. O cambão, todos dizem, é pagamento da utilização dos roçados de subsistência. Quem pagava cambão possuía, quase sempre, dupla atividade no processo produtivo: ora estava ocupado na produção da cana, ora estava ocupado no roçado de subsistência. Duplicidade possível e viável até o momento em que o roçado de subsistência, economicamente, começou a se tornar um obstáculo. A análise da evolução da produção da cana parece bem demonstrar o momento — década 50/60, o período de maiores expulsões de moradores, de resistência e negação do cambão — em que a produção, para se expandir, necessitava incorporar novas terras, chamadas improdutivas. Reivindicar o fim do cambão seria, por conseguinte, uma luta favorável ao capital, e não ao camponês, pois à medida que deixa de existir o cambão — força de trabalho disponível — cessa também a exigência de ceder terras aos roçados de subsistência.

"Com a Liga, o pessoal soube que o cambão era errado. Pagar o foro está certo, mas cambão e foro não. Quando não era o cambão

que os proprietários exigiam (um dia por semana para ele, sem pagar nada) era a condição (dois ou três dias pagando menos do que a diária comum). Aí o pessoal começou a não querer dar o cambão, mas só pagar o foro anual. Quanto à condição, havia os foreiros que precisavam trabalhar, porque estavam sem dinheiro, e esses iam. Mas os proprietários queriam que os outros também fossem e esses não precisavam, tinham ganho o suficiente de suas plantações e não queriam trabalhar ganhando uma diária menor e justamente na época em que não podiam largar suas terras um único dia, no inverno, quando os proprietários queriam mais para o seu algodão, etc. Assim foi o caso do cambão e da condição" (119). (grifos meus)

Muito mais que ao camponês, interessava ao capital o fim do cambão, pois o que é o cambão senão um tempo que o capital toma do camponês, não permitindo que ele aumente seu roçado, que ele produza e se reproduza — através de seu roçado — como classe? Ele quer ser camponês, o capital não o permite. O que seria do capitalismo, em sua fase monopolista, se ele conseguisse se reproduzir? Este é um aspecto.

Outro igualmente importante é que, a luta contra o cambão aparecia como sendo a favor do camponês, pois a sua negação significava o fim de uma forma de exploração — e não da exploração.

Por equívoco, tanto "Julianistas" como militantes do PCB, sobretudo estes, apoiaram incondicionalmente esta bandeira de luta. Lutas contra uma forma de exploração e não da exploração, ou dito de outra maneira, lutar contra o ca-

pitalismo. Este conteúdo da luta política é coerente com a determinação da revolução por etapas a superar, dentro do modo de produção capitalista; não se propugnava a superação, por uma nova ordem social.

Se aceitamos o pensamento de Marx não como um estudo de categorias, de método, mas de apreensão da História em movimento, admitimos também que a recorrência só faz sentido quando captamos a perspectiva de sua obra em geral, sobretudo "O Capital", que é compreender o movimento de superação da sociedade — explicar o movimento da sociedade, a sua transformação, como sendo a única realidade observável, ou seja, dentro de uma perspectiva revolucionária.

Portanto, *"o único ponto de partida válido para compreender todas as questões é captar o seu movimento de superação, que, na época burguesa, é a subversão das condições históricas anteriores. É nesta perspectiva que faz sentido retomar Marx para entender o Nordeste. Ou seja, entender o significado da acumulação capitalista não no seu aspecto positivo — a criação de riqueza — mas entender o que seja este rastro de miséria que ele deixa atrás de si; entender o que seja este negar-se economicamente sem ser superado realmente"* (120). (grifos meus)

Ao PCB, fundamentalmente, escapou a compreensão do real processo de produção e reprodução do capital. Não é demais, para a explicitação de nosso ponto de vista, retomar a teorização de Marx.

A criação de assalariados é própria do movimento do capital, uma vez que estes são meios de realização e aumento do capital, seja através do aumento natural da população, seja

absorvendo, "subsumindo" parte dela que ainda não estaria abarcada pela produção capitalista. *"Observando mais atentamente, verifica-se que o capital regula, conforme suas necessidades de exploração, essa produção da força de trabalho, a produção humana que ele irá explorar. O capital, então, não produz apenas capital; produz massa operária crescente, a única matéria por meio da qual pode funcionar como capital adicional. Deste modo, o trabalho não só produz, em oposição a si mesmo, e em escala sempre mais ampla, as condições de trabalho enquanto capital, mas o capital produz em escala cada vez maior os assalariados produtivos que requer" (121) (grifos do autor)*

Ambos são produto de idêntico processo: crescimento de capital e aumento do proletariado — ainda que contraditoriamente estejam em relação inversa. Ao mesmo tempo que o capital se reproduz — acumula — produz o polo oposto que são os assalariados em pauperização crescente.

No seu conjunto, a produção capitalista em seu processo de reprodução, não produz apenas mercadorias, mais-valia, mas produz e reproduz a relação capitalista: de um lado assalariados, de outro capitalistas. E, ao comprar a força de trabalho, o capitalista não o faz por satisfação pessoal, mas com um objetivo definido: aumentar o capital, valorizá-lo, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga. Se de um lado o capitalista luta por expropriar mais trabalho não pago, a história nos mostra que do outro os assalariados também lutam. As lutas por redução da jornada de trabalho foram conquistas não pacíficas, pelos trabalhadores. O mesmo acontece com as reivindicações sala-

riais.

O salário por sua natureza pressupõe, sempre, trabalho não pago ou trabalho excedente do qual o capitalista se apropria.

"Quanto mais o capitalista aumentar a produtividade do trabalho tanto mais aumentará o trabalho excedente, e por consequência diminuirá o trabalho necessário. Para tanto, dada a separação existente entre o trabalhador e o processo de trabalho (meios e objetos), o capital desenvolverá continuamente as forças produtivas materiais — a maquinaria — pela aplicação da ciência na produção. Deslocada a base tecnológica do trabalhador, tornando este um apêndice da máquina-ferramenta, e dominando o capital esse sistema de máquinas, a sua implementação pelo avanço tecnológico cada vez mais subordina o trabalhador aos interesses do capital. Este é o momento histórico do surgimento do proletariado enquanto classe, isto é, quer do ponto de vista material (o trabalho tornado simples-abstrato) como do social (o proletariado é um produto do capital)" (122). (grifos do autor)

Diminuir o tempo socialmente necessário é, portanto, tarefa que o capital se impõe como condição de reproduzir-se, para que, assim torne possível rebaixar o valor da mercadoria. Esta é a tendência histórica do capitalismo. A medida que os operários reivindicam redistribuição da riqueza — na forma de mais salário — contrariam esta lei fundamental do sistema capitalista.

"A luta salarial enquanto forma econômica de reposição da perda aquisitiva do salário real não supera os limites impostos pelo caráter fetichizado da relação monetária. Situa o movimento unilateralmente. O que implica dizer reduz a qualidade — o caráter social da produção e a forma privada da apropriação — à quantidade. Esse contexto da luta econômica imediata torna possível fazer emergir e/ou reproduzir as teorias redistributivas, igualitárias, enfim reformistas. Impõe-se portanto romper o caráter fetichizado das relações (o que significa dizer ultrapassar os limites da luta econômica)..." (123) (grifos do autor)

A reivindicação por aumento de salário, assim como por melhorias de condições de vida, pode (não necessariamente o faz), como qualquer outro tipo de luta econômica, criar condições para desnudar o fetiche das relações sociais de produção (124). Somente ao proletariado, aos trabalhadores produtivos, são dadas as condições históricas para tal desvendamento. Só o proletariado, no capitalismo, é uma classe verdadeiramente revolucionária.

Há ainda outro aspecto a considerar. Reivindicando mais salários, melhores condições de vida, a classe operária, contraditoriamente, reivindica o avanço das forças produtivas. "Em primeiro lugar ao solicitar o aumento do salário a divisão da riqueza materializada nas mercadorias e em particular no dinheiro a classe operária empurra o capital para o desenvolvimento crescente do sistema de máquinas. É evidente que interfere aqui, não somente a ação da classe operária, mas decisivamente

a luta intercapitalista. Porém a contradição se estabelece uma vez que a classe operária se depara constantemente com o exército de reserva do capital. Ao mesmo tempo em que este é a forma do capital em refrear o movimento reivindicatório da massa operária, também é expressão do desenvolvimento das forças produtivas" (125). (grifos do autor)

Nestes elementos teóricos está o nexo da explicação do processo de expulsão dos moradores, processo de impedimento dos roçados de subsistência e também o produto final de ambos, a criação das "pontas de ruas" — exército de reserva do capital; o que são as "Novas Cubas" (a que nos referimos no II capítulo) senão formas de colocar operários contra operários, de criar condições para desvalorização da força de trabalho?

Frente à concorrência agudizada pela expansão da produção da cana-de-açúcar com os Estados do Centro-Sul, São Paulo, sobretudo (126), e também, frente à ameaça de reação organizada dos camponeses do Nordeste, ao capital — duplamente pressionado — não resta outra saída que cindir, desmobilizar a organização que se iniciava. E o faz, seja pelo emprego indiscriminado da violência, seja pela Reforma Agrária — dá os anéis para não perder os dedos.

Com a expansão das Ligas Camponesas, a luta pelo acesso à terra — através da Reforma Agrária radical ou desapropriações — passa a ser apregoada com mais insistência e vai converter-se no móvel central das lutas. Como vimos no II capítulo, mais ou menos no início dos anos sessenta, a "Terra para os homens sem terra" passa a ser a condição primeira para qualquer modalidade de transformação.

Esta questão, que não é nova, passa por muitos caminhos. A Reforma Agrária já era objeto de análise e polêmica dos populistas contemporâneos de Lenin, contra os quais ele gastou boa quantidade de papel e tinta. O argumento dos populistas daquela época: "negar propriedade privada da terra equivale a negar o capitalismo" (127). O argumento fundamental de Lenin: "negar a propriedade privada da terra é expressar as exigências do mais puro desenvolvimento capitalista" (128). (grifos meus)

Por dois caminhos complementares, Lenin teoriza sobre a existência de "o capital" negar a propriedade privada da terra como condição de desenvolver-se: pela explicação acerca da renda da terra e pela teoria da nacionalização das terras.

Lenin afirma que, teoricamente, a produção capitalista é compatível com a ausência de propriedade privada da terra, com a nacionalização das terras, pois nesta deixaria de existir a renda absoluta, e a renda diferencial passaria a ser absorvida pelo Estado (129). Este argumento, que é mais detidamente analisado por Marx no livro terceiro do *Capital*, demonstra cientificamente a possibilidade não só da coexistência da nacionalização das terras com a sociedade capitalista mas também que a nacionalização se constitui num fator que incita o desenvolvimento econômico, que facilita a afluência de capital na agricultura (130). *"O conceito teórico de nacionalização está, pois, relacionado de um modo indissolúvel com a teoria da renda capitalista, como uma variedade especial de rendimentos de uma classe especial (dos proprietários de terras) na sociedade capitalista"* (131).

A renda, segundo Marx, distingue-se em renda diferencial e renda absoluta. A primeira é resultante da limitação de terras, da ocupação por explorações capitalistas, dos

diferenciais de fertilidade. A renda diferencial é engendrada na agricultura capitalista, mesmo quando abolida a propriedade privada da terra. Neste caso a renda passaria ao Estado (ao passo que, existindo a propriedade privada quem dela usufrui é o proprietário). Enquanto o sistema capitalista existir, esta renda também será auferida. Já o mesmo não acontece com a renda absoluta. Esta advém do caráter privado da terra, onde interfere muito o preço monopolista (132).

É o monopólio da terra que afiança o aparente atraso da agricultura, sendo a sua substituição uma necessidade do desenvolvimento do capitalismo.

"O problema da nacionalização da terra na sociedade capitalista se divide, pois, em duas partes distintas: o problema da renda diferencial e da renda absoluta. A nacionalização substitui o possuidor da primeira e suprime a existência mesmo da segunda. Por conseguinte a nacionalização é, por um lado, uma reforma parcial dentro do marco do capitalismo (substituição do possuidor de uma parte da mais-valia) e, por outro, é a abolição de um monopólio que obstaculiza todo o desenvolvimento do capitalismo em geral" (135). (grifos meus)

Não se pretende esgotar a questão da renda da terra, que é reconhecidamente complexa, mas incidir a análise nas conseqüências da eliminação de parte dela, no caso a renda absoluta, e em conseqüência, o monopólio da terra. Suprimi-la, portanto, significa uma reforma parcial, criar condições para desenvolvimento das forças produtivas, eliminar os entraves ao desenvolvimento capitalista. Uma conclusão

salta aos olhos: a luta contra o monopólio da terra é uma luta do capital e não contra ele.

Por conseguinte, os projetos de Reforma Agrária e todos aqueles que pretendem soltar as travas ao desenvolvimento do capitalismo — eliminando o monopólio — são projetos reformistas. Se o objetivo era eliminar o aparente atraso, a Reforma Agrária é uma opção. Dentro da teoria das etapas a superar, uma coerência. Na perspectiva de revolução, isto é, de subverter a ordem, um descaminho, uma contra-revolução.

A questão agrária apresenta-se como a forma de colocar a questão fora do marxismo. É uma desconversa para o proletariado. É um descaminho para o socialismo. Já não se coloca mais a questão do socialismo.

Para ampliar ainda mais as reflexões sobre a experiência das Ligas Camponesas aflorou-se uma velha discussão que ainda não foi de todo superada, trazendo à luz fundamentalmente os seus equívocos.

Tal procedimento permite destacar as limitações históricas do movimento, indicando, assim, para o presente, o caminho político de não os repetir.

A história das Ligas Camponesas é uma longa sucessão de derrotas, interrompidas por algumas vitórias isoladas, se analisada enquanto movimento localizado. Entretanto, os camponeses, de vencidos, passam à condição de vencedores, se considerados, historicamente, no processo de emancipação do proletariado. O verdadeiro resultado de suas lutas, não é dado pelo êxito imediato, mas sim pela união dos proletários.

Assim sendo, o pressuposto teórico, de partida e também de chegada, foi analisar as Ligas, recuperando a memória social, percebendo qual o seu significado político para

a revolução socialista no Brasil.

Neste caminhar, analisou-se como a questão agrária esteve presente na vida política do PCB, transformando-se principalmente numa questão teórico-nacional durante os anos sessenta. Pode-se dizer que esta questão perpassou todos os congressos e resoluções do PCB, e à medida que se aproximou o final da década de cinquenta e início de sessenta, constituiu-se num dos pontos nevrálgicos da estratégia política da revolução.

A questão agrária, com pequenas variações, foi proposta dentro da estratégia da revolução democrático-burguesa, como medida para eliminar a sobrevivência dos restos feudais no campo e conseqüentemente do latifúndio improdutivo.

A forma de encaminhamento desta problemática refletiu as incorretas interpretações da realidade sócio-econômica do Brasil e, fundamentalmente, o desconhecimento do marxismo-leninismo.

Evidentemente que não se pretende descartar, negar a forma Liga Camponesa — afinal ela foi a forma possível — e sim definir o conteúdo histórico, real das proposições e as inevitáveis conseqüências, que necessariamente se produziram na luta do proletariado.

Das conseqüências, a mais séria está na condução tática da luta pela Reforma Agrária. Fez-se dela um projeto "revolucionário" quando era o mais reformista deles.

Adentrando um pouco nos aspectos dinâmicos das Resoluções do PCB, verifica-se que na prática as Ligas Camponesas refletiram a própria imagem do Partido, suas fragilidades, sua "vontade" de construir a "unidade operária".

Através do exame do período de formação inicial das Ligas Camponesas na Paraíba, da trajetória de vida perseguida

pelo líder João Pedro Teixeira, viu-se que, apesar de toda condição subjetiva para levar adiante as "lições da unidade operária" (sobretudo por João Pedro), a cisão foi inevitável. Melhor, para ela contribuíram tanto o PCB, como os "Julianistas".

As vicissitudes por que passou o líder João Pedro até o seu assassinato, pode-se dizer que não diferiam muito da vida dos demais camponeses que, de desmobilizados, ensaiaram um esboço de reação organizada. Porém, eles não conseguiram ultrapassar o campo das reivindicações por melhorias de vida, o campo das lutas econômicas.

Duas forças políticas, fundamentalmente, dividiram o comando das Ligas Camponesas: PCB e "Julianistas".

Os primeiros, coerentes com sua estratégia global de revolução e enlaçando-se com o emprego de táticas próprias da teoria de acumulação de forças, propuseram reformas, através das quais progressivamente conduziriam ao socialismo.

O PCB, muito embora se pretendesse vanguarda do movimento proletário, foi a seu reboque por sua análise equivocada da capitalismo monopolista e, por conseguinte, por suas proposições injustas, tanto estratégicas como táticas.

As orientações políticas que norteavam as Ligas tinham como móvel central a Reforma Agrária. Esta, por sua vez, emergiu como palavra de ordem política por desconhecer os fundamentos reais do modo capitalista de produção, sua lógica e seu desenvolvimento.

Também, a estratégia equivocada — revolução democrático burguesa — e em decorrência também a tática da Reforma Agrária — estabeleceu os pressupostos contrários à unificação do proletariado em torno das lutas políticas, que na sociedade burguesa quer dizer subversão. Não se pode

perder de vista que, para cumprir historicamente seu papel de vanguarda, o PCB atua a nível dos interesses e objetivos imediatos da classe, porém, ao mesmo tempo, defende e representa o futuro do movimento, conduzindo as lutas ao socialismo.

Teria sido um grave erro histórico se o PCB prescindisse de sua atuação junto às Ligas Camponesas, pois o caráter revolucionário deste movimento é inquestionável, se considerado na perspectiva ampla de emancipação do proletariado. Todavia, o PCB não soube (debilidade teórica) desenvolver, foi incapaz de converter as Ligas Camponesas num órgão superior de lutas, num movimento politicamente consciente de suas metas, de seu caráter de classe. O PCB não conseguiu impulsioná-la adiante, ir além da reivindicação — "terra para os homens sem terra". Não conseguiu transformar esta proposição em uma que pusesse fim à sociedade de classes.

Já os "Julianistas", porque consideravam a proposição do PCB demasiado reformista, propugnaram uma mudança radical: as reformas radicais, a revolução. Fortemente impressionados pela experiência vitoriosa da entrada do Exército Revolucionário em Havana (dois de janeiro de 1959) viram no exemplo uma possibilidade de concretizar a revolução, pelos caminhos radicais — e radical para eles possuía sentido de revolucionário.

Ambos, contribuíram para refrear a trajetória ascendente do proletariado.

O frágil movimento dos chamados camponeses já vinha sendo enfraquecido, desmobilizado pela fúria do capital — repressões e pressões de toda ordem — que só fez instaurar um clima de medo e tensões. Mas esta é a lógica do capital.

Para que ele possa reproduzir-se, necessita obter trabalho excedente não pago. Cindir o movimento revolucionário

e lutar contra sua própria morte, contra sua destruição, enquanto forma de ser social.

A contribuição junto às Ligas Camponesas, das principais forças em presença, "Julianistas" e PCB, este último, sobretudo, colaborou para obscurecer a consciência de classe, alimentar ilusões pequeno-burguesas, permanecer dentro da legalidade burguesa, do nível de luta econômica por melhores condições de vida. Em outras palavras, concorreu para a cisão do movimento.

As Ligas Camponesas encaminharam o chamado movimento camponês para a divisão, ao invés da unificação do proletariado: divisão, quando fez do proletariado certas reivindicações do capital; como foi o cambão e a Reforma Agrária; divisão, quando reforçou, teorizou sobre o móvel central das lutas da Liga Camponesa — *"a terra para os homens sem terra"* — colocado na época como o mais revolucionário dos projetos (reforçou a propriedade privada, produzindo ou reproduzindo aquilo que historicamente o capital o nega).

Contrariamente ao que se pensava na época, a palavra de ordem da Reforma Agrária é uma tática que não consegue questionar os fundamentos da sociedade capitalista e também não consegue se converter num ataque à propriedade do capital; permaneceu atacando a propriedade da terra, e esta, como se demonstrou, pode ser suprimida permanecendo ainda o caráter capitalista do modo de produção.

Se se insistiu neste aspecto, foi para tornar mais claro possível como uma falsa perspectiva teórica pode ser prejudicial à linha política e prática revolucionária.

Finalmente, a negação da reforma — propugnada pelo PCB — pela reforma radical, muito embora centralize toda ênfase no objetivo socialista, não esclarece onde se mani-

festou a diferença, onde existiu a contraposição. Afinal porque insistir na oposição reforma-revolução? Tal como se processou, tanto o PCB como os "Julianistas", ambos se inseriram na luta contra o socialismo.

Fica a questão: como vincular a teoria marxista ao movimento camponês?

NOTAS

- (1) Muito embora a questão do desenvolvimento das forças produtivas se reveste num aspecto de maior importância para a compreensão das transformações em referência, foge ao escopo deste trabalho o seu aprofundamento.
- (2) A subordinação da agricultura ao movimento do capital enquanto esfera da produção, é amplamente discutida em FIGUEIRA, Pedro Alcântara. Reforma Agrária, 1980. Xerox. FIGUEIRA, Fany Goldfarb. Separando o joio; cooperativas de trigo: capitalização da agricultura. São Paulo, USP, 1979. Tese (Mestre, História). Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo. Mimeografado.
- (3) Se continuamos a usar o termo, não é para superestimar a categoria e sim para ser fiel a época, onde o camponês era mais propriamente um conceito político que econômico. Camponês era o associado da Liga, e acabada a Liga, desapareceu também o camponês.
- (4) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista, 2. ed. São Paulo, Escriba, 1968. 62 p.
- (5) GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro, Graal, 1978. p. 74.
- (6) BRANDÃO, Octávio (Fritz Mayer). Agrarismo e Industrialismo. Buenos Aires, s. ed., 1926. Xerox.
- (7) ZAIDAN, Michel. Apresentação. In: PEREIRA, Astrojildo. Construindo o PCB (1922-24). São Paulo, Ciências Humanas, 1980. p. 4.
- (8) BRANDÃO, Octávio, loc. cit. p. 8.

- (9) *"Façamos do proletariado industrial, dirigido pelo PC, a vanguarda de todas as forças revolucionárias na luta contra o feudalismo nacional e o dirigente de todos os oprimidos: operários agrícolas, meeiros... Procuremos arrastar as grandes massas operárias e camponesas em torno de palavras de ordem simples, concretas, práticas, imediatas. Não esqueçamos que o Brasil, como a Rússia, é um país agrário"*. In: BRANDÃO, Octávio, op. cit. p. 58.
- (10) BRANDÃO, Octávio. Combates e Batalhas; Memórias. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. v. 1. p. 293.
- (11) DULLES, John W. F. Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. p. 222.
- (12) *"Em fevereiro de 1926, o Solidário já comentava que 'toda a história política da República' havia sido lastreada pela luta entre o 'capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno'. Com esta interpretação se poderia — afirmava o Solidário — compreender o golpe contra Afonso Pena e a consequente presidência Hermes com sua 'política de salvação' contra as oligarquias estaduais, as tarifas protecionistas de 1897 e 1900 e, por fim, as revoltas de 5 de julho de 1922 e 1924... Em suma, a revolta de 5 de julho é, socialmente, um movimento da pequena burguesia militar e civil — diretamente contra o agrarismo dominante e, indiretamente, em prol do industrialismo que luta pelo poder"*. In: Ibid, p. 225. Grifos meus.
- (13) PEREIRA, Astrojildo. Ensaio Histórico e Político. São Paulo, Alfa-Omega, 1979. p. 88.
- (14) Ibid.
- (15) Ibid. p. 149.

- (16) Em torno de 1927/28 ativou-se em várias partes do país o Bloco Operário Camponês (BOC) tendo em vista a participação em atividades eleitorais e, que funcionou apenas nas cidades. No Campo nada de prático se fez. In: PEREIRA, Astrojildo, op. cit. p. 124.
- (17) PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas devem renunciar? p. 4. Mimeografado.
- (18) Ibid.
- (19) BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República de 1930 a 1960. 3. ed. São Paulo, Fulgor, 1968. v. 3. p. 186-7.
- (20) *"No dia seguinte um funcionário da justiça fechava e lacrava a sede central da Rua da Glória. O PCB depois de apenas dois anos de vida legal passava novamente à clandestinidade. Nenhuma resistência. Nenhuma só voz, quer dos operários quer da burguesia, se levantou em protesto contra o que era uma visível e flagrante violência contra os termos expressos da constituição. Somente alguns deputados ousaram na Câmara fazer protestos simbólicos contra um fato consumado". In: Ibid. p. 190.*
- (21) Ibid. p. 192.
- (22) *"Tratava-se de derrubar por um movimento revolucionário a Constituição, qualificada de Código de Opressão, e de se constituir uma FLN que deveria unir todas as classes da sociedade na luta antiimperialista, com excessão das diretamente ligadas ao imperialismo. Falava igualmente de organização de um exército de libertação nacional. A semelhança dos programas dos partidos burgueses, limitava-se a enumerar o que seria feito depois do partido tomar o poder, ao invés*

de preconizar as medidas que, na luta por elas, poderia levar o partido ao poder". In: CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas do meu tempo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. p. 137.

(23) Ibid. p. 146.

(24) IANNI, Octávio. Estado y Planificación Económica en Brasil (1930-1970). Buenos Aires, Amorrortu, 1971.

(25) CHAVES NETO, Elias, loc. cit. p. 153.

(26) PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA, 1958-1979; documentos. São Paulo, Ciências Humanas, 1980. p. IX.

(27) Ibid. p. 5.

(28) Ibid. p. 18-9.

(29) Ibid. p. 48.

(30) Ibid.

(31) *"A fim de abrir caminho para essa reforma agrária radical é necessário lutar por medidas parciais, como a desapropriação de grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas, com base no preço da terra registrado para fins fiscais, e loteamento das terras entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, mediante pagamentos módicos e a longo prazo; por um forte aumento da carga tributária sobre as grandes propriedades e isenções fiscais para as pequenas propriedades..."* In: Ibid. p. 55.

(32) Ibid. p. 65.

(33) BARRIGUELLI, José Claudio. Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1870-1956). São Carlos, UFSCAR, 1981. v. 1. p. 133.

(34) Ibid. p. 135.

- (35) Ibid. p. 139.
- (36) Ibid. p. 142.
- (37) *"Foi depois de novembro de 1936, já quase no final do ano... que começaram a chegar elementos do movimento derrotado... Comecei a observar o comportamento deles. -Muito pouca conversa sobre o que tinha acontecido, mas tinham muita conversa no sentido de tomar precauções. Suas atitudes é que chamaram a atenção. Era o mecânico Timóteo, Luiz Bernardo, o fundidor José Miguel, Oscar Cordeiro, João pintor. Havia inclusive dois oficiais do exército que se tornaram vendedores ambulantes. Eles chegaram aos poucos e os novos eram sempre encaminhados pelos que lá estavam. Inclusive havia quem assumia as despesas daqueles que não possuíam dinheiro... Havia união. A conversa na pensão era conversa de pensionista. Agiam politicamente mas não falavam em política. Eles estavam derrotados"* — de entrevista em 4/12/79.
- (38) de manuscritos do curso, anexo I.
- (39) (A FDLN) *"é importante porque trata da reforma agrária pela liquidação do latifúndio, é esta a base da aliança operário com o camponês. É a confiscação das grandes propriedades, sem indenizações, como todos os móveis e imóveis, e anulação de todas as dívidas do camponês".* In: manuscritos do curso, anexo I.
- (40) *"Nesta época (1951-53) já estávamos empenhados numa luta para melhorar as condições do homem do campo, legalizar a organização sindical camponesa, elevar seu nível político e ideológico. Grande era nossa preocupação com o camponês; buscávamos todos os meios para esclarecê-lo, tanto assim é que ele já tomava parte de nossos cursos"* — de entrevista em outubro de 1979.

(41) Uma observação é pertinente: entre os camponeses havia elementos preparados politicamente, como o Camponês de Goiânia que participou deste 2º curso; entre - tanto a média se situava bem abaixo dele.

(42) *"O homem só perde a fé quando ele não tem segurança, quando ele não está convencido que a ideologia capaz de salvar a humanidade é a de Marx e Lenin. Quando ele se convence que a filosofia do proletariado é a única saída para a humanidade ele pode ser preso, machucado, ele morre mas morre sem abrir a mão porque ele está convencido que é a única saída a humanidade. Então ele não perde a fé; porque, o que faz um homem perdê-la é quando ele pensa que a luta está restrita ao ambiente dele, aquela fábrica onde trabalha, aquela cidade. Mas, quando ele pensar que está dentro da fábrica lutando por aquela melhoria de condições, quer dizer, quando ele está lutando por uma causa justa, olhar que não é só naquela fábrica onde ele está trabalhando, que no país inteiro estão outros trabalhando pela mesma causa, e que no mundo inteiro existe a mesma luta; aí, o homem não perde nunca a fé porque ele sabe que é apenas uma peça daquela máquina que funciona internacionalmente. Ele é uma peça muito importante, mas apenas uma peça daquela luta". — de entrevista.*

(43) SOARES, José Arlindo. Nacionalismo e Crise Social: o caso da frente do Recife (1955-64). Recife, UFPE, 1980. Tese (Mestre, Sociologia). Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia da UFPE, Pernambuco. p. 29.

(44) MORAIS, Clodomir Santos de. Las Ligas Campesinas de Brasil. In: STAVENHAGEN, Rodolfo. Movimientos Cam-

pesinos en America Latina. México, Hardenas, 1976.
p. 89.

SOARES, José Arlindo, op. cit. p. 88.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste. Paris, Université de Paris, 1978. Tese (Doutor, Sociologia) Centre d'Études des Mouvements Sociaux, Paris. p. 163. Mimeografado.

CAVALCANTI, Paulo. Dura História das Ligas Camponesas de Julião. Notas para o jornal Movimento, 1979, p. 5.

(45) Ibid. p. 7.

(46) *"Todo trabalho tendente à formação das Ligas e Sindicatos Camponeses ou de trabalhadores braçais da agricultura continha, como vício de origem, a marca do sindicalismo urbano, no transplante mecânico de normas de atuação da cidade para o campo"*. In: Ibid. p. 5.

(47) Ibid. p. 8.

(48) CARNEIRO, Mario Afonso. Relatório sobre a Área de Sapé. Rio de Janeiro, Centro Latino Americano de Ciências Sociais, 1963. p. 76. Mimeografado.

(49) Ibid. p. 68.

(50) *"Eles invadiram a sede da Liga — uns 10 capangas chefiados por Manfredo Veloso Borges, Manoel Veloso Borges — e agrediram para matar. Escapamos não sei bem como..."* In: Jornal o Momento, 6/5/79.

(51) depoimento em 5/10/79.

(52) depoimento em 10/12/79.

(53) Ibid.

- (54) Do temário impresso do I Congresso dos Trabalhadores da Paraíba: 10 a 13 de maio de 1958 e também de depoimento.
- (55) MORAIS, Clodomir Santos de, op. cit. p. 104.
- (56) Ibid.
- (57) Ibid.
- (58) O termo aqui usado mais em sentido figurado, designa um certo tipo de relacionamento com os subalternos, e não raras vezes com o emprego da violência física, através da "*polícia particular*" — a capangagem.
- (59) CARNEIRO, Mario Afonso, op. cit. p. 9.
- (60) Ibid. p. 65.
- (61) Ibid. p. 66.
- (62) CENSO AGRÍCOLA DE 1960. Rio de Janeiro, FIBGE, 1960 . v. II, 1º parte. p. XV.
- (63) CARNEIRO, Mario Afonso, loc. cit. p. 16.
- (64) Ibid. p. 86.
- (65) Em Sapê, na estrada que liga a cidade à Usina Santa Helena, há um aglomerado de casas conhecido como "Nova Cuba" — mais propriamente uma favela — pois se situam entre a estrada e a linha férrea. O nome "Nova Cuba" indica a origem de sua população que, segundo depoimentos, eram todos camponeses expulsos porque eram filiados às Ligas Camponesas — Ação dos vermelhos —, "Nova Cuba" porque lembra um país distante onde os camponeses ganham terra. Eis como a ideologia dominante justifica a condição de miséria, produto do movimento reivindicatório e não da exploração.

- (66) PASSOS GUIMARÃES, Alberto. Quatro Séculos de Latifúndio. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- (67) CARNEIRO, Mario Afonso, op. cit. p. 26.
- (68) Elizabeth, sua mulher, assim se expressou à CPI das Ligas Camponesas: "... quando a agricultura não dava, ele trabalhava quebrando pedra. Tenho em casa toda aquela ferramenta de pedreiro. Ele trabalhava na pedra para arranjar dinheiro para comprar o açúcar e o café, para não ver seus filhos morrendo de fome". In: Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Ligas Camponesas. Brasília. p. 455.
- (69) In: Processo Judicial de imissão de Posse, sendo o autor Antonio José Tavares e sua esposa; e réus Manoel Justino da Costa, sua mulher e João Pedro Teixeira e sua mulher — Cartório de Sapê —. PB.
- (70) "Às vezes, durante a noite, batiam à porta e chamavam por ele: Perguntava quem é. É a polícia. O Comandante está aí, e quer falar com você. Qualê, abro minha porta às 6 horas. E no outro dia, nada. Não era a Polícia coisa nenhuma. Eram capangas". In: CPI das Ligas, loc. cit. p. 455.
- (71) CPI das Ligas, loc. cit. p. 459.
- (72) "João Pedro era analfabeto, mas muito inteligente, fazia bons discursos. Quem assinava por ele era a mulher dele, Elizabeth Teixeira, que sabe ler e escrever. Era um sujeito bom, calmo, bem danado. Foi uma desgraça o seu assassinato"... "Ele dizia para os pequenos se juntarem, para terem direito a dentista. E assim foi. Mas aí os proprietários começaram a dizer que aquilo não era coisa de camponês, mas de comunista. A Liga abriu sede na cidade, vieram dentista e o

médico. Depois arrumou carro para trazer mulher descansada do mato para o hospital da cidade. Depois a Liga disse ao pessoal que o cambão estava errado e o pessoal passou a não dar mais cambão. Este foi o primeiro caso de briga entre camponês e proprietário. O segundo foi por causa dos sítios e benfeitorias..." In: CARNEIRO, Mario Afonso, op. cit. p. 71-73, respectivamente.

- (73) A União - PB. 04/04/62.
- (74) "Logo após o rumoroso crime o chefe do Executivo deu determinações às autoridades encarregadas da ordem pública, sob o comando do Secretário do Interior e Segurança Pública, deputado Silvio Porto, para que todas as diligências fossem postas em prática, dentro do máximo rigor e prontidão, no sentido de que os fatos fossem devidamente apurados e apontados os criminosos à Justiça". In: A União - PB. 11/04/62.
- (75) New York Times, Wednesday, april 11, 1962.
- (76) O Norte, quarta-feira, 11/04/62.
- (77) Correio da Paraíba, 12/04/62.
- (78) Ibid.
- (79) Argumentava ele que no dia do crime estava em Campina Grande e possuía uma permissão para ausentar-se do trabalho — permissão esta que na época foi muito questionada por estar abonada a data da emissão.
- (80) Correio da Paraíba, 19/04/62.
- (81) Ibid.
- (82) "Atendendo que o Tribunal do Juri reconheceu por unanimidade de votos que os réus Antonio Alexandre da Silva e Francisco Pedro da Silva não são os autores

da morte do camponês João Pedro Teixeira, fato ocorrido na estrada Sapê - Café do Vento no dia 02/04/62;

Atendendo que ao responderem os quesitos, os jurados reconheceram por unanimidade que os réus estavam isentos de culpa, absolve os réus Antonio Alexandre da Silva e Francisco Pedro da Silva, da acusação que lhes foi feita;

Mando que se lhe dê baixa na culpa e se expeça o respectivo alvará de soltura em favor dos mesmos, se por algo estiverem presos". In: FREIRE, Antonio. Araçá dos Luna Freire. João Pessoa, Nova Paraíba, 1972. p. 128.

(83) depoimento em 25/10/79.

(84) Ibid.

(85) Outros líderes, que juntamente com João Pedro, dividiram a liderança do movimento na Paraíba. Quatro deles foram eliminados:

a) Alfredo P. Nascimento liderou a Liga Camponesa Organizada na Fazenda Miriri, e foi morto dias antes de João Pedro Teixeira.

"No dia 15 de março às 9:30 horas dava-se o conflito na propriedade Miriri, onde a polícia particular do latifundiário dono daquela Fazenda substituiu a Polícia do Estado; à frente o conhecido profissional da pistola, Manoel Pereira da Silva, e, cumprindo ordens do proprietário desabusado, trucidava o líder camponês Alfredo Pereira Nascimento". In: Jornal A Hora, 31/03/62. p. 7.

b) Pedro Inácio Araújo - "Pedro Fazendeiro". Velho militante no PCB atuou em várias Ligas do Estado, principalmente em Sapê. Em vida sofreu atentados de morte sendo o mais grave deles em Itabaiana.

Em 1964, após o golpe, foi preso no Quartel do 15º Batalhão de Infantaria Motorizada em João Pessoa; o dia sete de setembro do mesmo ano foi o último dia em que seus companheiros de cela o viram, pois à noite, foi libertado; No dia nove de setembro, dois corpos semi-mutilados foram encontrados na estrada que liga Campina Grande a Caruaru. *"Ao lado do cadáver de Pedro também jazia o do 'Nego Fuba'". As fotos estampadas nos jornais traziam à viúva a constatação daquilo que já suspeitava e aos seus olhos ressaltaram um detalhe político: o braço retorcido do marido*". In: Jornal Diário da Borborema, 13/04/80. Em 1964, Pedro possuía 56 anos. No quartel do 15º BIMtz não existe qualquer registro sobre sua prisão.

c) João Alfredo Dias, "João Fuba". Sapateiro, solteiro, possuía em 1962, 28 anos, fazia parte do Conselho Fiscal das Ligas Camponesas. Sua liderança foi exercida sobretudo em Sapé. Possuía instrução educacional razoável; integrou uma comissão que foi visitar a China; foi diversas vezes preso e também pelo menos três vezes invadiram sua residência; em 1963 foi eleito vereador, no município de Sapé.

"Depois que ele foi preso, a primeira vez pelo Exército, pois pela Polícia nem sei as contas, pedi que fosse embora daqui e juntei cem contos para fazer a viagem. Ele dizia sempre que eu me deixasse de me preocupar, pois nada mais iria acontecer. Isso foi no dia que chegou da prisão. Dormiu e, de manhãzinha vieram buscá-lo outra vez. Fui visitá-lo no Quartel e foi essa a última vez que nos vimos". (Depoimento de seu pai, Alfredo Ulisses Gonçalves ao jornal a União, 05/10/79).

No dia sete de setembro de 1964, juntamente com "Pedro Fazendeiro" foi liberado e visto pela última vez.

d) Antonio Galdino ou "Carioca", líder da Liga Camponesa de Mari foi o primeiro homem assassinado no conflito de Mari, ou "Chacina de Mari", em quinze de janeiro de 1964, na periferia daquele município.

(86) Os jornais pesquisados foram: Correio da Paraíba; A União (Paraíba); Jornal do Comércio (Pernambuco); A Hora (Pernambuco); A Folha do Povo (Pernambuco); Jornal Liga (Rio de Janeiro).

(87) O incidente: Segundo uma versão, o administrador da Fazenda Santo Antonio, temeroso da invasão da mesma, foi ao local em que os camponeses estavam plantando (fazenda vizinha, do Sr. Nezinho de Paula) para negociar com os camponeses.

Segundo outra versão, o referido administrador foi ao local para insultar o líder Antonio Galdino, ou "Carioca", através de enchocalhamento. O líder resistiu, mas foi morto.

Em seguida armou-se um conflito generalizado: os camponeses, em torno de duzentos, lutavam com facas, foices e enxadas; os "vigias", com revólveres e juntamente com estes os policiais, com metralhadoras.

Mortos: Há controvérsias quanto ao número. Conseguimos levantar dez nomes: administrador Fernando da Cruz Gouveia; o sargento reformado Abdias Alves dos Santos; o sargento Clementino Pinto Soares; os três vigias da Usina Santa Helena, José Feliciano, Antonio Barbosa e Vicente Amaro; o camponês Manoel "do Fumo"; o líder camponês Antonio Galdino e mais um camponês não identificado.

Resultado: Tranquilidade e Trabalho em Mari. A Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e os proprietários firmam contrato de arrendamento para localização de camponeses nas proximidades do Município de Mari. In: Jornal Diário do Comércio, de 16/01/64; Diário da Borborema, de 16/01/64; Última Hora de Recife, de 17/01/64; Diário da Borborema, de 17/01/64; o Globo, de 16/01/64.

- (88) CARNEIRO, Mario Afonso, op. cit. p. 81-2.
- (89) Depoimento em 05/10/79.
- (90) Ibid.
- (91) O grupo dos "Julianistas" enfrentava por sua vez duas tendências: dos seguidores de Julião e da luta armada, à revelia de Julião.
- (92) MORAIS, Clodomir Santos de, op. cit. p. 100.
- (93) JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962. p. 81.
- (94) MORAIS, Clodomir Santos de, loc. cit. p. 113.
- (95) "... a ULTAB viu derrotadas suas modernas teses de reforma das leis de arrendamento rural e de extensão da política salarial e de previdência social urbana às massas rurais. A bandeira da 'reforma agrária radical, pela lei ou pela força' saída dos camponeses das Ligas, contagiou todos os delegados. O Congresso, a partir deste momento, não passou de uma série de ruidosas e agitadas manifestações e 'meetings' políticos que já se haviam iniciado dentro da própria catedral, onde se aplaudia, com 'vivas a reforma agrária radical' e 'morte aos latifundiários' no sermão da missa inaugural do I Congresso Nacional dos Camponeses". Os delegados das Ligas, minoritários, conseguiram

transformar este Congresso numa pregação em defesa da Reforma agrária na lei ou na marra. In: Ibid.

- (96) JULIAO, Francisco, op. cit. p. 82-84.
- (97) depoimento em 10/10/79.
- (98) JULIAO, Francisco. Brasil antes y después México, Nüestro Tiempo, 1968. p. 24.
- (99) Ibid. p. 27.
- (100) Ibid. p. 53-4.
- (101) O COMUNISMO NO BRASIL. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1967. v. 4. p. 380.
- (102) MORAIS, Clodomir Santos de, op. cit. p. 121.
- (103) Moraes menciona ainda três fatos como contribuintes , influentes para a superação das dificuldades ao sindicalismo rural. Primeiro foi a Conferência da OEA em Montevidéu, que teve como ênfase principal "*a necessidade de realizar mudanças nas estruturas rurais da América Latina*"; segundo os resultados das eleições favoráveis para governadores estaduais e parte do parlamento; e terceiro o convite para que as Ligas se-diassem o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. In: Ibid.
- (104) "*Durante duzentos anos os proprietários oprimiram, roubaram, surraram e mataram os camponeses; agora eles estão também começando a ser mortos. Acho que vão começar a recuar, a agir de outra maneira. Por isto, acho que a violência vai diminuir e até acabar... Violência chama violência. Nós não recuamos e os proprietários também não vão recuar. Não tem mais remédio. Agora a coisa vai ter que ir até o fim, quando um vencerá o outro*". In: CARNEIRO, Mario Afonso, op. cit. p. 75-6.

- (105) depoimento em nov./1979.
- (106) Jornal Liga, 20/02/63, p. 4.
- (107) Ou mais precisamente a ala que procurou preparar a guerrilha.
- (108) Muito embora a derrota do grupo agrarista, é conveniente lembrar que a temática predominante deste Congresso girou em torno do camponês. In: PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA, 1958/79. p. 39.
- (109) Jornal Liga, 04/12/1963.
- (110) Ibid.
- (111) CARNEIRO, Mario Afonso, op. cit. p.74.
- (112) LENIN, V. I. Obras Escogidas, en doce tomos, 1902-1905. Moscú, Progreso, 1975. v. 2. p. 75-6.

"A luta econômica faz pensar os operários somente nas questões concernentes a atitude do governo diante da classe operária; por isto, por mais que nos esforcemos em 'dar à luta econômica mesma um caráter político' jamais poderemos, nos limites desta tarefa, desenvolver a consciência política dos operários (até o grau de consciência política social democrata), pois os próprios limites são estreitos. A fórmula de Martinov... é valiosa porque põe de relevo o erro fundamental de todos os 'economistas': o convencimento de que se pode desenvolver a consciência política de classe dos operários a partir de dentro, por dizer assim, de sua luta econômica, ou seja, partindo só (ou, ao menos, principalmente) desta luta, baseando-se só (ou, ao menos, principalmente) nesta luta. Semelhante opinião é errônea da raiz".

- (113) "... o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Bra-

sil resolveu, por unanimidade, criar a Organização Política das LCB e, para tanto, elaborou e aprovou os seus Estatutos.

Este passo, de grande significação histórica e política para o movimento camponês brasileiro, e de repercussão nas demais classes e camadas sociais do País, provém de uma apreciação das condições objetivas e subjetivas que influem na Revolução Brasileira e, ademais, de uma aprofundada análise crítica e autocrítica do trabalho de arregimentação das massas que se reúnem em torno das Ligas Camponesas do Brasil ... Tornou-se urgente, inadiável, intransferível a criação de uma vanguarda, de uma organização política unitária, disciplinada, e de funcionamento com base no centralismo democrático e na forma leninista de organização". In: Jornal Liga, 18/03/64, p. 5.

- (114) MORAIS, Clodomir Santos de, op. cit. p. 126.
- (115) A Leninização segundo Moraes é fruto do trabalho dos militantes comunistas afastados do PCB, sem que se considerassem como tais (aguardavam o veredicto final do Comitê Central do PCB sobre a expulsão) não tinham pensamento de criar outro partido; eles se limitaram a seguir disciplinada e organizadamente os princípios leninistas de organização. In: Ibid. p. 125.
- (116) Padre Alípio é um importante batalhador da criação da OP. In: Ibid.
- (117) JULIAO, Francisco, op. cit. p. 60.
- (118) MARX, Karl. Capítulo Inédito. São Paulo, Ciências Humanas. 1980. p. 26 e 32 respectivamente (grifos do autor).

"O processo de produção capitalista é unidade dos pro-

cessos de trabalho e de valorização. Para transformar dinheiro em capital, se o transforma em mercadoria as quais constituem fatores do processo de trabalho. Com o dinheiro se deve adquirir, em primeiro lugar, capacidade de trabalho, e, em segundo, objetos, sem os quais não se pode consumir a capacidade de trabalho, ou seja, esta não pode trabalhar. No processo de trabalho, esses objetos não tem outro sentido senão de servir como meios de subsistência do trabalho, valores de uso do trabalho: com relação ao próprio trabalho vivo, o de servir como material e meio; em relação ao produto do trabalho, o de servir como meios de produção; em relação a esses meios de produção que já são produtos, o de servir como produtos enquanto meios para produzir novo produto".

"O produto do processo de produção capitalista não é simplesmente produto (valor de uso), nem simples mercadoria, isto é, produto que tem um valor de troca; seu produto específico é a mais valia". Mas o processo de produção capitalista é uma relação social e produção e reprodução da forma de ser capitalista.

- (119) CARNEIRO, Mario Afonso, op. cit. p. 34.
- (120) FIGUEIRA, Pedro Alcântara, op. cit. de manuscritos.
- (121) MARX, Karl, loc. cit. p. 91.
- (122) BARRIGUELLI, José Claudio, op. cit. p. 73.
- (123) Ibid. p. 78.
- (124) Ibid. p. 82.
- (125) Ibid. p. 84.
- (126) WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia

açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. cap. 2.

(127) LENIN, V. I. Teoria de la question agraria. México, Cultura Popular, 1978. p. 233.

(128) Ibid. p. 233.

(129) Ibid. p. 42.

(130) Ibid. p. 215.

(131) Ibid. p. 218.

(132) Ibid. p. 219.

(133) Ibid. p. 220.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais do Nordeste (1957-64). Temas, de Ciências Humanas, São Paulo, 8 : 115-31, 1980.
- AROLDO, José. Ligas Camponesas Querem Reforma Agrária. Panorama, Londrina, :19-24, mar. 1960.
- ARRAES, Miguel. Brasil: pueblo y poder. México. Era, 1971. 180 p.
- AZEVEDO, Agliberto. A Aliança Operário-Camponesa na Revolução Anti-Imperialista e Anti-Feudal. Novos Rumos, Rio de Janeiro (108) mar./jun. 1961.
- BARRIGUELLI, José Cláudio. Educação e o Programa Agrário do PCB; 1945-1947. São Carlos, UFSCar, 1981, 66p. (Texto para discussão no Grupo Movimentos Sociais no Campo : 6, 7 e 8 de maio - Goiânia, GO). Mimeografado.
- _____. A Questão da Questão. Xerox.
- _____. Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1970-1956) São Carlos, UFSCar, 1981. v. 1. 170 p.
- BASBAUM, Leônicio. História Sincera da República de 1930 a 1960. 3. ed. São Paulo, Fulgor, 1968. v. 3. 252 p.
- _____. Uma Vida em Seis Tempos; memórias. 2. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. 308 p.
- BRANDÃO, Octavio (Fritz Mayer). Agrarismo e Industrialismo. Buenos Aires, s. ed. 1926. Xerox.
- _____. Combates e Batalhas; Memórias. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. v. 1. 406 p.
- BRITO, Carlos Alberto de. Análise das Relações de Trabalho na Cultura do Abacaxi. Texto para Discussão, nº 5. João Pessoa, UFPb, 1980.

- CAMARGO, Aspásia Alcantara de. Brasil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste. Paris, Université de Paris, 1978 (Doutor, Sociologia). Centre d'Études des Mouvements Sociaux, Paris. Mimeografado.
- CARNEIRO, Mario Afonso. Relatório sobre a Área de Sapé. Rio de Janeiro, Centro Latino Americano de Ciências Sociais, 1963. Mimeografado.
- CAVALCANTI, Paulo. Dura História das Ligas Camponesas de Ju-
lião. Notas para o jornal Movimento, 1979. Xerox.
- _____. Os Equívocos de Caio Prado Junior. São Paulo, Argu-
mentos, s. d. 45 p. Xerox.
- CENSO AGRÍCOLA DE 1960. Rio de Janeiro, FIBGE, 1960. v. II,
1ª parte.
- CHAVES NETO, Elias. Minha Vida e as Lutas do meu Tempo. São
Paulo, Alfa-Omega, 1978. 267 p.
- COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento. 2. ed. São Pau-
lo, Perspectiva, 1978. 165 p.
- COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DAS LIGAS CAMPONE-
SAS. Brasília.
- O COMUNISMO NO BRASIL. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exér-
cito, 1966. v. 1. IPM, 709. 298 p.
- _____. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1967. v. 4.
415 p. IPM, 709
- DIAS, Everardo. História das Lutas Sociais no Brasil. 2. ed.
São Paulo, Alfa-Omega, 1977. 330 p.
- DULLES, John W. F. Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-
1935) Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. 448 p.
- FIGUEIRA, Fany Goldfarb. As Relações entre a Indústria e a
Agricultura. Xerox.

- _____. Separando o joio; cooperativas de trigo: capitali -
zação da agricultura. São Paulo, USP, 1979. Tese (Mes -
tre, História) Departamento de História da Universidade
de São Paulo, São Paulo. Mimeografado.
- FIGUEIRA, Pedro Alcântara. Reforma Agrária. São Carlos,
UFSCar, - 1980. Xerox.
- FONSECA, Gondin da. Assim Falou Julião... 3. ed. São Paulo,
Fulgor, 1962. 113 p.
- FREIRE, Antonio. Araçã dos Luna Freire. João Pessoa, Nova
Paraíba, 1972. 221 p.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 444 p.
- GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de
Janeiro, Graal, 1978. 143 p.
- HENFIL. Um Pau-de-Arara no Exílio: Julião. Pasquim, Rio de
Janeiro, 1ª Parte (479) : 12-17, 2ª Parte (498) : 10-15,
jan. 1979.
- HEWITT, Cynthia N. Brazil: The Peasant Movement of Pernam -
buco, 1961-1964. In: LANDSBERGER, H. Latin American peasant
movements. London, Ithaca, s. d. Xerox.
- HOBBSBAWM, Eric. Os camponeses e a Política. Ensaios de Opi-
nião, 1978.
- IANNI, Octavio. Estado y Planificación Económica en Brasil
(1930-1970) Buenos Aires, Amorrortu, 1971. 275 p.
- JULIAO, Francisco. Brasil antes y después. México, Nuestro
Tiempo, 1968. 125 p. Xerox.
- _____. Que são as Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Civi-
lização Brasileira, 1962.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968. 328 p.

LENIN, V. I. La Enfermedad Infantil del "Izquierdismo" en el Comunismo. In: Obras Escogidas em doce tomos. Moscú, Progreso, 1977. t. 11, p. 1-100.

_____. El-Estado y la Revolución. In: Obras Escogidas en doce tomos. Moscú, Progreso, 1977. t. 7, p. 1-116.

_____. El Imperialismo y la Escision del Socialismo. In: Obras Escogidas em doce tomos. Moscú, Progreso, 1976. t. 6, p. 126-42.

_____. ?Que hacer? In: Obras Escogidas en doce tomos. Moscú, Progreso, 1975. t. 2, p. 1-189.

_____. Las Tareas de la Revolución. 2. ed. Buenos Aires, Polemica, 1973. 154 p.

_____. Teoria de la Cuestión Agraria. México, Cultura Popular, 1976. 323 p.

_____. Tres Fuentes y Tres Partes Integrantes del Marxismo. Buenos Aires, Antes, 1960. 92 p.

LENINE, V. I. A Questão Agrária e os "Críticos de Marx". Rio de Janeiro, Calvino, 1945. 355 p.

LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL; Início da Construção da Organização Política. Liga, Recife, : 5, mar. 1964.

LOPES, José Sérgio Leite. O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 220 p.

MARIGHELA, Carlos. Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil. Estudos Sociais, Rio de Janeiro, 1(1):20, maio/jun. 1958.

- MARX, Karl. O Capital. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
Livro I, Cap. VI. 151 p.
- _____. Contribuição para a Crítica da Economia Política.
2. ed. Lisboa, Estampa, 1973. 365 p.
- _____. Miseria de la Filosofia. 3. ed. Buenos Aires, Siglo
XXI. Argentina, 1974. 210 p.
- MARX, Karl et alii. A Questão do Partido. São Paulo, Kairós,
1978. 136 p.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comu-
nista. 2. ed. São Paulo, Escriba, 1968. 62 p.
- MORAIS, Clodomir Santos de. Las Ligas Campesinas de Brasil.
In: STAVENHAGEN, Rodolfo. Movimientos Campesinos en Amé-
rica Latina. México, Hardenas, 1976.
- OCTÁVIO, José. Tensão Social e Revolução na Paraíba; uma a-
bordagem dos antecedentes paraibanos da Revolução de 1964.
João Pessoa, 1976. Xerox.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. 2. ed.
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 137 p.
- PASSOS GUIMARÃES, Alberto. A Crise Agrária. Rio de Janeiro,
Paz e Terra, 1979. 362 p.
- _____. Quatro Séculos de Latifúndio. 4. ed. Rio de Janei-
ro, Paz e Terra, 1977. 255 p.
- PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA, 1958-1979; documentos. São Pau-
lo, Ciências Humanas, 1980. 363 p.
- PEREIRA, Astrojildo. Construindo o PCB (1922-24). São Pau-
lo, Ciências Humanas, 1980. 151 p.
- _____. Ensaio Históricos e Políticos. São Paulo, Alfa-
Omega, 1979. 240 p.

PRADO JR., Caio. A Revolução Brasileira. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1972. 217 p.

PRESTES, Anita Leocádia. A Que Herança os Comunistas Devem Renunciar? Oitenta, Porto Alegre, (3) abr. 1980.

SCHIFNAGEL, Bety. Ligas Camponesas. Barracos, (3) : 33-65, nov./78.

SIGAUD, Lygia. Congressos Camponeses (1953-64). Recife, UFPE, 1979. Mimeografado.

SOARES, José Arlindo. Nacionalismo e Crise Social: o caso da frente do Recife (1955-64) Recife, UFPE, 1980. Tese (mestre, Sociologia) Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia da UFPE, Pernambuco.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 145 p.

ZAIDAN Fº, Michel. Comunistas & Comunistas: as relações entre anarco-sindicalistas e comunistas brasileiros nas crises da República Velha: 1922-24. Campinas, UEC, 1979. 47 p. Xerox.

OUTRAS FONTES:

a) Liga (RJ); Correio da Paraíba (PB); Diário do Comércio (PE); A União (PB); Diário da Borborema (PB); A Hora (PE); Folha do Povo (PE); O Estado de São Paulo (SP); Última Hora (PE); O Norte (PB); O Globo (RJ).

b) Depoimentos

c) Documentos do Cartório de Sapé-PB.

ANEXOS

ANEXO I

CURSO DE CAPACITAÇÃO POLÍTICA - RESUMO

LOCAL: NATAL

ANO: 1950

I PARTE

- 1ª aula - Sem a teoria a prática é cega.
- 2ª aula - O estudo e a vida do partido.
- 3ª aula - O estudo individual.
- 4ª aula - Estudar não é difícil.
- 5ª aula - Quais os materiais de estudo.
- 6ª aula - O método de estudo.
- 7ª aula - O que estudar no momento.
 - A história do Partido Bolchevique da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).
 - A Biografia do Camarada Stalin.
 - O Manifesto de Marx e Engels.
 - O Folheto do Partido.
 - O Comentário Nacional e Internacional da Voz Operária, a Classe Operária, Revista Problemas e Democracia Popular.
- 8ª aula - A teoria marxista-leninista-stalinista não é dogma.
 - 1º cap. - a situação nacional e internacional - modificações no mundo depois da 2ª guerra mundial.
 - 2º cap. - a luta contra o imperialismo pela democracia em todos os países.
 - 3º cap. - a agressividade do imperialismo e o fortalecimento do socialismo.
 - 1º cap. - A linha política é determinada pelos

interesses da classe operária.

2º cap. - Os dois lados do movimento operário:
objetivo e subjetivo.

3º cap. - Análise marxista das forças da classe.

9ª aula - (não há referência).

10ª aula - A construção orgânica, política e ideológica do
PCB.

1. As responsabilidades do partido no momento atual.
2. As debilidades políticas.
3. As debilidades orgânicas.
4. As debilidades ideológicas.
5. Consolidação política ideológica e orgânica.
6. Condições favoráveis à construção do partido.
7. Como fortalecer politicamente o partido.
8. Como fortalecer organicamente o partido.
9. Como fortalecer ideologicamente o partido.
10. O partido se fortalece e se consolida no fogo da luta.

Bibliografia:

10ª - A construção orgânica política e ideológica do partido.

1. O artigo de Prestes - Problema 31.
2. Informe político do Comitê Central (CN) de fevereiro, no cap. 2 onde trata das debilidades do partido e no cap. 4.
3. Classe Operária de 10/4/51 - Multiplicar as forças do partido e melhorar nossos métodos de trabalho - João Amazonas.
6. Classe Operária 10/5/51 - Elevar o nível ideológico: tarefa decisiva para o fortalecimento e construção do partido - Maurício Grabois.

II PARTE

1ª e 2ª aulas (não já referência).

3ª aula - Como organizar uma campanha de massas.

1. O que é uma campanha de massas.
2. As várias fases de uma campanha de massas.
3. A agitação e propaganda.
4. As finanças.
5. Emulação.
6. A campanha e as organizações de massas.
7. O reforçamento do Partido.

4ª aula - A Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) e seu programa.

1. Introdução.
2. Política de frente única.
3. Organização da FDLN - tarefa imediata.
4. O que deve ser a FDLN.
5. O processo de criação da FDLN.
6. Funções dos comitês da FDLN.
7. O papel da classe operária.
8. Tática de frente única.
9. O programa da FDLN é o programa da frente única.
10. A FDLN e o partido.
11. Necessidade de fortalecer o partido.
12. Conclusão.

5ª aula - A luta pela paz - nossa tarefa central.

1. A luta pela paz - tarefa central.
2. Guerra e paz.
3. A guerra não é inevitável.
4. Crítica e autocrítica de nossa luta pela paz.
5. Melhorar o ritmo e a qualidade de nosso trabalho pela paz.

- a. Esclarecer e convencer as massas na luta pela paz.
 - b. Transformar a luta pela paz.
 - c. Ligar a luta pela paz à luta pelo pão e pelas reivindicações cotidianas.
 - d. Ligar a luta pela paz à luta pelas liberdades.
 - e. Ligar a luta pela paz à luta pela libertação nacional e a democracia popular.
6. Unir os partidários da paz, exigência fundamental do movimento.
 - a. Algumas regras essenciais da frente única.
 - b. Formas de organização e de lutas de massa pela paz.
 - c. As organizações de paz no Brasil fazem parte do movimento mundial de partidários da paz.
 7. O caráter de nossa luta pela paz.
 8. Nossas tarefas atuais na luta pela paz.
 9. Nossas perspectivas na luta pela paz.

6ª aula - Organizar e unir a classe operária.

1. Introdução.
2. O agravamento da exploração e miséria da classe operária.
3. O proletariado brasileiro luta.
4. Falhas e debilidades dos comunistas no trabalho sindical.
5. A concepção marxista-leninista-stalinista do movimento sindical.
6. Organizar e unir a classe operária.
7. A greve, arma do proletariado.
8. A missão da classe operária na luta pela paz.

a libertação nacional e a democracia popular.

9. O papel dos comunistas como dirigentes da classe operária.

7ª aula - Importância teórica das formas de luta.

1. Importância das formas de luta.
2. Que são formas de luta.
3. O proletariado, seus aliados. O Partido Comunista (PC) e as formas de luta.
4. Os fatores que determinam as formas de luta.
5. As formas de luta para o momento atual.
6. Necessidade urgente de lutas revolucionárias de massa e luta armada.
7. Todas as formas de lutas boas, justas e necessárias.
8. Ensinar as massas a lutar - nosso dever revolucionário.
9. Conclusões.

8ª aula teórica - O que são as células do partido.

1. As células, a base da organização do partido.
2. Tipos de células do partido.
3. Como são organizadas as células.
4. A organização das células de empresa.
5. A organização das células de bairro.
6. A célula é a organização de base do partido.
7. Os órgãos dirigentes da célula.
8. O que é comitê de empresa.
9. O papel e os deveres das células do partido.
10. Conclusões.

9ª aula - As células no trabalho de massa.

1. A célula - base de ligação do partido com as massas.

2. A responsabilidade da célula no lugar onde atua.
3. O papel de vanguarda da célula.
4. As relações das células com as massas.
5. Agitação e propaganda revolucionária entre as massas.
6. O papel das células nas lutas de massa.
7. A diferença entre a célula e as organizações de massa.
8. Conclusão.

FONTE: Manuscritos de um participante do curso.

ANEXO II

CURSO DE CAPACITAÇÃO POLÍTICA - RESUMO

LOCAL: RECIFE

DATA DO INÍCIO: 16/07/1953

INTRODUÇÃO - 1. Como estudar

2. Estudo e a vida do partido
3. Estudo e a luta política
4. Estudo individual
5. Estudar não é difícil
6. Quais são os materiais de estudo
7. Método de estudo

1ª aula teórica:

1. O poderio e a invencibilidade da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).
2. O Partido Comunista da União Soviética (PCUS), destacamento mais avançado do movimento comunista internacional.
3. Duas linhas do desenvolvimento na situação internacional.
4. O discurso de Stalin - Genial programa de lutas para os partidos comunistas.
5. Confiança e fé na vitória da causa do partido.

2ª aula teórica:

1. A luta pela paz nesta tarefa central do nosso partido.
2. O perigo de guerra e a luta pela paz.
3. A luta pelo povo brasileiro pela paz.
4. As debilidades de nossa luta pela paz.
5. (não há referência).
6. Ampliar e fortalecer a luta pela paz.

7. Nossas tarefas e perspectivas na luta pela paz.

Perguntas da 2ª aula:

1. Por que a luta pela paz é nossa tarefa?
2. Por que há o perigo da guerra?
3. Quais os fatos que comprovam a política da guerra de Getúlio?
4. Quais os êxitos da luta pela paz?
5. Quais as tendências falsas que se manifestam na luta pela paz?
6. Qual o caráter e os objetivos da luta pela paz?
7. Por que as guerras são inevitáveis sob os imperialistas?
8. (não há referência).
9. Como eliminar definitivamente as guerras?
10. Por que os comunistas lutam pela paz?
11. Como ampliar e fortalecer o movimento pela paz?
12. Quais as formas de luta, de organização na luta pela paz?
13. Quais as nossas tarefas na luta pela paz?
14. Qual a indicação de Stalin sobre a luta pela paz?
15. O que prova a política de paz da URSS?

3ª aula teórica - A situação no país e as nossas tarefas.

1. A situação no país e as lutas de massas.
2. A luta pela paz.
3. A luta pelas liberdades democráticas.
4. A luta pela independência nacional.
5. A luta por um governo democrático.
6. O partido é tudo.

Perguntas da 3ª aula:

1. A lei fundamental do capitalismo contemporâneo atua no Brasil? E como?
2. Quais são os sustentáculos internos do imperialismo americano?

3. No momento, qual a contradição fundamental?
4. As lutas de massas estão à altura das necessidades atuais?
5. Por que o governo de Vargas é o ponto de apoio do imperialismo americano?
6. Qual a importância da aliança operário-camponesa?
7. Qual o ensinamento de Stalin sobre o caráter atual do movimento pela paz?
8. Por que subestimamos a luta pelas liberdades e como se manifesta esta subestimação?
9. Quais as nossas tarefas nas lutas pelas liberdades democráticas?
10. Quais as nossas debilidades na luta pela nossa independência nacional?
11. Que forças podemos mobilizar para a luta pela independência nacional?
12. Quais as nossas tarefas imediatas na luta contra o imperialismo americano?
13. Por que a luta por um governo democrático popular é a palavra de ordem básica?
14. Que tendências errôneas dificultam a formação da frente única?
15. Quais as forças que podem figurar na FDLN?

4ª aula - Ampliar a organização da classe operária e a sua unidade.

1. O que são os sindicatos e qual a concepção marxista-leninista sobre os sindicatos.
2. A situação no país e as lutas da classe operária.
3. A ação do governo de Vargas contra a classe operária.
4. A orientação sindical do comunista.
5. Organizar uma classe operária.
6. O papel dos comunistas como dirigentes da classe operária.

Perguntas da 4ª aula:

1. Por que o papel da classe operária é decisivo para a luta pela paz, a libertação nacional e a democracia popular?
2. Quais as principais formas de exploração da classe operária pelos capitalistas?
3. Por que dissemos "o governo de Vargas é contra os trabalhadores"?
4. Quais as principais debilidades dos comunistas no trabalho sindical?
5. Qual a diferença entre uma célula e uma organização sindical de empresa?
6. O que são os sindicatos como organização de massas dos trabalhadores?
7. Em que se baseia a concepção reformista do movimento sindical?
8. Qual a orientação do partido para organizar e unir rapidamente a classe operária?
9. Como devemos trabalhar nos sindicatos?
10. Por que é a greve uma arma importante do proletariado?
11. Quais são as reivindicações imediatas e mais sentidas dos operários?
12. Como preparar e dirigir uma greve?
13. Qual o papel dos comunistas no movimento sindical?

5ª aula - A construção de nosso partido.

1. Fazer crescer sistematicamente o partido.
2. Importância decisiva do trabalho de educação do partido.
3. Combater as tendências à subestimação do partido.
4. As raízes das concepções ideológicas pequeno burguesas que entravam o crescimento do partido.
5. Conclusão.

Perguntas da 5ª aula:

1. O nosso partido já está a altura de sua missão histórica?
2. Quais as causas do pequeno crescimento do partido?
3. As condições atuais são favoráveis ao crescimento do partido e por que?
4. Que importância tem para o partido a consciência ideológica dos seus membros?
5. Qual a lição do XIX Congresso com relação ao trabalho ideológico?
6. Por que o espontaneísmo se opõe à elevação do nível ideológico?
7. O partido deve ser de poucos membros bons? Por quê?
8. Como planificar o recrutamento?
9. Em que classes sociais devemos fundamentalmente recrutar?
10. Como se manifesta entre nós a subestimação pela célula?
11. Por que a célula de empresa é a base fundamental do partido?
12. O partido pode se desenvolver sem crítica e autocrítica? Por que?
13. Qual a única classe revolucionária até o fim? Por que?
14. Qual o estado maior da classe operária?
15. Por que deve o partido manter sua independência na frente única?

2ª aula prática (não há referência da 1ª aula)

Como organizar uma campanha de massas.

6ª aula teórica - O que é o partido, seus princípios básicos.

1. Introdução.
2. Necessidade e papel do partido.

3. Particularidade do Partido Comunista com um partido de novo tipo.
4. Luta pela concepção marxista-leninista do partido.
5. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), partido de patriotas e internacionalista, partido diferente.
6. Os princípios básicos de organização do partido.
7. Necessidade do fortalecimento dos princípios básicos de organização do partido.
8. Conclusão.

Perguntas da 6ª aula:

1. Porque surge o partido?
2. Qual o papel do partido?
3. Porque o nosso partido deve ser um partido de classe?
4. Porque nosso partido deve ser um partido revolucionário?
5. Quais as particularidades do PCB como um partido de novo tipo?
6. Porque o partido deve ser um destacamento de vanguarda?
7. Porque o partido é a vanguarda organizada do proletariado?
8. Que é centralismo?
9. Que é democracia interna?
10. Que é crítica e autocrítica?
11. Que é centralismo democrático?
12. Porque o partido é a forma superior da organização do proletariado?
13. Que é a unidade e em que ela se baseia?
14. Porque a disciplina do partido é consciente?

3ª aula prática - Como difundir nossa imprensa.

7ª aula teórica: O que são as células do partido.

1. As células de base da organização do partido.
2. Tipos de células do partido.
3. Como são organizadas as células do partido.
4. A organização das células de empresa.
5. Organização das células de bairro.
6. A célula é a organização de base.
7. Órgãos de frente da célula.
8. O que é um comitê de empresa.
9. Papel e deveres das células do partido.
10. Conclusão.

8ª aula teórica - A vida interna das células.

1. Introdução.
2. Integrar todo comunista no trabalho ativo.
3. Ligação necessária para assegurar o trabalho das células.
4. Importância da assembléia da célula.
5. O valor dos ativos.
6. Resolução clara e concreta.
7. Normalidade na administração partidária.
8. Vigilância revolucionária.
9. Segurança no trabalho.
10. Educação política.
11. Recrutamento.
12. Assistência.
13. Conclusão.

4ª aula prática - Como redigir um manifesto, um volante, um artigo, uma reportagem.

9ª aula teórica - O que é e como funciona o secretariado.

1. Importância do secretariado para a eficiência do trabalho nas células.
2. O que é o secretariado das células.

3. Como deve funcionar o secretariado.
4. As funções de cada secretariado.
5. Quais as condições políticas para uma boa direção do secretariado.
6. Quais as condições materiais para uma boa direção do secretariado.
7. Quais as bases da autoridade do secretariado como direção.
8. Métodos de trabalho de direção do secretariado.
9. Conclusão.

5ª aula prática - Auto-defesa.

10ª aula teórica - A célula no trabalho de massas.

1. As bases da ligação do partido com as massas.
2. As responsabilidades da célula no local onde está.
3. O papel da vanguarda da célula.
4. As relações da célula com a massa.
5. A agitação e propaganda revolucionária entre as massas.
6. O papel da célula na luta de massas.
7. A diferença entre as células e as organizações de massas.

6ª aula prática - Se fores preso.

FONTE: Manuscritos de um participante do curso.

ANEXO III

SEM TERRA E SEM PAIS

Malaquias Batista

João Pedro, assassinado aos 42 anos, não foi apenas um homem sem terras: desde os três anos foi também um filho sem pais, criado pelos avós. Viveu sua juventude como um cigano, de trabalho. Tendo apenas para vender a força de seus músculos adolescentes, João Pedro, ainda menor, foi trocando por salários de fome, por foros extorsivos, por meias desumanas, sua força de trabalho em fazendas e engenhos. Em Guarabira, sua terra natal, o único título de propriedade que João Pedro poderia mostrar era sua certidão de nascimento, no livro de registro civil. Nada mais. Deixou "sua" terra e procurou as terras dos outros. Trabalhou por uns tempos no Engenho Coroadá, município de Santa Rita. De lá foi para a fronteira e se aventurou pelo Estado de Pernambuco, Garanhuns, Jaboatão, Caruaru, Recife. Mudou de ramo, fazendo-se operário, mas não mudou de vida, sofrendo em toda parte as aperturas de quem se submete ao regime de exploração do homem pelo homem.

Casou-se aos 24 anos, passando a viver no engenho Massangana, em Santa Rita. Homem de profundas convicções religiosas, João Pedro foi dando aos seus filhos nomes de profetas e santos da igreja: Abraão, Jacó, Isac. O mais novo — caçula de uma prole de 11 filhos — chama-se Lenine. E o último dos profetas pertence já ao Novíssimo Testamento, segundo contava João Pedro.

Nasce o líder.

João Pedro foi um aluno da vida, um auto-didata das

viscissitudes. Aprendeu pelos caminhos que andou. Pelos sindicatos operários, pelas lições que a unidade operária lhe ia ensinando. Ao voltar a Sapê, em 1954, como morador da fazenda Antas do Sono, João Pedro traria uma idéia atravessada na cabeça: fundar uma associação de camponeses. E se pensou, melhor o fez. Convocou os trabalhadores da vizinhança — uns duzentos camponeses.

A reunião se fez no pátio do casebre. Com debates, ata e diretoria eleitas e empossada. Bastou então que o núcleo se fundasse para que o terror policial — latifundiário se fizesse presente como um rolo compressor. Havia semana em que João Pedro era intimado 15 vezes pelo comissário do posto policial de Sobrado. O núcleo se desfez com a dispersão de toda a diretoria, cujos membros foram obrigados a fugir. O próprio João Pedro teve que se retirar para o Rio, onde trabalhou durante cinco meses, separado da família. Voltou depois. Veio para ficar.

Em 1958, João Pedro voltou à luta para enfrentar o latifúndio num segundo "round". Com a experiência da tentativa anterior mudou de tática: ao invés de Liga doméstica, funcionando em seu terreiro, criaria uma associação com cidadania, com sede urbana. Catequizou antigos desertores e enfileirou novos soldados. Marcou data de reunião e convidou as autoridades para presenciarem o ato, desde o Juiz de Direito, o médico do Hospital, o comissário de Polícia até o padre da freguesia. A liga teria sua sede na cidade de Sapê.

A luta de João Pedro nesta jornada faz lembrar, consideradas as proporções, o esforço épico de Cristóvão Colombo na descoberta da América. Poucos acreditavam na iniciativa. Dispostos os pioneiros em frente do casebre, surge a primeira dificuldade. A arrecadação contabilizada entre os que tinham algum dinheiro não dava para o pagamento

do transporte que levaria os camponeses até Sapê. João Pedro empenhou o único patrimônio disponível no momento — um carneiro que pertencia a sua filha mais velha e que foi arrematado de emergência por quinhentos cruzeiros, em favor do proprietário do caminhão contratado.

O comboio seguiu para Sapê. Pelos caminhos João Pedro teve que lutar contra as dúvidas dos que temiam pela aventura. E apesar de toda sua argumentação de líder por vocação, não pode evitar a retirada de muitos. A pedido dos descontentes e tímidos o caminhão fez parada antes de entrar na cidade e quase um terço do primitivo grupo se desfez, vencido pelo medo.

Mas a Liga foi fundada. A primeira no Estado da Paraíba. Hoje a primeira em expressão, em espírito de luta, em solidariedade revolucionária no Brasil. Uma liga cuja retrospectiva se confunde com a própria biografia de João Pedro!

Tragédia e glória.

Pouco há para se dizer sobre a morte do João Pedro. Seu assassinato foi notícia e foi manchete em todo o país e até no estrangeiro. O "New York Times" registrou e gravou o fato dando-lhe mais importância do que as cotações do dólar na bolsa de Wall Street. Agnaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antonio Vitor financiando a emboscada, haviam cometido o crime do ano.

Como sempre, nesta democracia de brinquedo, em que a lei tem apenas um olho e um ouvido, os assassinos saíram impunes. Mas João Pedro, com seu destino tão ligado aos caminhos, deixou uma sentença póstuma. São seus epitáfios à beira da estrada Sapê-Café do Vento, no local em que foi assassinado. Ali diariamente, muitos param, muitos olham, muitos sentam. E a Liga de João Pedro que tinha seis mil associa-

dos, hoje conta com mais de dez mil sócios. Há muita gente cobrando, na intimidade de sua consciência, os três tiros de fuzil que prostraram sem vida o grande líder camponês. No asfalto, as ranhuras dos projéteis que plantaram na terra do caminho o sangue revolucionário de João Pedro. Compondo a cena final de sua vida, cartilhas inocentes que João Pedro levava para seus filhos, fizeram mudar não só o destino da família, na orfandade, como a própria educação política do campesinato. Há, naqueles livros furados de balas, um apelo à revolução. E a revolução vem sendo pregada. Sobre o sangue de João Pedro e de seus companheiros. Suas cartilhas escolares que ficaram no caminho da viagem interrompida, devem hoje ensinar outro credo de civismo, outras primeiras letras. Devem ser bíblias de lutas para as escolas onde se formam novas gerações.

Jornal LIGA, 03/03/63 p. 5

In: Cuadernos 27 p. 199.

ANEXO IV

LIGA CAMPONESA DO ESTADO DA PARAÍBA
ESTATUTOS

DENOMINAÇÃO - SEDE E FINS

Art. 1º - A LIGA CAMPONESA DO ESTADO DA PARAÍBA, fundada no dia 25 de novembro de 1962 com sede e fôro em João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba é uma sociedade civil de direito privado com jurisdição para todo o Estado da Paraíba e se regerá pelos presentes Estatutos e pelas leis em vigor no país;

Art. 2º - A LIGA tem por objetivos:

1. Prestar assistência social aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas;
2. Criar, instalar e manter serviços de assistência jurídica, médica, odontológica e educacional segundo suas possibilidades;

§ Único - A LIGA não fará discriminação de cor, credo político, religioso ou filosófico entre filiados;

DOS SÓCIOS

Art. 3º - São condições para associar-se à LIGA o exercício de qualquer atividade ligada à produção agrícola e discriminados no item 1 (um) do art. 2º (segundo);

Art. 4º - Os sócios podem ser efetivos, beneméritos ou honorários;

§ 1º - Somente podem ser sócios efetivos aqueles que preencherem os requisitos exigidos no item 1º (primeiro) do art. 2º (segundo);

§ 2º - Serão considerados sócios beneméritos todos

aqueles que, por relevantes serviços prestados à LIGA se fizerem dignos desse título, que será outorgado pelo Conselho Deliberativo por proposta da Diretoria;

§ 3º - Consideram-se sócios honorários todos aqueles que tomarem parte na reunião de fundação da LIGA e que tenham assinado a ata da fundação;

DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Art. 5º - São direitos dos sócios efetivos:

a) Votar e ser votado,
b) Participar de todas as atividades programadas pela LIGA,

c) Usufruir dos benefícios que lhe são conferidos pelos presentes Estatutos;

Art. 6º - São deveres dos sócios efetivos:

a) Pagar as mensalidades que forem estipuladas, anualmente, pela diretoria, incorrendo na pena de exclusão do quadro social todo aquele que se atrasar no pagamento durante três meses consecutivos;

b) Acatar e cumprir todas as deliberações dos órgãos da LIGA;

c) Cumprir as tarefas determinadas e prestar contas da execução no organismo que as tiver determinado;

DAS PENALIDADES

Art. 7º - Um membro da LIGA que tornar pernicioso a mesma ou infringir os deveres prescritos nestes Estatutos, deverá ser, na medida da infração praticada:

- a) Advertido por escrito;
- b) Censurado publicamente;
- c) Suspenso ou destituído do cargo que ocupar;
- d) Expulso da LIGA;

§ 1º - As penalidades serão aplicadas pelo órgão a que estiver diretamente subordinado o infrator, através de processo sumário, com audiência do acusado;

§ 2º - Das penalidades aplicadas pela Diretoria caberá recurso ao Conselho Deliberativo;

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º - A LIGA será administrada por uma diretoria, por um Conselho Deliberativo e pela Assembléia Geral;

I - A Diretoria terá função executiva e se comporá de um Presidente, um 1º Vice-Presidente, um 2º Vice-Presidente, um 1º Secretário, um 2º Secretário, um 1º Tesoureiro e um 2º Tesoureiro;

II - O Conselho Deliberativo terá função deliberativa e se comporá de 13 (treze) membros.

III - A Associação Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada biênio para eleger a diretoria e o Conselho Deliberativo e para apreciar as contas da Diretoria.

§ 1º - O mandato da Diretoria e do Conselho Deliberativo, eleitos na Assembléia de fundação será de 180 (cento e oitenta) dias;

Art. 9º - Compete ao Presidente da Diretoria:

1 - Representar a LIGA em juízo ou fora dele, podendo, todavia, constituir o procurador;

2 - Presidir e convocar as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais;

Art. 10º - As atribuições dos demais membros da Diretoria serão definidos no Regimento Interno da LIGA;

Art. 11º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, uma vez por quinzena e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente, ou pela maioria simples dos seus componentes;

Art. 12º - A Assembléia Geral poderá se reunir extra-

ordinariamente quando convocada pelo Presidente, com a vênua da diretoria, ou quando convocada pelo Conselho Deliberativo;

Art. 13º - O Presidente da Assembléia Geral será o presidente da Diretoria que designará um secretário "ad hoc" para os trabalhos;

Art. 14º - A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, com a presença mínima de um décimo (1/10) dos sócios quites, e em segunda convocação, uma hora após a primeira com qualquer número;

Art. 15º - Os membros do Conselho Deliberativo na primeira reunião elegerão um presidente e um secretário;

Art. 16º - O Conselho Deliberativo poderá ser integrado por sócios efetivos, beneméritos e honorários, não se estendendo essa regalia aos demais órgãos;

Art. 17º - Compete ao Conselho Deliberativo orientar as atividades da LIGA durante o intervalo das reuniões ordinárias da Assembléia Geral sendo decisões soberanas em relação a Diretoria;

Art. 18º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, quando convocado pelo Presidente;

Art. 19º - Os cargos que se tornarem vagos na Diretoria serão preenchidos interinamente por aprovação da maioria simples da Diretoria até que uma Assembléia Geral convocada com qualquer um, ratifique ou eleja novo diretor para o cargo vago, assumido interinamente.

DAS DELEGACIAS MUNICIPAIS OU DISTRITAIS

Art. 20º - A LIGA terá jurisdição em todo o Estado da Paraíba... (ilegível) Delegacias Municipais ou Distritais.

§ Único - As Delegacias serão dirigidas por uma diretoria e pela Assembléia Geral, na forma dos presentes estatutos, podendo a Diretoria em casos especiais, compor-se de

apenas um Presidente, um Secretário Geral e um Tesoureiro;

Art. 21º - As Delegacias estarão subordinadas, diretamente aos órgãos centrais da LIGA, considerando-se, no entanto, sub-sedes da mesma;

Art. 22º - Criada uma Delegacia Municipal ou Distrital a Diretoria da LIGA comunicará imediatamente às autoridades locais.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23º - O Patrimônio da LIGA constituir-se-á de mensalidades dos sócios, doações, subvenções ou qualquer outra forma lícita de renda;

Art. 24º - O movimento financeiro da LIGA será escriturado de forma a permitir sua rápida verificação por qualquer sócio interessado;

Art. 25º - A LIGA deverá colaborar com as entidades congêneres de direito público ou privado, no interesse da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais para tanto podendo celebrar convênios e acôrdos;

Art. 26º - Todas as decisões da LIGA serão tomadas por maioria simples de votos, ressalvando-se os casos expressamente previstos neste Estatuto;

Art. 27º Os presentes Estatutos somente poderão ser reformados por Assembléia Geral Extraordinária, para esse fim convocada;

Art. 28º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais;

Art. 29º - A LIGA dissolver-se-á por Assembléia Geral para esse fim convocada e que deliberará pelo voto de dois terços dos presentes;

§ Único - Essa Assembléia Geral destinará o patrimônio da LIGA a uma instituição de fins análogos;

Art. 30º - A eleição dos órgãos dirigentes da LIGA na

reunião de fundação far-se-á por escrutínio secreto;

Art. 31º - Os casos omissos nos presentes Estatutos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo.

João Pessoa, Estado da Paraíba, em 25 de novembro de 1962.

FONTE: Jornal Liga. 16/01/63.

ANEXO V

ASSOCIAÇÃO DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE SAPÉ

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE SAPÉ, tem por finalidade a prestação de ASSISTÊNCIA SOCIAL aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas do município e áreas vizinhas, bem como a defesa de seus legítimos direitos, de acordo com as Leis do País.

CAPÍTULO II

Art. 2º - São condições para associar-se à entidade, o exercício de qualquer das profissões indicadas no Art. 1º, idade mínima de 18 anos e o pagamento de uma contribuição financeira inicial de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros).

Art. 3º - Os sócios podem ser: contribuintes, beneméritos e honorários.

§ 1º - Sócios Contribuintes são os que pagam a mensalidade estipulada em Cr\$ 20,00 e cumprem os demais deveres fixados nestes estatutos.

§ 2º - Sócios Beneméritos são os que tenham proposto mais de 20 (vinte) outros, efetivamente associados.

§ 3º - Sócios Honorários são as personalidades estranhas ao quadro social, que tenham prestado relevantes serviços à Associação.

Art. 4º - São deveres dos sócios Contribuintes e Beneméritos, cumprir os Estatutos e decisões da Assembléia e da diretoria; observar pontualidade nas reuniões e no paga-

mento das contribuições; zelar pelo bom nome da Associação; comunicar mudança de residência.

Art. 5º - São direitos dos Sócios Contribuintes e Beneméritos: votar e ser votado para os cargos de direção desde que estejam quites com os cofres da Associação; participar dos debates e decisões da Assembléia; convocação de Assembléia Extraordinária em requerimento assinado por mais de 20 (vinte) associados.

CAPÍTULO III

Art. 6º - A ASSOCIAÇÃO é dirigida por uma Diretoria, pelo Conselho Fiscal e pela Assembléia Geral.

A primeira como órgão administrativo e a segunda como órgão deliberativo soberano.

Art. 7º - A Diretoria se compõe de um presidente, um vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro e um orador, eleitos por maioria absoluta por um período de dois anos.

Art. 8º - Compete ao Presidente a direção administrativa da entidade, sua representação oficial e judicial, a direção das reuniões, a designação de comissões, assinatura de atas e outros documentos, visto de cheques, a autorização de despesas e demais atos necessários ao fiel cumprimento dos Estatutos.

Art. 9º - Compete ao Vice-presidente substituir e suceder ao Presidente em todas as atribuições do cargo.

Art. 10º - Compete ao 1º Secretário os trabalhos de expediente, registro, correspondência, publicidade e arquivo.

Art. 11º - Compete ao 2º Secretário, substituir e suceder ao 1º Secretário, bem como auxiliá-lo nas atividades de Secretaria.

Art. 12º - Compete ao Tesoureiro: a guarda dos valores

da entidade, a escrituração de receita e despesa em balancetes mensais e anuais, o depósito em banco de quantia superior a Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), o recebimento de receita e o pagamento de despesas, a promoção de campanhas financeiras em benefício da Associação.

Art. 13º - Compete ao Orador, as saudações aos visitantes, a realização de palestras sobre assuntos cívicos e de interesse de trabalho rural, bem como a representação da Associação em solenidades para que foi designado pelo Presidente.

CAPÍTULO IV

Art. 15º - O Conselho Fiscal se compõe de três (3) membros eleitos igualmente com a Diretoria.

Art. 16º - Compete ao Conselho Fiscal, dar parecer sobre os balancetes e demais documentos da tesouraria, fiscalizar a escrituração e o movimento patrimonial e dar parecer sobre a admissão dos sócios propostos.

CAPÍTULO V

Art. 17º - A Assembléia Geral é o poder soberano da Associação e se reunirá ordinariamente, uma vez por mês ou quando convocada pela Diretoria e extraordinariamente para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, e sempre que convocada por um mínimo de um terço dos associados, mediante publicação na imprensa do Estado com antecedência entre sete e cinco dias.

Art. 18º - À Assembléia Geral Ordinária compete decidir sobre todos os assuntos importantes da atividade social que forem apresentados a sua deliberação à aprovação dos balancetes e demais atos da gestão patrimonial e administrativa da Diretoria, bem como a escolha de sócios beneméritos

e honorários.

Art. 19º - As deliberações da Assembléia Geral Ordinária serão efetuadas com o mínimo da metade dos associados em primeira convocação, e com qualquer número em segunda convocação.

CAPÍTULO VI

Art. 20º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal. A reforma dos Estatutos, autorização de atos que envolvam alienação ou responsabilidade do patrimônio social e a extinção da Associação.

Art. 21º - As decisões da Assembléia Geral Extraordinária serão tomadas por maioria de dois terços dos votantes com exceção da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal que será procedida por maioria simples.

CAPÍTULO VII

Art. 22º - A Associação manterá serviço de assistência social, médica, odontológica, jurídica e educativa, conforme suas possibilidades.

Art. 23º - A Associação deverá colaborar com as entidades congêneres, no interesse da melhoria das condições de trabalhos rurais.

Art. 24º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e Assembléia Geral.

Severino Alves Barbosa

PRESIDENTE: João Pedro

VICE-PRESIDENTE: Manuel Barbosa da Silva

PRIMEIRO-SECRETÁRIO: Pedro Ignácio de Araújo

SEGUNDO-SECRETÁRIO: Severino José da Silva

TESOUREIRO: Walter Acioly

ORADOR:

FONTE: CARNEIRO, Mario Afonso. Relatório sobre a área de Sa-
pê. Centro Latino Americano de Pesquisas Sociais.
1963. Mimeografado.

ANEXO VI

O ABC DO CAMPONÊS

Francisco Julião

Mando Liberdade - uniao -

1. A tua liberdade, camponês, depende da tua união. A tua união depende da tua vontade. E a tua vontade depende da tua necessidade. Porque a necessidade cria a vontade. A vontade cria a união. E a união cria a liberdade.
2. Quem tem liberdade tem o trabalho. E quem ama o trabalho merece a terra. Porque a terra deve ser de quem nela trabalha. Terra é sossego, é paz, é pão, é água, é casa, é agasalho, é escola, é saúde e é vida.
3. De cada noventa brasileiros, sessenta moram no campo. De cada sessenta brasileiros que moram no campo somente dois têm a terra. Os outros, cinquenta e oito, são camponeses sem terra. São eiteiros, condiceiros, peões, percenteiros, meeiros, foreiros, vaqueiros, agregados. Aqui com estes nomes. No norte, no centro e no sul do país com esses e outros nomes.
4. É justo que cada dois brasileiros de vinte que moram no campo tenham terra, e os outros cinquenta e oito não fiquem com um naco? Não é justo. O justo é que haja um pedaço de terra para cada um deles. Um padre, a quem muito respeito pela sua bondade, já me disse: "Deus deixou a terra para todos mas os sabidos tomaram conta dela". Isto é mais certo que beijo de bode.
5. Que é preciso fazer para ganhar um pedaço de terra? A reunião de todos os que não tem terra. Essa união pode ser feita porque depende da vontade de cada um. Essa vontade existe porque é filha da necessidade. E a necessi-

dade é coisa que todo mundo sente.

6. A união é o primeiro passo. Porque a união faz a força. Foi por isso que no "Guia do camponês" espalhado no ano de 1956, falei tanto em união. O segundo passo é saber usar esta união.

Pela Reforma Agrária

7. A favor de quem deve ser usada esta união? Essa união deve ser usada a favor de todo aquele que lutar pela Reforma Agrária. Que é a Reforma Agrária? A Reforma Agrária é o direito à terra para o camponês trabalhar. É a luta contra o latifúndio. É a criação da média e da pequena propriedade. É a escola para o camponês aprender. É o remédio para o camponês se curar. É a água para o camponês beber. É a semente para o camponês plantar. É o adubo para dar boa safra. É o arado contra a enxada. É o agrônomo indo ensinar o camponês a cultivar a terra. É a defendê-la da erosão. É o fim da seca no Nordeste. É a luta contra o travessão que acabou com a ação do bode e do carneiro. É a faixa verde em torno das cidades e à beira das estradas de ferro e de rodagem. É o dinheiro emprestado a longo prazo. É a juros de seis por cento ao ano. É o transporte barato para a feira. É o salário justo contra a exploração. É a liberdade contra a escravidão.
8. Quem é a favor da Reforma Agrária? São todos os operários. São todos os camponeses. São todos os estudantes. Alguns sacerdotes e ministros. Alguns militares. A maioria dos intelectuais.
9. Os estudantes querem a Reforma Agrária, pois só assim o ensino será gratuito para todos. E a dona de casa que não sabe o que fazer para alimentar, vestir e botar o

filho na escola. E os professores porque são explorados como os camponeses. E os médicos e enfermeiros porque estão com os hospitais entupidos de camponeses com a pele pegada no osso por causa da fome que é a mãe de quase todas as doenças. E os advogados. E os engenheiros. E os escritores que não podem viver de seus livros porque há milhões de camponeses analfabetos. E os jornalistas e tipógrafos sacrificados como os escritores, explorados, espancados e até assassinados como os camponeses. E os Juizes e Promotores que não se dobram aos potentados e coronéis. Que não vendem sentenças nem pareceres. Que não negociam a sua promoção. Os funcionários públicos também querem a Reforma Agrária, sobretudo os modestos que não aguentam mais a carestia de vida, porque há milhões de brasileiros na tanga e no cambão. Até os soldados da polícia que, no seu atraso ainda perseguem, prendem e espancam camponeses, querem a Reforma Agrária. Pois são filhos e irmãos de camponeses. Mais desgraçados ainda do que eles. Porque não tem, sequer direito de votar. A grande maioria da nação quer a Reforma Agrária. Porque a Reforma Agrária é a salvação do Brasil. É a libertação do camponês. É o sertanejo sem deixar nunca mais a sua terra. É a morte do latifúndio. É o fim do coronelismo. Do eleitor de cabresto. Do pau-de-arara. Do atraso. Da fome. E da miséria.

10. Contra quem deve ser usada essa união? Essa união deve ser usada contra todo latifundiário, seja ele Coronel, Major, Capitão, Tenente ou Doutor que adota o cambão, arrenda a terra de meia, aumenta o foro todo o ano, estimula o capanga contra o camponês, manda prendê-lo, espancá-lo ou assassiná-lo, arranca sua lavoura, destelha seu mocambo, ou toca fogo nele, paga salário de fome, usa o vale em lugar do dinheiro, esfola o camponês no barra-

cão, cobra cento e cinquenta quilos de algodão por um quadro de terra, põe o gado no roçado e não dá recibo do foro.

Essa união, deve ser usada contra o dono da terra que quer também ser dono do camponês, da mulher e do filho do camponês, da sua lavoura, seu trabalho, sua liberdade, do seu direito, da sua consciência, de sua honra, de seu destino, e até de sua vida.

11. O Brasil não será livre enquanto tu não o fores. Porque tu és Brasil. És tu quem nos veste. Quem nos sustenta. Quem fornece o operário à fábrica. E o soldado ao Exército. Sem ti não há comércio, nem indústria, nem riqueza. Ouve portanto o meu conselho. Não te esqueças que o latifúndio é o grande aliado do imperialismo americano que vos explora. Lembra-te que são os imperialistas que controlam o nosso comércio de algodão, café, trigo, sisal, arroz, carne, gasolina, dos remédios, das comunicações e da energia elétrica. É o dono de quase todas as grandes indústrias que existem no Brasil, levando para fora vultosos lucros tirados do suor, do sangue e da miséria de todos os brasileiros.

Camponês, usa a tua cabeça. A tua hora é chegada. Em Cuba foste tu, junto com operários, estudantes, e outros patriotas que expulsaste o gringo opressor e liquidaste o latifundiário e todos os exploradores da massa trabalhadora dos campos e das cidades.

12. Camponês, organiza-te nas Ligas com todos os teus irmãos de sofrimento. Para libertar o Brasil!

FONTE: CPI das Ligas Camponesas, vol. 2, p. 292.

ANEXO VII

CARTA DE ALFORRIA DO CAMPONÊS

I - A UNIÃO

Daqui do Recife, de Pernambuco, o berço das Ligas Camponesas, eu te mando esta carta, camponês do Brasil, na esperança de que ela chegará à tua casa.

Tu és com os teus irmãos quase todo o Brasil. És tu quem matas a nossa fome. E morres de fome. És tu quem nos veste. E vives de tanga. Dás o soldado para defenderes a Pátria. E a Pátria te esquece. Dás o capanga para o latifúndio. E o capanga te esmaga. Dás a esmola para a igreja. E a igreja te pede resignação em nome de Cristo. Mas o Cristo foi um rebelado. E por isso subiu à cruz. E como o Cristo, o bom Francisco de Assis, da Itália, também ficou contigo. E dos que ainda estão vivos, Mao-Tse-Tung, da China, e Fidel Castro, de Cuba. Todos eles venceram porque estavam contigo e tu estavas com eles. Estavas e estás. Estás e estarás.

Esta carta, Camponês do Brasil, há de chegar à tua mão. Ainda que te encontres perdido nas selvas do Amazonas. Ou debaixo dos babaçus do Maranhão. Ou das carnaúbas do Ceará. Ou dos canaviais do Nordeste. Ou à sombra dos cacaús da Bahia. E dos cafezais do Sul. Ou dos arrozais de São Francisco. E na região da erva-mate. E dos pampas. Ou onde só haja carrasco e espinho. Com o teu irmão vestido de couro. E o outro de machado ou tição de fogo na mão lutando contra a floresta para ganhar a terra. Ou com o papo-amarelo lutando contra o grileiro, para defender a terra. No Estado do Rio. No Paranã. Em Goiás. No Maranhão. Ao longo das estradas abertas sobre o peito do Brasil. Por toda a parte

onde tu gemes, noite e dia, no cabo da enxada, do machado, da foice, do facão e do arado.

Esta carta, camponês do Brasil, que te escrevo do Recife, do quartel-general das Ligas Camponesas, aponta os caminhos por onde deves seguir em busca da tua liberdade.

Digo-te que a viagem é penosa e cheia de ciladas, mas a tua vitória é tão certa como o nascer do sol todas as manhãs. O latifúndio é cruel. Escora-se na polícia. E no capanga. Elege os teus piores inimigos. Para ganhar o teu voto usa duas receitas: a violência ou a astúcia. Com a violência ele te faz medo. Com a astúcia ele te engana. A violência é o capanga. É a polícia. É a ameaça de te jogar fora da terra. De te por a casa abaixo. De te arrancar a lavoura. De te matar de fome. De te chamar de comunista, e de dizer que Deus te castiga. Como se pudesse haver maior castigo do que esse em que tu vives. Acorrentado ao latifúndio. Em nome de uma liberdade que não é a tua liberdade. E de um Deus que não é o teu Deus.

A astúcia é te tomar por compadre. É entrar na tua casa mansinho como um cordeiro. Com a garra escondida. Com o veneno guardado. É te oferecer um frasco de remédio. E o jipe para te levar a mulher ao hospital. E um pedaço de dinheiro por empréstimo. Ou uma ordem para o fiado no barracão. É te apanhar desprevenido, quando chega a eleição para te dizer: "Compadre, prepara o título. Se o meu candidato ganhar a coisa muda". E quando o candidato ganha a coisa não muda. E se muda é para pior. O latifúndio incha de gordo. Tu inchas de fome. Vão-se os anos. Passam os séculos. Escuta o que te digo: Quem precisa de mudar, Camponês, és tu. Mas tu só mudarás se matares o medo. E só há um remédio para matar o medo: é a união. Com um dedo tu não podes tomar a enxada, o machado, a foice ou o arado. Nem com a mão aberta porque os dedos estão separados. Tens de fechar a mão

porque os dedos se unem. A Liga é a mão fechada porque é a união de todos os teus irmãos. Sôzinho tu és um pingó d'água. Unido ao teu irmão, és uma cachoeira. A união faz a fôrça. É o feixe de varas. É o rio crescendo. É o povo marchando, é o capanga fugindo. É a polícia apeada. É a justiça nascendo. E a liberdade chegando. Com a Liga nos braços. E o Sindicato nas mãos.

II - OS CAMINHOS

Muitos são os caminhos que te levarão à liberdade. Liberdade quer dizer terra. Quer dizer pão. Quer dizer casa. Quer dizer remédio. Quer dizer escola. Quer dizer paz. Eu te apontarei esses caminhos. Mas eu te digo e repito: não adianta a viagem se tu fores sôzinho. Convida teu irmão sem terra ou de pouca terra. E pede que êle convide outro. No comêço serão dois. Depois, dez. Depois, cem. Depois, mil. E no fim serão todos. Marchando unidos. Como unidos vão à fei-
ra, à festa, à missa, ao culto, ao entêrro, à eleição. Digo e repito: a união é a mãe da liberdade. São muitos os caminhos por onde poderás viajar com os teus irmãos. Êles começam em lugares diferentes mas vão todos para o mesmo lugar. Que caminhos são êsses? Êsses caminhos são: 1) A democracia para o camponês. 2) O Sindicato para o camponês. 3) a Coope-
rativa para o camponês. 4) Uma lei justa e humana para o camponês. 5) E o voto para o analfabeto.

Eu te explicarei tudo isso trocando em miudinho. Tenho a esperança de acender uma luz no teu espírito. De espantar o morcêgo que mora dentro dêle chupando a tua coragem. Êsse morcêgo é o medo. Acesa a luz que espante o medo, essa luz, amanhã, crescerá como uma fogueira. E depois como um incêndio.

III - A LIGA

Vamos pelo primeiro caminho. Que quer dizer a democracia para o camponês? Eu te explico. É tirar o soldado da tua porta. É desarmar o capanga. Porque as tuas questões devem ser resolvidas na justiça. E nunca pela polícia. E muito menos pelo capanga. Pois a polícia e o capanga esmagam a tua liberdade. É acabar com o regime do cambão. Esse cambão existe por todo o Brasil. Mesmo em um Estado como São Paulo, nesse vagão de ouro, que os outros Estados, como locomotivas sem fôrça, empurram para a frente.

O cambão é o dia de graça e a sêca que tu dás ao dono da terra, além de pagares o fôro ou a renda. Tem muitos séculos de vida. Nasceu com a servidão. E continua montado no teu lombo. Mudando de nome. E até sem nome. Aparecendo em contrato. E no livro do tabelião. É acabar com o regime da meia e da têrça. Que é a meia? Que é a têrça? Os nomes estão dizendo. É dar ao dono da terra a metade ou a terça-par-te da lavoura que tu plantas, trata e colhes, em pagamento da renda. Não há furto maior do trabalho alheio. É acabar com o vale-de-barracão. Que é o vale-de-barracão? É um papelzinho que corre como moeda nas grandes fazendas, usinas e engenhos. Não para te beneficiar mas para te escravizar ainda mais ao latifúndio. Forçando-te a comprares mais caro o bagaço que a cidade não quer. É acabar com o dia de dez e doze horas de trabalho. Com a vara de mais de dois metros e vinte centímetros e o pulo que ainda se dá furtando na medição da conta. É lutar contra o aumento do fôro, que, de um ano para o outro, passa de dois para quatro e de cinco para dez. É acabar com tôda e qualquer forma de sujeição, de servidão, de escravidão. Por isso é que a Liga existe. E é para isso que tu deves entrar na Liga. Lutar pela Liga. Porque a Liga é a cachoeira. É o feixe de varas. É a união.

E a união, digo e repito, é a mãe da liberdade. Quem fôr foreiro, parceiro, posseiro ou pequeno dono de terra deve entrar na Liga. E marchar com ela. Porque ela é o guia que te ensina o caminho da liberdade.

IV - O SINDICATO

O outro caminho é o sindicato rural. Que é isso? Eu te explico. Quando tu não és foreiro nem posseiro, tu és oiteiro. Alugas o teu braço. A tua vida é ainda mais dura. Não tens direito a nada. És ave de arribação. Hoje, no norte. Amanhã, no sul. Trabalhas de sol a sol. E de domingo a domingo. Morres antes do tempo, de fome. Cansado. Roído pelos vermes. Tua carta de ABC é a enxada. Teu repouso é o chão de hospital. Teu instituto é a cadeia. Tua aposentadoria é o cemitério.

Entra govêrno e sai govêrno e a tua sorte não muda. Não te sobra tempo para nada. O salário não dá. E a fome não deixa. És escravo de dia. És escravo de noite. Acordado és escravo. És escravo dormindo. O teu filho é o pasto da fome. E quando morre já nem te causa dor.. Porque o teu coração não é mais coração. É um calo no peito. O teu caminho é o Sindicato. O operário já tem. Mas tu ainda não tens. E quando tens não voga. Porque o latifúndio não quer. E o Govêrno não deixa. Quando se funda um, o latifúndio mostra os dentes. Põe a polícia junto. Amedronta o padre. Porque para o padre Sindicato Rural é comunismo. Salva-se um ao outro. Para o padre só voga o Círculo Operário Católico. Mas o Círculo não luta pela tua liberdade. Se te acende uma velinha tem um maço guardado para o latifúndio. Às vezes a polícia se encolhe. E o padre perde o mêdo e fica contigo. Surge, então, a barreira maior: O Ministério do Trabalho. O tempo se fecha. Há sempre um deputado ou um senador na porta do Mi-

nistro. É um espolêta de latifúndio. Eleito com o teu voto. Toma nota. A conversa dura horas. Há comes e bebes. Depois o Ministro vai à casa do deputado ou do senador. Novos comes e bebes. E o Sindicato não sai. E não saindo o Sindicato, não sai o Salário-Mínimo. Nem as horas extraordinárias de trabalho. Nem o repouso semanal remunerado. Está explicado tudo. O Sindicato só sai se tu te unires ao teu irmão. Se aprenderes a votar. Ou se fizeres a greve. Largando a enxada. Arriando a foice. Deixando o trabalho. Marchando para a cidade. Cem. Mil. Dez mil. Todos. Gritando para o Juiz, o Prefeito, o Delegado, o Padre: "QUEREMOS O SINDICATO". Esta é a receita para ganhares o Sindicato. E o Sindicato é o guia que te ensina o caminho da liberdade.

V - A COOPERATIVA

Mostrarei, agora, o terceiro caminho. É a cooperativa. Que é isso? Eu te explico. Cooperativa quer dizer: um por todos e todos por um. Para que serve? Serve para o foreiro. Para o posseiro. Para o pequeno proprietário. E para o médio também. Na luta contra o latifúndio. Contra o atravessador. Contra o isolamento. Vou te dar um exemplo. Em um município há quinhentos proprietários de cem quadras de terras para baixo. São os médios proprietários. Há mil proprietários de vinte quadras para baixo. São os pequenos proprietários. Há cinco mil foreiros ou rendeiros. Todos se juntam, os médios e os pequenos proprietários com os foreiros. E fundam uma cooperativa. Há uma lei mostrando como se faz. Com a cooperativa tu te defendes do latifúndio que vive com o olho no teu pedaço de terra, na tua bola de algodão, de arroz, de banana ou de café. Como sócio da Cooperativa tu pagas uma mensalidade que a tua bolsa não sente. E isso serve para muita coisa. Para te libertares das garras do agiota que te empresta cem por duzentos. Do atravess-

sador que compra o teu produto pelo preço que bem quer e finda enriquecendo com o teu suor. A cooperativa pode comprar o caminhão para levar o teu produto à cidade, cobrando frete barato. E te fornecer os instrumentos agrícolas, o adubo, a semente, o inseticida, por um preço que tu nunca encontrarás no mercado. A cooperativa terá o agrônomo para te ensinar como a terra produz mais. E o médico para te curar. E o advogado para te defender. E o professor para educar os teus filhos. A cooperativa acaba com o teu isolamento e te oferece uma vida nova. A cooperativa é a união. Todos por um e um por todos. E a união, digo e repito, é a mão da liberdade. A cooperativa é, portanto, um bom caminho.

VI - UMA LEI HUMANA E JUSTA

Falarei, também, de uma lei humana e justa para o campo. Lei Civil para ti, se és posseiro ou rendeiro. Lei trabalhista, se és oiteiro, se alugas o teu braço. Tudo está ainda por se fazer. Há séculos que é assim. Já se gritou demais. E nada. É que o grito veio de cima. De bem poucas vozes. Não abala o latifúndio, que é surdo e tem o coração de pedra. É preciso que o clamor venha de baixo. De ti. Com todos os teus irmãos. Gritando e marchando. "Abaixo o latifúndio! Abaixo a tirania! Viva a reforma agrária! Viva a liberdade!" Todos os ouvidos escutarão esse clamor se vem da massa. Tu és a massa. E o coração do latifúndio que é de pedra se derrete como gelo. Porque o clamor da massa tem o calor do fogo. E a força da água. E o estrondo da cachoeira. Há necessidade de uma lei que defenda o posseiro contra o grileiro. Aquêlc que chegou primeiro, que pôs a mata abaixo, enfrentou a maleita, o beribéri, a cobra venenosa, o isolamento, a fome, e fez sua casa, plantou sua lavoura, multiplicou os filhos, tem direito sagrado à terra que conquistou com sua coragem. O que vem depois, de mãos

finas, de anel no dedo, do dente de ouro, de roupa de li-
nho, com título estalando de nôvo, fabricado sabe o Diabo
como, não passa de um salteador, de um ladrão. É o grileiro.
Quem o protege é pior do que ele. Entre os dois quem deve
ficar? És tu, posseiro, que conquistaste a terra com a tua
coragem, regando-a com teu suor, ensopando-a com as tuas lá-
grimas e com o teu sangue quando chega o jagunço, o capanga
do grileiro, ou a polícia embalada de todos os moisés lu-
pions que há pelo Brasil para te expulsar sob o pretexto de
que cumpre a lei. Que se apague, de uma vez para sempre, es-
ta mancha. O posseiro deve ficar sempre na terra. O grilei-
ro nunca, ainda que seu título de propriedade venha enfei-
tado de sêlo como uma boneca. Enquanto não chega para o pos-
seiro a lei, que se lhe dê o papo-amarelo e o cunhete de ba-
las. Que Democracia é essa que assiste, posseiro, ao teu
assassinato frio, que vê o teu sangue ensopando a terra que
tu conquistaste com o teu machado, e não vai ao teu socor-
ro? Essa Democracia ainda não é a tua. É do grileiro. Quan-
tos rios de sangue ainda correrão por êsse Brasil imenso a-
té que a Democracia reconheça que nenhum título de grileiro
deve prevalecer sobre o teu título que é a tua própria vi-
da? Da tua união dependerá a lei, porque da tua união de-
penderá a Democracia. É preciso, pois, que te unas, possei-
ro, como o cimento ao aço, para que a Democracia sinta a tua
fôrça e a lei se faça em teu favor.

E tu, rendeiro, parceiro, ou meeiro, também não tens
ainda uma lei que te proteja da ganância do dono da terra.
A lei de inquilinato favorece o homem da cidade, que mora
na casa alheia. Não veio ainda em teu socorro. Porque a
maioria da Democracia está comprometida até o gogô com o la-
tifúndio. Quem não tem terra é testa-de-ferro de quem a tem.

Não há punição para aquêle que de um ano para o outro
dobra o teu fôro. Ou te obriga a dar o cambão. Ou toma a

metade ou a terça parte da tua lavoura. Ou te arrenda um quadro de terra por cento e cinquenta quilos de algodão. Ou põe o gado no teu roçado antes do tempo. E ainda te afronta com o capanga. E te derruba a casa. E te arranca a lavoura. Ou te assassina. Não há punição para o latifúndio. Ele vive solto como o tigre. De dentes sempre aguçados para ti. Pronto a dar o bote. Devorando o teu trabalho. E a Democracia que faz? Deixa que o tempo passe. Ignora a tua existência de escravo. Volta as vistas para fora e bate palmas aos outros povos que fizeram a reforma agrária. Se alguém se levanta dentro dela para clamar, sua voz se perde no silêncio. Há muitos projetos de leis em teu favor. Desde 1945. Mais de duzentos. E não passa um pelo amor de Deus. Por que? Porque tu não estás ainda unido e organizado como o operário, o estudante, o militar, o funcionário público. Porque ainda não aprendeste a marchar do campo para a cidade. Como fazes quando a seca chega ao sertão e a fome e a sede te expulsam da terra.

Porque ainda não usaste da grande arma da classe operária — a greve. Deixando a cidade sem feira. Parando o trabalho no campo. Não comprando nas lojas dos inimigos da Liga e do Sindicato. E para ti, oiteiro, trabalhador braçal, assalariado agrícola, a situação ainda é mais dura. Não te pagam o salário mínimo. A moeda que te dão é vale-de-barracão. O remédio que tu conheces é o chá de fedegoso, ou a garrafada feita de cachaça e raiz de pau. Quando és acidentado e botas sangue pela boca o teu remédio é um pinto pisado vivo com as penas e as tripas. Exploram-te o medo, o atraso, a ignorância, a miséria, a fome. Nunca ouviste falar em férias. A legislação trabalhista é para ti uma história de trancoso. Não existe. O que existe é o trabalho de sol a sol. De semana a semana. É o furto da vara. É o engano-de-lápis, é a sardinha podre. É a farinha azêda. É o fi-

go de alemão. É o capanga na porta. São os troços na cabeça. É o pau-de-arara. É a cuia na mão. É o facão do soldado. É o chão do hospital. É o cemitério — a tua aposentadoria. O teu descanso. Tantas vêzes pedido. Tantas vezes encontrado. Com o copo de cachaça. Com a dor-de-veado. Com o cipó no pescoço. E a democracia o que faz? A democracia tem medo! A democracia ignora! A democracia é cristã! E por isso ela espera que o milagre aconteça. Como aconteceu na China e em Cuba também.

VII - O VOTO PARA O ANALFABETO

Falarei, finalmente, do voto para o analfabeto. O Brasil tem setenta milhões de habitantes. E sômente quinze milhões de eleitores. Se o analfabeto votasse, metade do povo brasileiro votaria. Seriam trinta e cinco milhões de eleitores. Não há injustiça maior do que essa de se negar o voto ao analfabeto, se êle paga impôsto e carrega o País nas costas. Por que o analfabeto não vota? Porque o latifúndio não quer. Está na Constituição. Por isso a nossa Democracia é capenga. Não é o Govêrno do povo pelo povo. Porque o povo é a maioria e a maioria não vota. É preciso emendar a Constituição e arrancar o voto para o analfabeto. Com a pressão da massa. Do camponês e do operário. De cada cem camponeses sômente cinco assinam o nome. E um ou outro sabe ler. Com o operário já não é tanto. Se o País não tem escola para te ensinar, camponês, a culpa não é tua. E se a culpa não é tua, o País não te pode negar o título de eleitor. Tu debes clamar na tua Liga, no teu Sindicato, por tôda a parte, para que a Constituição seja emendada e tu possas votar como analfabeto. Em outros Países isso já acontece. Há muitas maneiras de colhêr o teu voto. Com êsse voto tu mudarias a face do Parlamento. E os projetos de leis que lá existem em teu favor seriam aprovados. Com o teu voto o latifúndio per-

deria o esporão. De galó de briga passaria a ser capão. Com o teu voto tu farias nascer escolas por tóda a parte. Para ensinar os teus filhos. E tu também aprenderias a ler. Com o teu voto viria uma lei humana e justa para o campo. O Sindicato rural nasceria por todo o Brasil. E a desapropriação das terras se faria fãcilmente. Com o pagamento da indenização não em dinheiro e à vista mas em títulos do Tesouro e a prazo como em outros países.

Com o teu voto viria uma lei para garantir o posseiro contra o grileiro e o foreiro contra o latifundiário. Com o teu voto, o cambão, a meia, a têrça, o vale-de-barracão, o capanga, a vara, a sujeição, tódas essas e outras formas de roubo do teu suor, do teu sossêgo, da tua vida, se encantariam da noite para o dia.

Com o teu voto a batalha pela reforma agrária seria vencida mais depressa e correria menos sangue. Porque o sangue já corre há séculos e ainda correrá. Com o teu voto tu passarias a ser mais respeitado porque sendo tu a maioria, a tua voz engrossaria na Câmara de Vereadores, na Assemblêia Lègislativa, no Parlamento Nacional, e também no palácio do Prefeito, do Governador, ou do Presidente da República. O voto para o analfabeto depende da tua união. Tu já formas a maioria. A maioria que não vota. Deves formar a maioria que vota. Porque só assim serás a maioria cá fora e também cá dentro. Mas enquanto não conquistas êsse direito toma a tua carta de ABC, arranja uma horinha, e vai mesmo cansado, faminto, de tanga, à casa de teu irmão que saiba ler e aprende com êle a soletrar e a assinar teu nome.

É grande o teu sacrifício. Mas com êsse sacrifício tu conquistas o título de eleitor. Êsse título de eleitor é um passo que dás para a frente no caminho da liberdade. O dia de amanhã será teu. Vai ao encontro do teu dia. Não es-

peres pela madrugada de olhos fechados. Abre bem os teus olhos para fitá-la como se fosse tua mãe que viesse ao teu encontro. E abre ainda mais os teus braços para recebê-la. Não há nada mais belo do que a face da liberdade. Só a face da tua mãe se parece com ela. Vai. E leva os teus irmãos. A liberdade te espera. Ela é a tua mãe.

Recife, 12.2.61

Francisco Julião
Presidente de Honra das Ligas Camponesas
de Pernambuco.

In: JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962. p. 69-80.

ANEXO VIII

LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL.

Início da construção da organização política.

Em outubro de 1963, o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil resolveu, por unanimidade, criar a Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil (LCB) e, para tanto elaborou e aprovou os seus Estatutos.

Este passo de grande significação histórica e política para o movimento camponês brasileiro, e de repercussão nas demais classes e camadas sociais do País, provém de uma apreciação das condições objetivas e subjetivas que influem na Revolução Brasileira e, ademais, de uma aprofundada análise crítica e autocrítica do trabalho de arregimentação das massas que se reúnem em torno das Ligas Camponesas do Brasil.

Sobre este último aspecto foram levadas em conta as condições peculiares do trabalho no campo, ou seja, junto ao Campesinato e sua coordenação com o trabalho das massas urbanas, da pequena burguesia e do proletariado, em que o movimento camponês tem encontrado enorme apoio, manifestado, de maneira concreta, na criação das Ligas Urbanas, Ligas Femininas, Ligas de Estudantes, Ligas de Sargentos, etc.

O Campesinato, dessa forma, cada vez mais se integrando no trabalho de formação da aliança operário-camponesa, através das Ligas, tem estabelecido vínculos com as cidades, não podendo se furtar, pois, da tarefa de ajudar a criação das organizações das massas urbanas.

Assim é que as Ligas Camponesas do Brasil, reunindo numerosas organizações de massas, às quais integram pessoas das mais diferentes ideologias, teria que, mais cedo ou mais

tarde, com o enorme desenvolvimento quantitativo das suas hostes, criar uma organização política, unitária, disciplinada que pudesse garantir a orientação geral da sua linha política e da ação direta nos acontecimentos políticos da hora atual. E isso fará com que possa o Campesinato, no papel de aliado da classe operária e na garantia da hegemonia desta, influir decisivamente no desenrolar da Revolução Brasileira.

A falta de uma organização política unitária e disciplinada, em contraposição com o desenvolvimento espontâneo das nossas organizações de massas espalhadas por todo o País, determinou, surgisse campo para o mais desabrido fraçãoismo; a atividade aventureirista, a instabilidade da linha política e a deformação de indivíduos e organismos de massas com incalculáveis prejuízos materiais e políticos para as Ligas Camponesas do Brasil.

Tornou-se urgente, inadiável, intransferível a criação de uma vanguarda, de uma organização política unitária, disciplinada e de funcionamento com base no centralismo democrático e na forma leninista de organização.

Em janeiro deste ano, o Conselho Estadual de Pernambuco, a braços com a árdua tarefa de dirigir politicamente cinquenta mil pessoas filiadas em quarenta e duas Ligas Camponesas, três Sindicatos de Assalariados Agrícolas, cinco associações (Ligas) de pequenos proprietários, duas Ligas de Pescadores, oito Ligas Urbanas, uma Federação (Ligas) de Associações Benéficas, uma Associação (Liga) de Desempregados da cidade do Recife, resolveu criar, com o apoio do Conselho Nacional das LCB, a Comissão Construtora de âmbito nacional destinada a, imediatamente, iniciar os trabalhos de formação da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil. Ficou, ainda, esta Comissão Construtora autorizada a convocar e realizar, em tempo útil, o Congresso

da Organização Política com o fim de discutir e aprovar os seus estatutos definitivos, programa e plano de trabalho, bem como a orientação geral das duas seções - Organização Política e Organização de Massas das Ligas Camponesas do Brasil.

Face à importância deste passo, que corresponde ao salto da quantidade para a qualidade, o Conselho Estadual de Pernambuco e a Comissão Construtora conclamam a todos os militantes das Ligas a prestigiar a formação da Organização Política na seleção e educação de quadros que deverão, posteriormente, nos termos dos Estatutos atuais, ser convocados para integrar os organismos da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil.

"Tudo pela aliança operário-camponesa!

Tudo pela Revolução antiimperialista e antifeudal!

Tudo pela vitória do Marxismo-leninismo!

'Ou deixar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil!'"

Recife, janeiro de 1964

Conselho Estadual de Pernambuco

(Ligas Camponesas do Brasil)

FONTE: Jornal Liga 11.03.64. p. 5.

ANEXO IX

A EDUCAÇÃO DE QUADROS: TAREFA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS LIGAS.

AS LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL entraram em uma fase importante e decisiva de sua vida política. A luta pela libertação de nossa Pátria se fortalece, dia a dia, aumentando o número de soldados em suas fileiras. As LCB, como movimento de vanguarda, tem o dever de educar e organizar os seus filiados, dando-lhes uma consciência marxista-leninista. Temos de passar da quantidade para a qualidade. Não pode haver movimento de vanguarda sem organização de vanguarda, sem teoria de vanguarda. O sucesso das grandes tarefas que temos daqui por diante está, fundamentalmente, na organização e educação política das massas camponesas e operárias. Somente com a organização e educação dessas massas, podemos dirigir o nosso povo para a vitória da luta contra o imperialismo, contra o regime de latifundiários e contra os grandes capitalistas que, cada dia mais, oprimem o povo brasileiro.

Elevar o nível de consciência das massas deve ser a nossa maior preocupação. Dando-lhes consciência, aprimora-se a sua organização, fortalece-se a sua unidade. Quanto mais crescer a consciência política dos camponeses e operários, mais resistente será a aliança operário-camponesa, que é a força básica da luta pela libertação nacional.

Foi o despertar da consciência política no camponês, que lhe deu forças para enfrentar o seu inimigo de tantos séculos — o latifundiário; para lançar no Congresso de Be-

lo Horizonte, a sua palavra-de-ordem: "REFORMA AGRÁRIA RADICAL NA LEI OU NA MARRA", para se impor na ordem-do-dia, da política brasileira.

A prática tem demonstrado, que a conquista do socialismo, é fruto da organização leninista de um povo, e só com esse tipo de organização poderão as LCB melhor servir ao Brasil.

Mas só conseguiremos impor essa organização, através do estudo, pois é através do estudo que se impregna o espírito revolucionário, uma ideologia nos homens que realmente querem a libertação de sua Pátria.

Convencidas da importância dessa tarefa, as LCB criaram a sua Comissão de Educação, que já iniciou a batalha em favor do estudo marxista-leninista, que deve ser permanente, resoluta e imediata. Devemos tomar todas as medidas para tornar o trabalho de educação, dentro das LCB, um trabalho capaz de, pela sua qualidade, forjar verdadeiros revolucionários.

Planificando e controlando os cursos, os círculos de leituras, as sabatinas, as palestras e tornando obrigatório o estudo individual, estaremos ajudando fraternal, compreensiva e pacientemente, de modo específico, aos operários e camponeses, a elevarem o seu nível ideológico e cultural, tendo o cuidado, no entanto, de não os transformar em simples agitadores, com uma fraseologia teórica, muitas vezes inoportuna.

Devemos ter um carinho especial em preparar os companheiros para que transmitam, a outros, a teoria marxista-leninista, de uma maneira simples, procurando sempre ligá-la à prática, a fim de que a aliança operário-camponesa, se torne, realmente, chefe da revolução socialista no Brasil.

A Comissão de Educação conclama todos os companheiros para que se unam no cumprimento dessa tarefa tão importante, procurando criar, o mais rapidamente possível, as subcomissões de educação nos organismos das LCB, onde militam.

Aprimorando a educação dos companheiros, na teoria marxista-leninista, surgirão os novos quadros conscientes, capazes de corrigir, dirigir e levar à prática as grandes tarefas da nossa revolução. Necessitamos de homens responsáveis, esclarecidos teoricamente, corajosos e honestos, que possam analisar dialeticamente uma situação que se apresente, tomar as providências necessárias e aplicar as soluções justas no justo momento. Temos que aliar a teoria à prática. Muitos companheiros têm prática, mas lhes falta o mínimo de teoria, ou ao contrário, têm teoria mas falta-lhes a prática. Isto constitui uma grande deficiência nossa. Precisamos corrigi-la, superá-la.

Queremos deixar bem claro, aqui, que quando nos referimos aos "companheiros", estamos nos dirigindo aos homens e MULHERES que constituem a grande massa de militantes das LCB. Não podemos esquecer nem subestimar a valiosa colaboração da mulher nas lutas revolucionárias. Precisamos esclarecer as mulheres, dar-lhes, igualmente, uma ideologia marxista-leninista, para que ela se conscientize de seu papel em defesa de uma vida melhor para o povo brasileiro. Esclarecidas, elas se colocarão rapidamente à altura de suas responsabilidades dando um impulso inestimável ao processo revolucionário, que esmagará o regime caduco que nos oprime, abrindo caminho para o Socialismo, que será o futuro radioso e feliz de nosso povo.

FONTE: Jornal Liga, 11/03/64. p. 4.

in: cuadernos 27, p. 527.

ANEXO X

LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL
Organização Política

INTRODUÇÃO

I

As Ligas Camponesas do Brasil são associações civis registradas reunindo pessoas que lutam pela reforma agrária radical em nosso País, como medida inadiável para libertar da fome e da miséria dezenas de milhões de brasileiros submetidos às relações de produção semi-feudais e à exploração do latifúndio e do imperialismo.

II

Em virtude do grande apoio que a reforma agrária radical encontra nas cidades, principalmente entre os operários, estudantes, profissionais liberais e a classe média em geral, estão sendo criadas também as Ligas Urbanas, que objetivam libertar os camponeses e o nosso povo do feudalismo e do imperialismo e especialmente lutam pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores da cidade e pela adoção da Reforma Urbana Radical.

III

As Ligas, por conseguinte, são formadas das Ligas Camponesas e Ligas Urbanas, fundamentalmente. Em alguns lugares têm sido formadas as Ligas Femininas e Ligas de Pescadores com os mesmos objetivos das Ligas Camponesas e mais ainda com o particular propósito de lutar por reivindicações específicas.

IV

As Ligas têm bases sociais principalmente no campo, onde o movimento reivindicatório já data de alguns anos.

V

As Ligas Urbanas, Ligas Femininas e Liga dos Pescadores são de surgimento mais recente, obedecendo, igualmente, com as Ligas Camponesas à orientação política radical do deputado socialista Francisco Julião.

VI

A principal bandeira de luta das Ligas Camponesas do Brasil é a reforma agrária radical, com base no princípio de que "a terra deve pertencer a quem nela trabalha".

VII

A principal palavra de ordem das Ligas Camponesas é a da luta pela reforma urbana radical, com base no princípio de que "a casa deve pertencer a quem nela vive" excetuando-se apenas os imóveis pertencentes aos arrimos de família e às viúvas pobres.

VIII

As Ligas Femininas lutam em favor da absoluta igualdade de direitos da mulher em relação ao homem.

IX

As Ligas Camponesas, as Ligas Urbanas, as Ligas Femininas e as Ligas dos Pescadores são mais conhecidas dentro do país pelo nome de Ligas Camponesas do Brasil e são lideradas pelo deputado socialista Francisco Julião.

X

As Ligas Camponesas do Brasil têm posição firmada na luta contra o feudalismo e o imperialismo, os quais, simultaneamente, exploram a grande maioria do nosso povo e subjugam a Nação.

XI

As Ligas funcionam com duas seções denominadas Organização de Massas e Organização Política.

XII

A Organização de Massas das Ligas Camponesas do Brasil reúne camponeses (Ligas Camponesas), moradores das cidades (Ligas Urbanas), mulheres (Ligas Femininas), pescadores (Ligas dos Pescadores), Liga dos Garimpeiros, Liga dos Sargentos, etc. e sindicatos que obedecem à orientação das Ligas.

XIII

Da Organização de Massas das Ligas podem fazer parte todas as pessoas que admitem a necessidade de uma reforma agrária radical com base no princípio de que "a terra deve pertencer a quem nela trabalha".

XIV

Não pode ser associada à Liga Urbana ou à Liga Feminina ou à qualquer outra Organização de Massa das Ligas pessoa que não admite o princípio da reforma agrária radical ainda que aceite ou lute pela reivindicação específica da respectiva Liga.

XV

A Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil reúne somente determinados membros da Organização de Massa. São os que mais se destacam no trabalho: que reúnem qualidades políticas, ideológicas, morais que justifiquem a condição de militante da Organização Política.

XVI

Enquanto que na Organização de Massa das Ligas o ingresso é franco para os que aceitam o princípio da reforma agrária radical, na Organização Política o ingresso depende de convite.

XVII

Para ingressar na Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil o convidado deverá já ter demonstrado na prática:

- a) dedicação e amor à causa camponesa, à Nação e ao povo;
- b) capacidade de trabalho na Organização das Massas;
- c) que aceite a rigorosa disciplina da Organização Política;
- d) condições morais condizentes de um militante;
- e) nível político e ideológico do proletariado.

XVIII

A Organização de Massa das Ligas é regida por vários Estatutos adequados ao caráter de cada uma das Ligas e adaptados às peculiaridades locais e às circunstâncias do seu funcionamento.

XIX

A Organização Política é regida por um único Estatuto, cuja aceitação é imprescindível à admissão do militante.

DA DEMOCRACIA CENTRALIZADA

XX

Na Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil, a Democracia Centralizada é o esteio da sua unidade e baseia-se nos seguintes princípios:

1) No desenvolvimento do trabalho em todas as instâncias de Organização Política se deve respeitar e estimular a democracia, ou seja, favorecer a atitude e a iniciativa de todos os seus militantes, desde as bases às direções superiores;

2) Os organismos são eleitos democraticamente e exercem trabalho coletivo, sem, entretanto, excluir a responsabilidade individual;

3) As decisões devem ser coletivas, obrigando-se a minoria a aceitar e aplicar as decisões da maioria;

4) As decisões dos organismos superiores são obrigatórias para com os organismos inferiores;

5) Não se tolera a atividade fraccionista ou qualquer ação que rompa ou ameace a unidade da disciplina, linha política, os princípios da Organização Política.

FONTE: Jornal Liga, 11.03.64. p. 7.

ANEXO XI

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL (OPLCB)

ESTATUTOS

Art. 1º - A Organização Política das Ligas Campone - sas do Brasil é o resultado da união voluntária e combati - va da vanguarda do povo para fazer a revolução brasileira e constituir a sociedade socialista.

Art. 2º - Para atingir este objetivo, os seus membros tem por deveres:

a) Lutar ativamente pelo cumprimento das decisões da Organização Política.

b) Estreitar, cada vez mais as ligações com as massas, corresponder em tempo oportuno às aplicações e necessidades dos trabalhadores e explicar às massas o sentido da política e das decisões da Organização.

c) Observar a disciplina da Organização Política, obrigatória para todos os membros da mesma.

d) Comunicar aos órgãos dirigentes da Organização, inclusive ao Conselho Nacional, os defeitos do trabalho, aliando o trabalho coletivo à responsabilidade individual.

e) Guardar os segredos da Organização Política, como prova de vigilância política, tendo sempre em vista que a vigilância dos militantes é imprescindível em todos os setores e em qualquer situação e que a divulgação de um segredo da Organização constitui um crime e é incompatível com a qualidade de membro da mesma.

f) Aplicar firmemente em qualquer posto que lhe seja

confiado pelas Ligas a orientação destas, na seleção dos quadros, de acordo com suas qualidades políticas e aptidões pessoais e práticas.

Art. 3º - O membro da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil tem direito:

a) Eleger e ser eleito para os organismos da Organização.

b) Exigir sua participação pessoal na discussão de assuntos relacionados com sua atuação e conduta.

c) Encaminhar por escrito qualquer assunto ou representação a qualquer instância da Organização.

Art. 4º - A Admissão na OPLCB é de caráter individual e a pessoa de, no mínimo, quinze anos completos de idade.

Art. 5º - Será expulso da OPLCB o militante que trair as Ligas Camponesas, contrariando seus princípios e os dispositivos destes Estatutos.

Art. 6º - A suspensão e expulsão poderão ser feitas pelo organismo a que pertence o militante, com direito a recurso aos órgãos imediatamente superiores.

Art. 7º - O princípio direto da estrutura da OPLCB é o centralismo democrático, a saber:

a) Caráter coletivo de todos os órgãos dirigentes da OPLCB de baixo para cima.

b) Prestação de contas periódicas dos órgãos da OPLCB aos organismos respectivos.

c) Rigorosa disciplina na Organização Política e subordinação da minoria à maioria.

d) Caráter estritamente obrigatório das decisões dos organismos superiores para os inferiores.

Art. 8º - A OPLCB tem a seguinte estrutura válida para todo o território nacional: Congresso Nacional, Conselho Nacional, Convenção Nacional, Conselho Regional, Convenção Estadual, Conselho Estadual, Convenção Municipal, Conselho Municipal, Assembléias de Base, Conferência Distrital, Conselho Distrital, com a seguinte jurisdição e composição:

a) O Congresso Nacional compõe-se de todos os filiados da OPLCB e tem jurisdição em um ou mais estados.

b) O Conselho Nacional se estrutura com nove e treze membros, com jurisdição nacional.

c) A Convenção Regional compõe-se de todos os filiados de uma região, com jurisdição em um ou mais estados.

d) O Conselho Regional se estrutura com cinco a sete membros e tem jurisdição nos Estados em que é organizado.

e) A Convenção Estadual compõe-se de todos os filiados da OPLCB no Estado e com jurisdição no mesmo.

f) O Conselho Estadual estrutura-se com nove a onze membros, com jurisdição no Estado.

g) A Convenção Municipal é composta de todos os filiados da OPLCB na base municipal, onde tem sua jurisdição.

h) O Conselho Municipal estrutura-se com cinco a sete membros e tem jurisdição no território municipal.

i) O Conselho Distrital estrutura-se com três a cinco membros e tem jurisdição distrital.

j) As Organizações de Base compõem-se de três a cinco membros e se estruturam nas usinas, nas fábricas, nos engenhos, nas fazendas, nos sítios, nos povoados, nos bairros, nos colégios, nos quartéis, etc.

Art. 9º - O Conselho Nacional escolherá uma comissão executiva de três a cinco membros que aplicará as resolu-

ções do Conselho entre uma e outra reunião, podendo organizar quantas comissões achar conveniente. O Conselho Nacional, pela maioria dos membros tem autoridade para dissolver qualquer organismo inferior.

Art. 10 - Os casos omissos serão debatidos pela Organização, através de seus órgãos, aplicando-lhes a forma que mais convier aos interesses da OPLCB.

NORMAS COMPLEMENTARES DOS ESTATUTOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL - Aprovadas pela Comissão de Construção.

Dos deveres dos membros da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil

1 - Contribuir materialmente, de acordo com as possibilidades de cada um e segundo as normas internas de cada organismo.

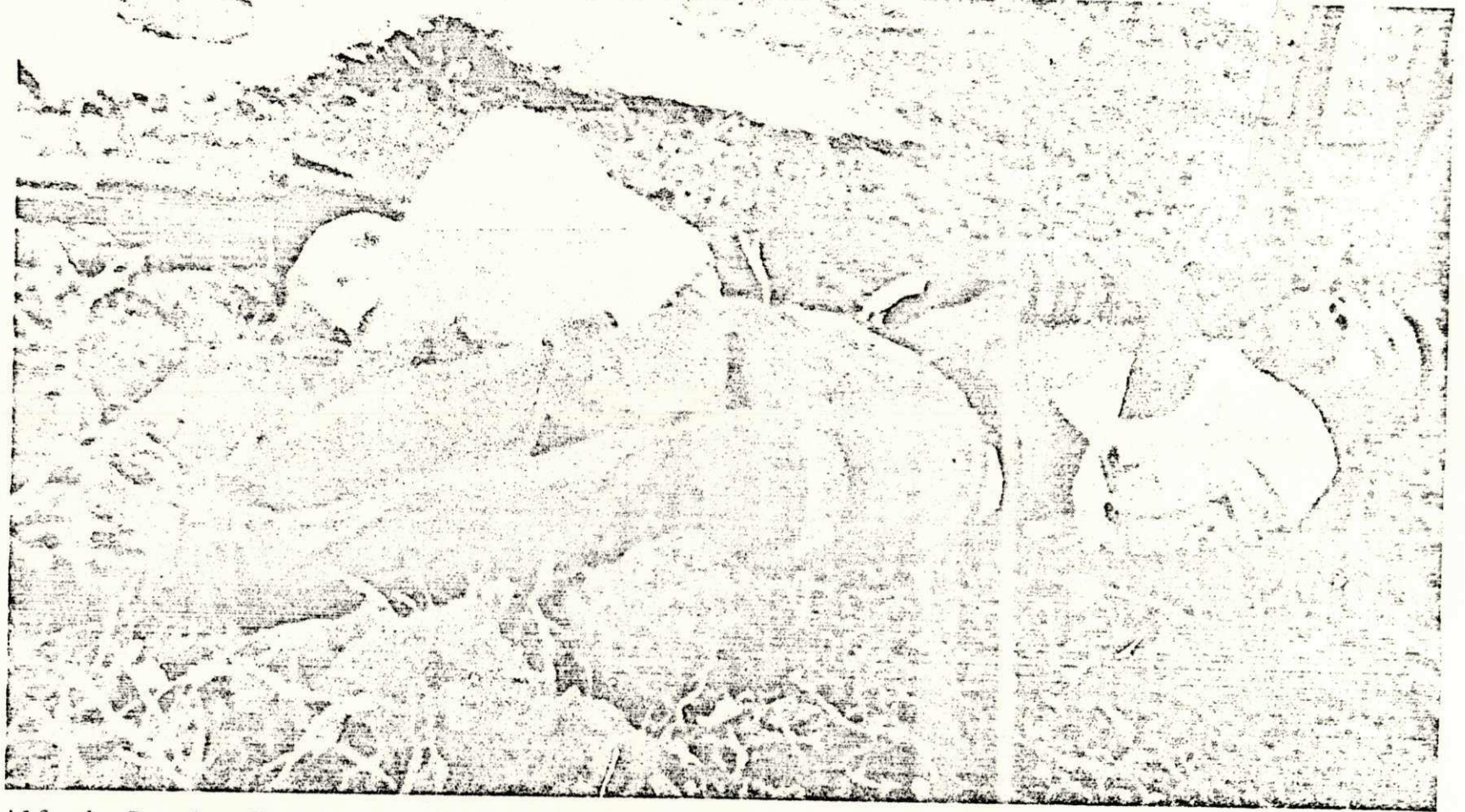
2 - Desenvolver a autocrítica e a crítica em todos os organismos: apontar os defeitos no trabalho, indicando soluções para a eliminação dos mesmos e combatendo a tendência de ver tudo cor-de-rosa e de se deixar embriagar pelos êxitos no trabalho.

3 - Nenhum membro poderá falar em nome da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil, sem prévia autorização da mesma.

Da organização

4 - O convite ao candidato a membro da Organização Política será individual e sua admissão será aprovada pelo organismo a que ele deverá pertencer.

FONTE: Jornal Liga, 64.03.11. p. 07.



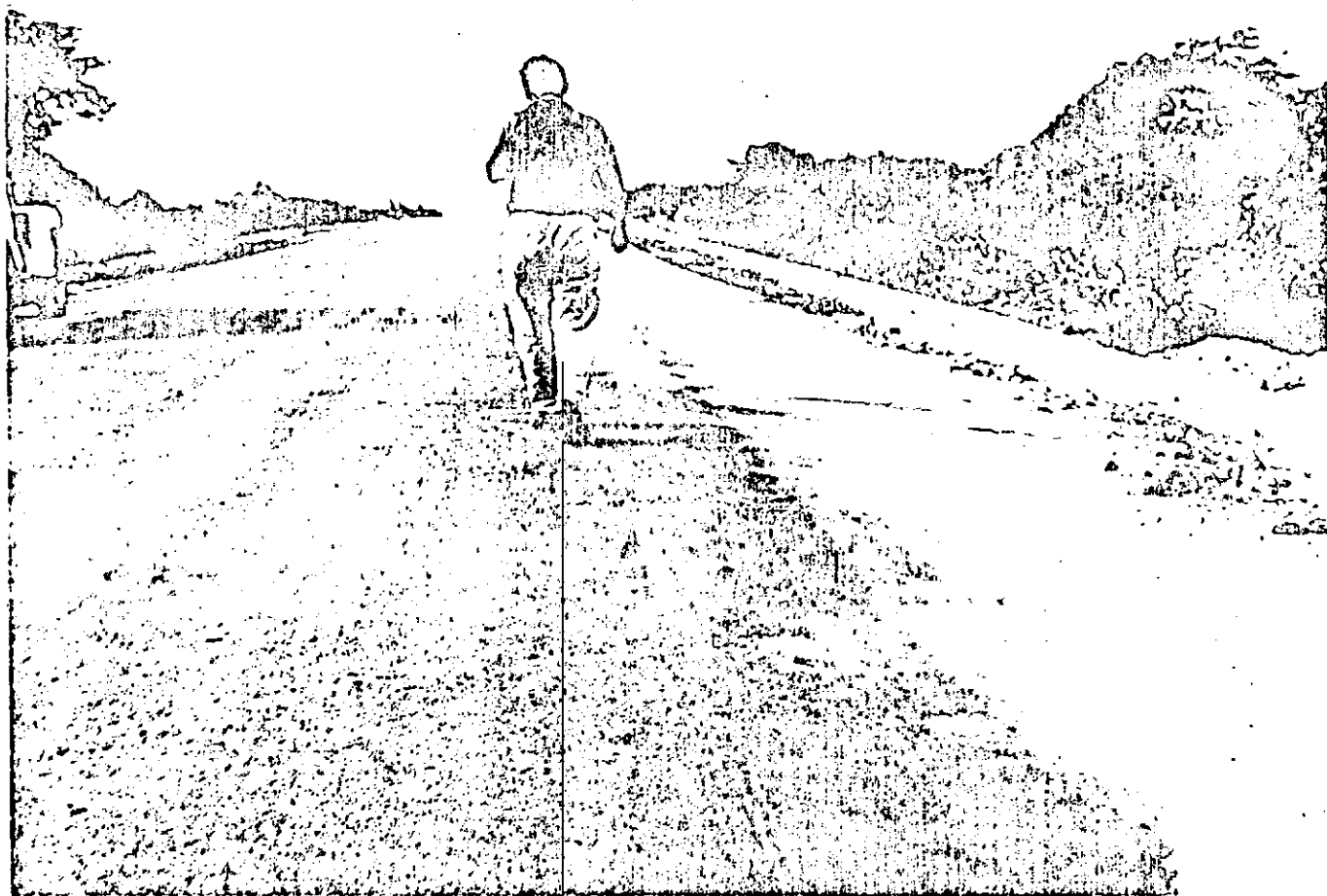
Alfredo Pereira Nascimento, assassinado em 15/03/62. na Fazenda Miriri.



Conflito na Fazenda Miriri. Ao chão: Alfredo Pereira Nascimento, Manoel da Silva ou "Capa de Aço" e outro não identificado.



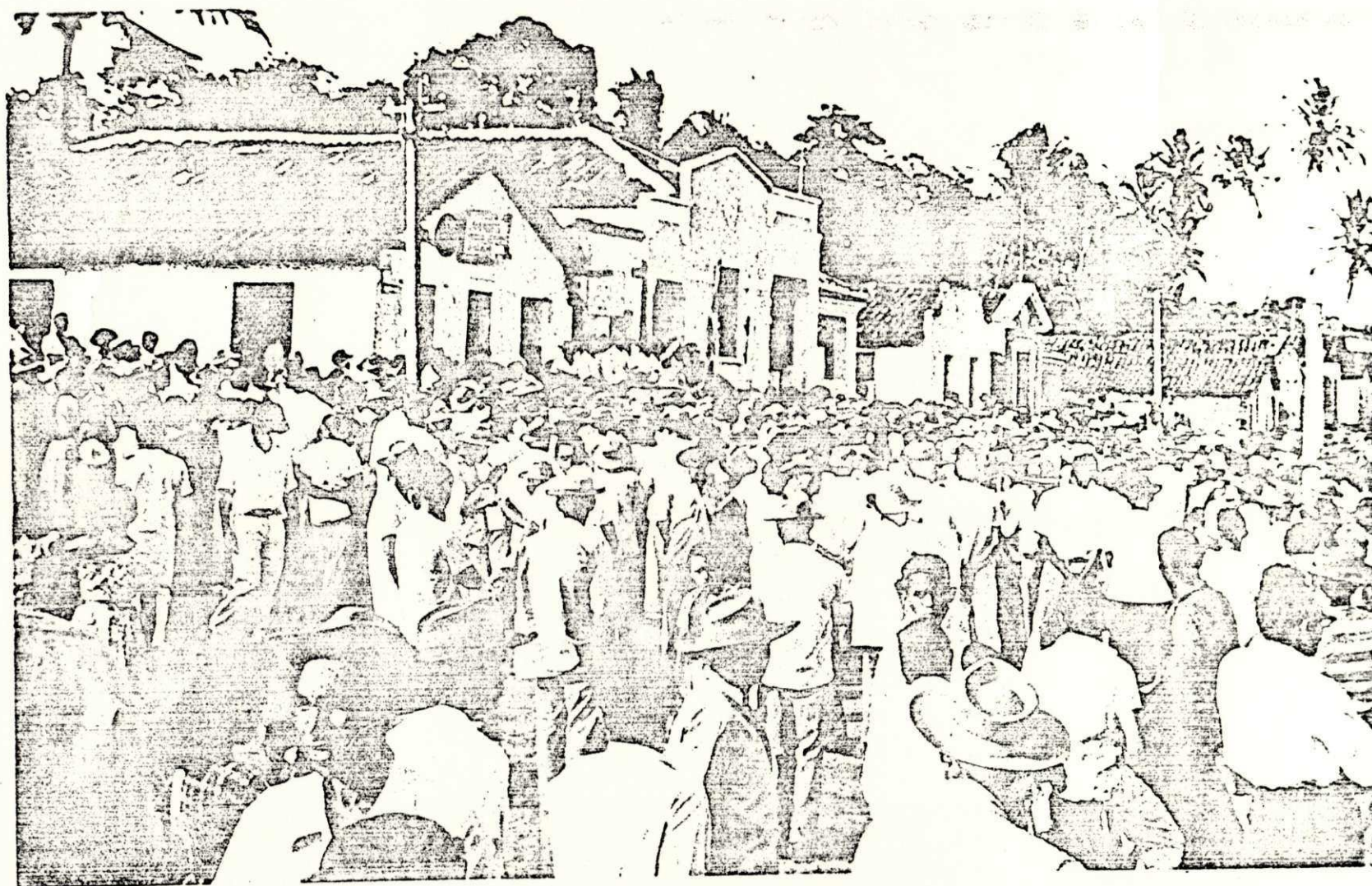
João Pedro Teixeira. Aspectos da reconstrução -
Local da emboscada.



João Pedro Teixeira. Aspectos da reconstituição.
A posição em que se encontrava.



João Pedro Teixeira. O líder após o assassinato.



Concentração em frente à sede da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Mamanguape e Rio Tinto - 19/03/64.



Associação dos Lavradores e Trab. Agrícolas de Mamanguape e Rio Tinto

Fundada em 19-3-61

COM SEDE EM MAMANGUAPE - PARAIBA

Matrícula N.º 2415

Carteira N.º

Série

NOME:

Luis Francisco

Data nasc.

5-9-1943

Estado Civil

Solteiro

Profissão

agricultor

Título Eleitoral n.

Zona

Residência

Maravilha

Naturalidade

Paraibano

Nacionalidade

Brasileiro

Sabe ler e escrever

—

Local de Trab.

Maravilha

Município

Mamanguape

É Morador

Foreiro

Diária

Proprietário

Posseiro

Colono

Área que cultiva

4 x 50

Cart. Prof.

N. e Série

Que Salário recebe

100.000 dias

Qual Salário paga

Mod. do arrend.

OBSERVAÇÕES:

Reside a 9 anos em 3-10-62

Ficha de Associado

FICHA DE MENSALIDADES

Nome

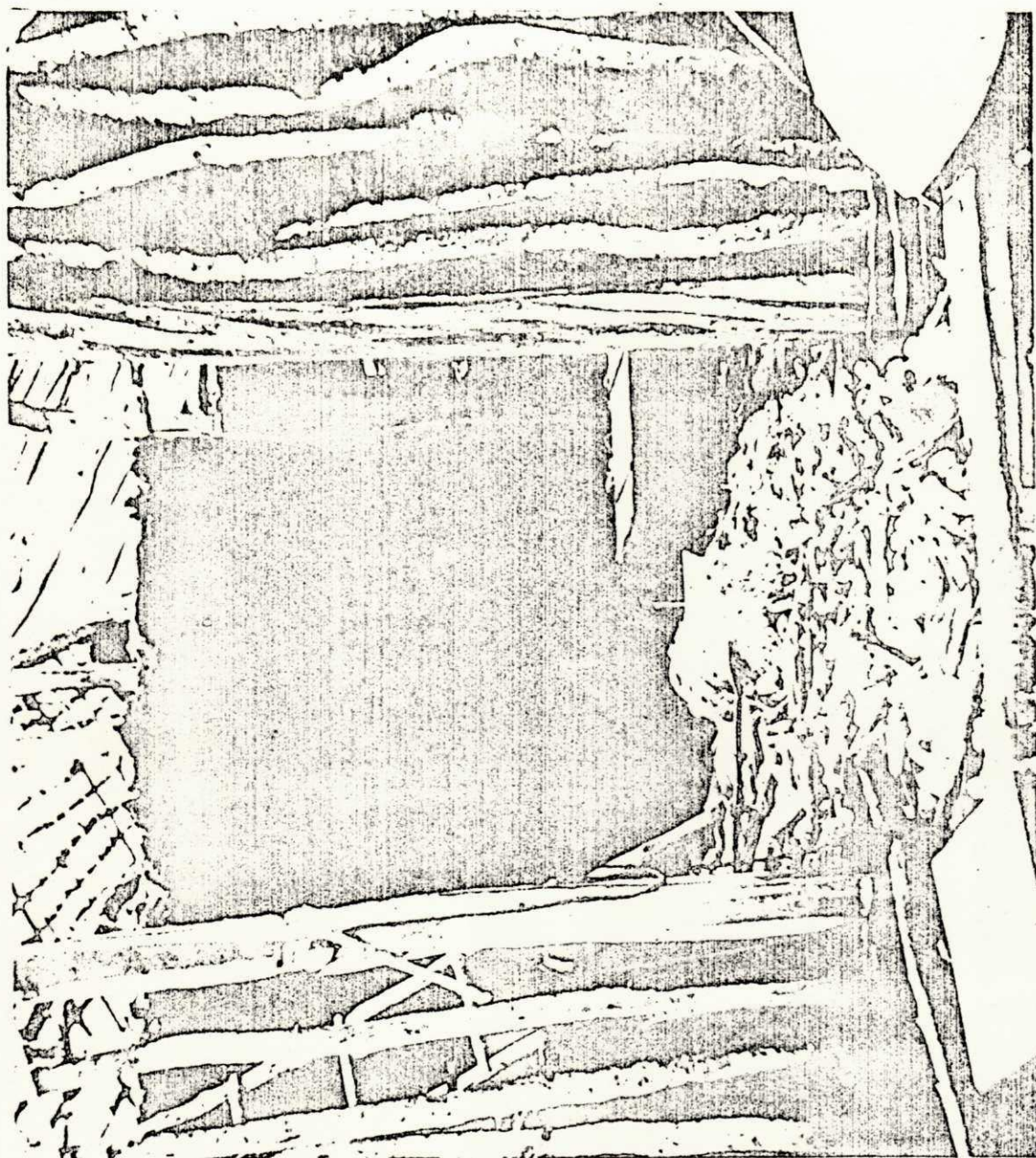
N.º da Carteira

José Gomes Monteiro

Contribuição Cr\$

Meses	1962	1963	1964	1965	1966
Janeiro	PG.	PG.	PG.		
Fevereiro	PG.	PG.	PG.		
Março	PG.	PG.	PG.		
Abril	PG.	PG.			
Maio	PG.	PG.			
Junho	PG.	PG.			
Julho	PG.	PG.			
Agosto	PG.	PG.			
Setembro	PG.	PG.			
Outubro	PG.	PG.			
Novembro	PG.	PG.			
Dezembro	PG.	PG.			

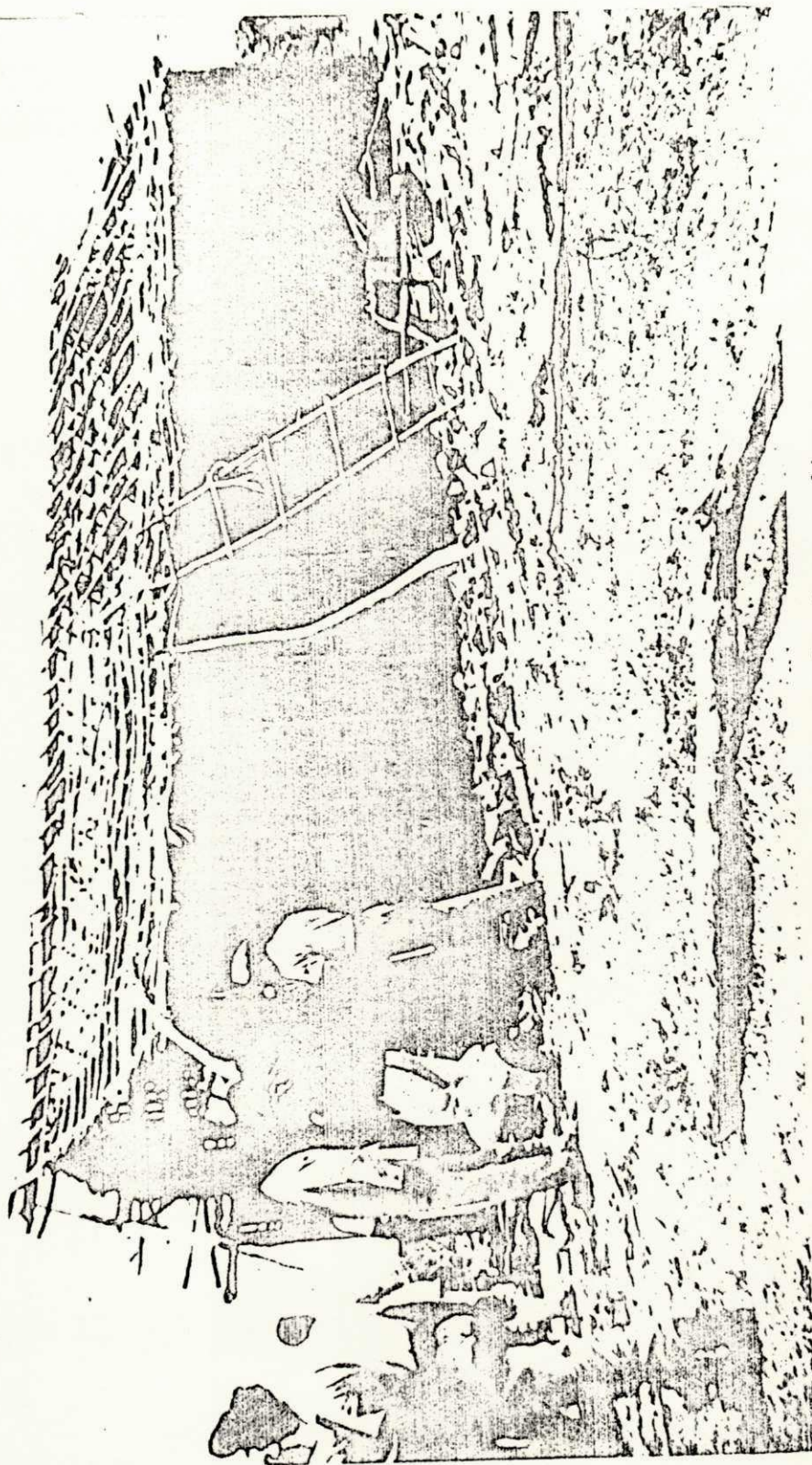
Ficha de Mensalidade da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Mamanguape e Rio Tinto.



Série documental sobre uma destruição de moradia.



Série documental sobre uma destruição de moradia.



Série documental sobre uma destruição de moradia.



Chacina de Mari: Fernando da Cruz Gouveia, morto à golpes de foice e enxada.



Chacina de Mari: Antonio Galdino ou "Carioca".



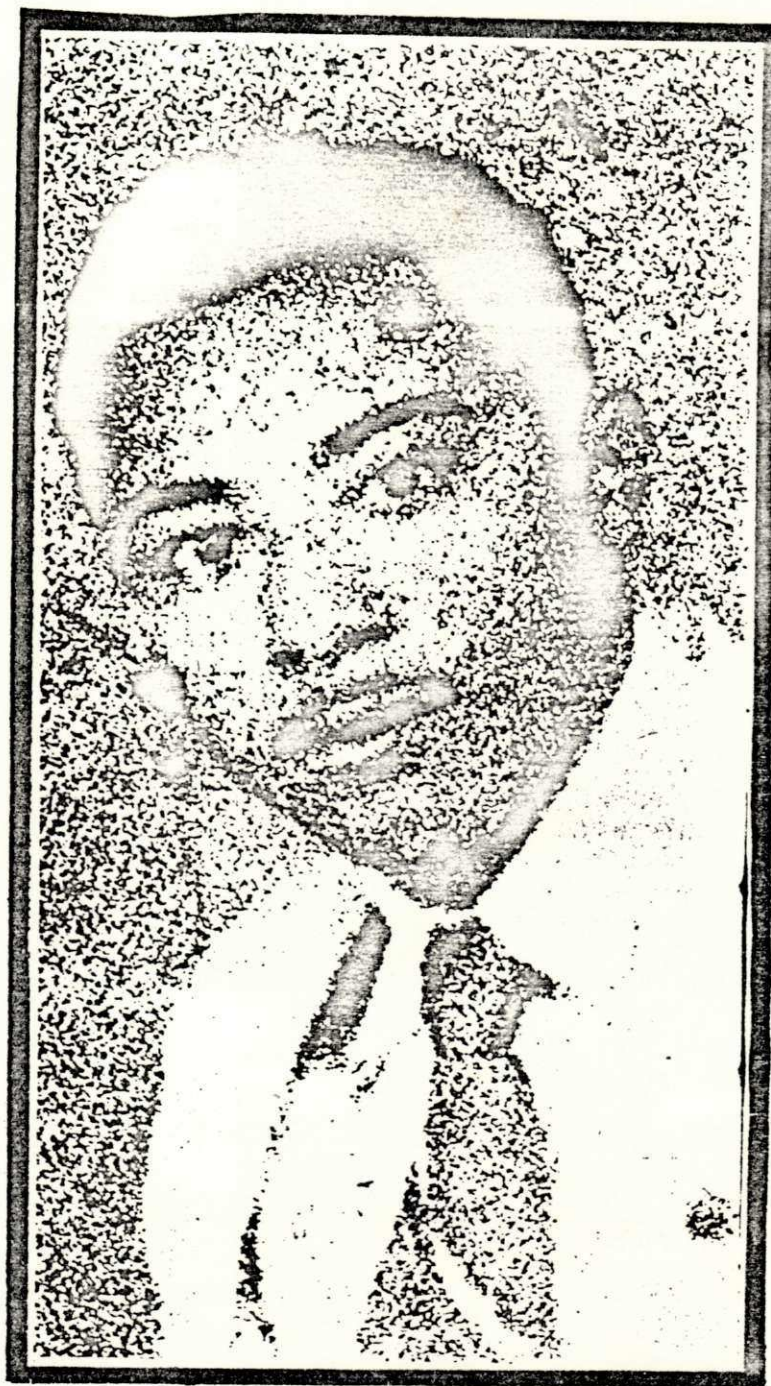
Chacina de Mari: Camponeses e "capangas".



Chacina de Mari: "Capanga" morto a golpes de peixeira.



Chacina de Mari. Sargento reformado Abdias Alves dos Santos e o Sargento Cimentino Pinto Soares.



João Alfredo Dias, "João Fuba".



Pedro Fazendeiro, pouco antes de desaparecer

Pedro Inácio Araújo, "Pedro Fazendeiro",
pouco antes de desaparecer.